

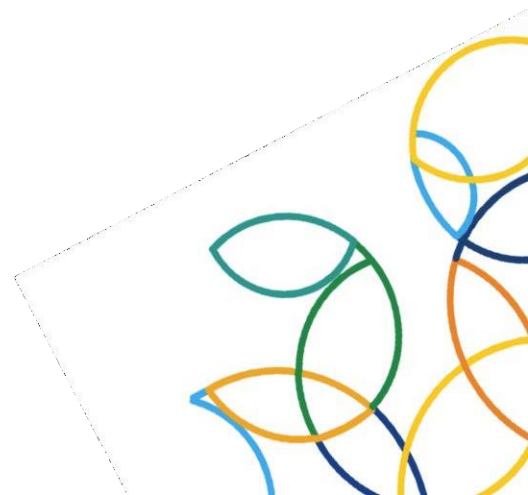


UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MATHEUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

**ENTRE O EXÍLIO E AS URNAS: A GÊNESE DO PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA, SUA PROPOSTA POLÍTICA E INSERÇÃO ELEITORAL**

SEROPÉDICA
2026





MATHEUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

**ENTRE O EXÍLIO E AS URNAS: A GÊNESE DO
PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA, SUA
PROPOSTA POLÍTICA E INSERÇÃO ELEITORAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, Área de concentração: Relações de Poder e Cultura.

Orientador(a): Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos.

SEROPÉDICA
2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Central de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo autor

G635e Gonçalves, Matheus de Oliveira, 1996-
 Entre o exílio e as urnas: a gênese do Partido
 Democrático Trabalhista, sua proposta política e
 inserção eleitoral / Matheus de Oliveira Gonçalves. -
 Seropédica, 2026.
 103 f.

 Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos.
 Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
 História, 2026.

 1. Partido Democrático Trabalhista. 2. Leonel
 Brizola. 3. Trabalhismo. 4. Partidos políticos. 5.
 Governo militar - Brasil. I. Campos, Pedro Henrique
 Pedreira, 1983-, orient. II Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
 História III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Dissertação desde que seja citada a fonte

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 270 / 2026 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.021351/2026-24

Seropédica-RJ, 11 de maio de 2026.

Nome do(a) discente: MATHEUS DE OLIVEIRA GONÇALVES

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 27 de abril de 2026

Banca Examinadora:

Dr. JULIO CESAR PEREIRA DE CARVALHO, UFF Examinador Externo à Instituição
Dr. JEAN RODRIGUES SALES, UFRRJ Examinador Interno
Dr. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 11/05/2026 11:17)
JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1720605

(Assinado digitalmente em 11/05/2026 20:23)
PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1570625

(Assinado digitalmente em 11/05/2026 11:04)
JULIO CESAR PEREIRA DE CARVALHO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 406.902.508-19

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **270**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **11/05/2026** e o código de verificação: **65b8ebce42**

Dedico à minha mãe, Tania Mara, parceira de
todas as horas, maior incentivadora e meu
grande exemplo na vida; ao meu pai, Valdir;
ao meu irmão, Diego; e a Amarelinho, fiel e
querido gato, sempre presente ao meu lado.
Sem o apoio de vocês nos momentos difíceis,
nada seria possível.

RESUMO

GONÇALVES, Matheus de Oliveira. **Entre o exílio e as urnas:** a gênese do Partido Democrático Trabalhista, sua proposta política e inserção eleitoral (1977-1982). 2026. 103f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026, Dissertação.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo que culminou na fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), assim como o programa adotado pela sigla e o desempenho desta nas eleições de 1982; dando ênfase ao caso do Rio de Janeiro. Nesse sentido, começaremos falando sobre o contexto geral da política brasileira, que no momento passava por uma transição “pelo alto” encabeçada pela ditadura. Nosso foco estará na anistia e reforma partidária que, dentre outras coisas, abriram o caminho para que novos partidos pudessem ser organizados no Brasil. Feito isso, passaremos a acompanhar o projeto partidário liderado por Leonel Brizola, que a partir de 1977, ainda no exílio, começa a se movimentar visando a fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Veremos que importantes apoios foram obtidos no exterior, como o de brasileiros exilados e de organizações reunidas na Internacional Socialista (IS). Por fim, abordaremos os trabalhos em solo brasileiro, demonstrando as atividades realizadas aqui em prol do PTB. Um dos pontos importantes nesse percurso é a disputa travada na Justiça com a ex-deputada Ivete Vargas pela sigla petebista. Nesse momento, os brizolistas acabaram levando a pior, tendo, em consequência disso, de fundarem uma nova agremiação, batizada de Partido Democrático Trabalhista. Posteriormente, faremos uma análise das propostas programáticas apresentadas pelo PDT, sintetizadas no termo “socialismo moreno”, que fora cunhado por Darcy Ribeiro. Ainda, realizaremos uma avaliação do desempenho dos pedetistas nas eleições de 1982, que se constituem no primeiro desafio eleitoral da sigla. Tomando o estado do Rio como foco de análise, perceberemos que o PDT obteve expressiva votação, ficando com o governo fluminense e tornando-se a maior força política na Assembleia Legislativa local (Alerj).

Palavras-chave: Partido Democrático Trabalhista (PDT); Leonel Brizola; trabalhismo; redemocratização; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

ABSTRACT

GONÇALVES, Matheus de Oliveira. **Between exile and the ballot box**: the genesis of the Democratic Labour Party, its political proposal and electoral insertion (1977-1982). 2026. 103f. Dissertation (Master's in History) – Institute of Human and Social Sciences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2026. Dissertation.

This paper aims to analyze the process that culminated in the founding of the Democratic Labour Party (PDT), as well as the program adopted by the party and its performance in the 1982 elections, with emphasis on the case of Rio de Janeiro. To this end, we will begin by discussing the general context of Brazilian politics, which at the time was undergoing a "top-down" transition led by the dictatorship. Our focus will be on the amnesty and party reform that, among other things, paved the way for new parties to be organized in Brazil. Following this, we will follow the party project led by Leonel Brizola, who, from 1977 onwards, while still in exile, began to work towards the founding of a new Brazilian Labour Party (PTB). We will see that important support was obtained abroad, such as from exiled Brazilians and organizations gathered in the Socialist International (SI). Finally, we will address the work done on Brazilian soil, demonstrating the activities carried out here in support of the PTB. One of the important points in this journey is the legal dispute with former congresswoman Ivete Vargas over the PTB (Brazilian Labour Party) acronym. At that time, the Brizola supporters ended up losing, consequently having to found a new party, named the Democratic Labour Party (PDT). Later, we will analyze the programmatic proposals presented by the PDT, summarized in the term "moreno socialism," coined by Darcy Ribeiro. Furthermore, we will evaluate the performance of the PDT in the 1982 elections, which constituted the party's first electoral challenge. Taking the state of Rio as the focus of analysis, we will see that the PDT obtained a significant vote, winning the state government and becoming the largest political force in the local Legislative Assembly (Alerj).

Keywords: Democratic Labor Party (PDT); Leonel Brizola; Laborism; Political parties; Brazilian military dictatorship (1964-1985).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ALN – Aliança Libertadora Nacional
Arena – Aliança Renovadora Nacional
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CIA – Central Intelligence Agency
CT – Comissão Trilateral
EMC-11 – Emenda Constitucional nº 11
IS – Internacional Socialista
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP – Partido Popular
PS – Partido Socialista (Portugal)
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UNE – União Nacional dos Estudantes
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CAPÍTULO I: Transição política, anistia e reforma partidária.....	15
2.1 Os sentidos da transição.....	16
2.2 Reformas, anistia e o fim do bipartidarismo	18
2.3 Considerações finais	28
3 CAPÍTULO II: Uma cruzada trabalhista no exílio: as articulações de Leonel Brizola pela fundação de um novo PTB	30
3.1 O exílio brasileiro no pós-1964.....	31
3.2 Os (des)caminhos de Montevideú a Lisboa	37
3.3 Trabalhismo e social-democracia: as conexões com a Internacional Socialista.....	48
3.4 A adesão de brasileiros exilados	56
3.5 Considerações finais.....	65
4 CAPÍTULO III: Nasce o PDT: seu programa político e desempenho nas eleições de 1982	68
4.1 Organizando o partido no Brasil	69
4.2 O retorno de Brizola	73
4.3 Disputa e perda da sigla: o nascimento do PDT.....	74
4.4 O projeto político	80
4.5 1982: o primeiro desafio eleitoral.....	86
4.6 Considerações finais.....	91
5 CONCLUSÕES	92
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Inventado durante a ditadura do Estado Novo, o trabalhismo brasileiro pode ser entendido como uma ideologia e, também, como uma tradição política que, a partir da primeira metade do século XX, passou a integrar o universo da cultura política nacional.¹

Ao longo de décadas, a ideologia trabalhista esteve em evidência no cenário político do país, passando por transformações e adaptações aos diferentes contextos pelos quais atravessou. É nesse sentido que Ângela de Castro Gomes² identifica a existência de três tempos do trabalhismo, que juntos abarcam um extenso período de nossa era republicana. O primeiro deles, tem início por volta de 1945, quando, a partir das estruturas estatais, funda-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que nasce com a tarefa de abrigar a ideologia criada durante a ditadura varguista, mantendo-a viva durante o período democrático que se avizinhava. Aqui, a grande referência é o próprio Getúlio, líder da agremiação e maior liderança trabalhista.

Devido à centralidade ocupada pelo ex-ditador, a sua morte em meados da década de 1950 representa um marco para a sigla partidária, assim como para a tradição política por ele liderada, que passam por uma inflexão. Neste momento, se inicia o segundo tempo do trabalhismo. É um trabalhismo sem Vargas, marcado pela ascensão de novas lideranças, como Jango e Brizola, e pela adoção de um ambicioso programa de reformas estruturais – sintetizadas nas reformas de base do governo Goulart –, que ganha a adesão de importantes segmentos sociais, sobretudo nos anos de 1960. E é precisamente nesta década que a então incipiente democracia brasileira é golpeada. Os vitoriosos, setores civis e militares, a partir do sucesso golpista, desencadeiam uma dura repressão que se abate também sobre os trabalhistas petebistas, que sofreram com prisões, torturas, perdas de mandato e o exílio.

Com a ditadura militar, o Brasil viveu anos sob um sistema político bipartidário, constituído por Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Não havia partido trabalhista. Assim, os trabalhistas que ainda conseguiram permanecer com seus direitos políticos abrigaram-se, majoritariamente, no MDB.

O país teria de novo um partido trabalhista atuando formalmente apenas a partir de 1980, quando após uma anistia e reforma partidária foi aberto o caminho para a constituição de novas agremiações partidárias. Agora, a legenda a abrigar o trabalhismo não era mais o PTB, e sim o

¹ GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 304.

² GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 299-309.

Partido Democrático Trabalhista (PDT). Mais uma vez, a ideologia passa por um ponto de inflexão, entrando em seu terceiro tempo, que tem como uma de suas principais características um processo de transformação. Gradualmente, trabalhismo foi se tornando brizolismo, ficando cada vez mais à sombra de seu líder, Leonel Brizola.

Assim sendo, nossa dissertação volta-se para o trabalhismo no início de seu terceiro tempo. O objetivo aqui será analisar o projeto político-partidário encabeçado a partir de 1977 pelo exilado Leonel Brizola, que tinha por meta a fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro, e as ações adotadas para esse fim. Buscaremos compreender as atividades realizadas no Brasil e exterior em prol de tal partido, assim como o conteúdo de seu programa político. Ainda, abordaremos brevemente a eleição de 1982, que na prática fora o primeiro pleito eleitoral enfrentado por um partido trabalhista após o golpe de 1964. Desse modo, com um recorte temporal historicamente localizado entre 1977 e 1982, a dissertação se divide em três capítulos.

No capítulo 1, falaremos sobre o processo de transição política desencadeado pela ditadura militar, dando ênfase à anistia e à reforma partidária, que juntas abriram o caminho para o retorno de pessoas consideradas subversivas – como Leonel Brizola –, assim como para a formação de novos partidos políticos. Logo, o objetivo da seção será o de apresentar alguns dos condicionantes, que dentre outras coisas, abriram o caminho para que depois de anos um partido de ordem trabalhista – considerado o sucessor do antigo PTB – fosse novamente fundado. Leis e decretos, textos de lideranças governamentais, assim como notícias de periódicos aparecem como fontes primárias.

Isso posto, o segundo capítulo será totalmente dedicado às articulações realizadas no exílio por Leonel Brizola e seus colaboradores, buscando angariar adesões e apoios ao projeto de fundação de um novo PTB. Como nosso objetivo aqui está na atuação política em um contexto exilar, o recorte da seção compreende o período entre 1977, quando o ex-governador assume a liderança de um movimento político-partidário a partir do exterior, e vai até 1979, ano em que se promulga uma anistia no Brasil. Assim sendo, falaremos sobre as movimentações de Brizola entre Europa e América, os contatos com brasileiros exilados de diferentes gerações e ideologias, e a aproximação do brasileiro com líderes políticos e organizações alinhadas a Internacional Socialista (IS). Para isso, utilizamos como fontes notícias em periódicos, depoimentos e documentos produzidos por órgãos ligados ao Sistema Nacional de Informações (SISNI).³ Defendemos que a proximidade a IS, assim como a adesão de exilados brasileiros ao

³ Sobre o Sistema, seus órgãos e funcionamento, ver: FICO, Carlos. **Como eles agiam** – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2001.

movimento trabalhista tiveram influência sobre o processo de fundação do novo PTB – que viria a ser PDT – e sobre seu programa.

Ao final, no capítulo 3, vamos abordar os movimentos pró-PTB no Brasil, antes e depois da anistia, constituídos sob o comando de Brizola. Veremos a formação de grupos no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul no final da década de 1970, os encontros ocorridos pelo Brasil e a culminância destes no Encontro de Lisboa. Vamos abordar a disputa travada pelos brizolistas com o grupo liderado por Ivete Vargas pela posse da sigla histórica petebista; com a consequente derrota dos primeiros na Justiça e a fundação do Partido Democrático Trabalhista em 1980. Posteriormente, iremos fazer uma análise do programa político do PDT, destacando suas principais bandeiras. Por fim, acompanharemos de forma breve o primeiro desafio eleitoral enfrentado por essa nova sigla, que foi a eleição de 1982, tomando o caso fluminense como exemplo de sua atuação. Nesse esforço, foram empregadas como fontes primárias pronunciamentos e entrevistas, conteúdo jornalístico, assim como alguns documentos oficiais lançados à época pelo PDT, como Carta de Lisboa – essa, ainda sob a denominação PTB –, Estatuto, Programa etc.

Creemos que os três capítulos, em conjunto, podem fornecer elementos que permitam uma melhor compreensão sobre o movimento político-partidário liderado, a partir dos finais dos anos 1970, por Leonel Brizola com a consequente fundação do Partido Democrático Trabalhista. Será possível compreender quais pautas foram valorizadas por tal agremiação e como ela buscou se apresentar à sociedade brasileira como uma alternativa viável no campo das oposições. Vamos perceber que apesar do golpe, da perseguição e de toda tentativa em deslegitimar a trajetória pregressa de Brizola e do trabalhismo, estes ainda se mantinham com considerável força no começo da década de 1980. Mobilizando paixões e angariando grande número de votos – ainda mais se considerarmos que se tratava de um partido pequeno ainda em fase de organização –, o PDT se inseriu ao cenário político como um importante ator. Comandado de perto por sua maior liderança, a trajetória inicial da sigla demonstrou que a ideologia trabalhista ainda possuía um forte apelo entre a população brasileira, apelo este que fora traduzido em votos no ano de 1982.

Como se viu, utilizamos fontes primárias de diversas origens. E para analisá-las, fizemos uma abordagem qualitativa, buscando compreender a trajetória do movimento político-partidário que estamos acompanhando. Foram analisados discursos, notícias, depoimentos, relatórios oriundos do SISNI, documentos pedetistas etc. de forma a relacioná-los ao contexto da época. Foi feita uma análise semântica, relacionando o texto ao contexto, historicizando as fontes do período, cruzando-as e estabelecendo um nexo entre as partes e o todo.

Por fim, esclareçamos alguns conceitos que nos foram úteis à realização deste trabalho. Como analisamos um movimento político-partidário trabalhista, de esquerda, e que dera origem a um partido, achamos importante pontuar o que compreendemos por “trabalhismo”, “partido político” e “esquerda.

Sobre “trabalhismo”, o primeiro parágrafo desta introdução já entrega como o compreendemos. O conceito será aqui entendido tal como propõe Angela de Castro Gomes⁴, que o define tanto quanto uma ideologia política, como também uma tradição política, que desde meados da década de 1940, fizeram parte da cultura política brasileira. Além disso, seguindo a proposta da autora, entendemos que ideologias e tradições devem ser consideradas “como construções intelectuais possuidoras de uma dinâmica e de uma história próprias”⁵, compreendendo que o mesmo, portanto, ocorre com o “trabalhismo”.

Sobre “partido político”, recorremos a Serge Berstein e Giovanni Sartori. Nesse sentido, será visto como um grupo de pessoas unidas em torno de um objetivo em comum⁶, “identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições”, e com capacidade para colocar candidatos a cargos públicos através de pleitos eleitorais.⁷ E, mais do que isso, esse grupo de pessoas não possui um caráter monolítico. Ao contrário, é homogêneo, fazendo com que, internamente, um partido se pareça com “um agregado de pessoas que formam constelações de grupos”, possuindo, portanto, subdivisões em seu interior.⁸

Outro conceito que merece ser esclarecido é “esquerda”. Em relação a este, nos posicionamos seguindo a proposta de Norberto Bobbio. Para o autor, de um modo geral, “direita” e “esquerda” são dois lados totalmente opostos, que dizem respeito não apenas a ideologias, como também a um conjunto de interesses e avaliações sobre os rumos que deveria tomar a sociedade.⁹ E o critério principal adotado para distinguir uma e outra, é a posição assumida frente ao ideal de igualdade e desigualdade. Partindo disso, Bobbio caracteriza a “esquerda” como sendo essencialmente igualitária, visto que ela considera a desigualdade como uma construção social de caráter negativo, devendo, por isso, ser atenuada.¹⁰ Assim,

⁴ GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 299-309.

⁵ GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 304.

⁶ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2 ed., 2003, p. 72.

⁷ SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 85.

⁸ SARTORI, Giovanni. Op. cit., p. 94.

⁹ BOBBIO, Norberto. **Derecha e izquierda**: razones y significados de una distinción política. Madrid: Taurus Pensamiento, 2 ed., 1996, p. 51-52.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 135-152.

el elemento que mejor caracteriza las doctrinas y los movimientos que se han llamado ‘izquierda’ [...] es el igualitarismo, cuando esto sea entendido [...] no como la utopia de una sociedad donde todos son iguales en todo, sino como tendencia [...] en la práctica, a favorecer las políticas que tienden a convertir en más iguales a los desiguales.¹¹

É desse modo, portanto, que “esquerda” será compreendida no decorrer da pesquisa; sendo o projeto político-partidário liderado por Brizola de “esquerda” por possuir um conteúdo que se volta para a redução das desigualdades no Brasil. E o partido, fruto de tal movimento – como era de se esperar – também se localiza à esquerda por possuir um programa que prega pela necessidade de uma maior igualdade social, seja esta de ordem econômica ou não, englobando questões como as de raça e gênero.¹² E é isso que veremos mais adiante.

¹¹ BOBBIO, Norberto. Op. cit., p. 152.

¹² PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Programa**. [Documento publicado em 1980] Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/programa.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CAPÍTULO I

TRANSIÇÃO POLÍTICA, ANISTIA E REFORMA PARTDÁRIA

2 CAPÍTULO I: Transição política, anistia e reforma partidária

RESUMO

Tendo em vista que as movimentações lideradas por Leonel Brizola tiveram início em 1977 e que um de seus objetivos era a criação de um partido que atuaria no Brasil, faz-se necessário tecermos algumas considerações sobre o contexto brasileira da época, dentro do qual atuariam os trabalhistas. E é por isso que dedicamos este capítulo I à situação do país. O objetivo da seção será abordar as reformas institucionais que culminaram no estabelecimento de um sistema pluripartidário, situando-as a um contexto de transição política pelo alto promovido pela Ditadura Militar. Desse modo, o presente capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, serão abordados, de maneira geral, os sentidos da transição iniciada na década de 1970, que é aqui interpretada como um movimento contrarrevolucionário que tinha como finalidade o estabelecimento de uma democracia restrita/blindada no país. Partindo dessa premissa é que se insere a segunda parte. Nesta, será demonstrado que as mudanças na legislação partidária se deram de acordo com as intenções do regime, sendo orientadas, portanto, por uma perspectiva democrática restrita.

Palavras-chave: transição política; anistia; reforma partidária; ditadura militar; partidos políticos.

2.1 Os sentidos da transição

E a nossa história está coalhada de momentos em que as elites dirigentes se anteciparam à constituição de uma vontade popular surgida de baixo, alinhavando pactos por cima [...] em que “tudo muda para que tudo siga igual”.
– Emir Sader¹³

O processo de transição política iniciado no Brasil na década de 1970 será aqui compreendido como parte de um movimento contrarrevolucionário que, através de uma readequação dos meios de dominação, teve por objetivo o estabelecimento de uma democracia restrita no país, como aponta Renato Lemos.¹⁴ Assim sendo, concordamos com a hipótese de Pedro Henrique Cardoso, para quem “a transição [brasileira] para um regime democrático foi um instrumento de dominação política”, através do qual se buscou “manter as condições de dominação de classe na mudança de regime político”.¹⁵

Isso posto, faz-se necessário indicar a relação existente entre os rumos almejados pela política de transição – o estabelecimento de uma democracia restrita – e o contexto internacional da época em que fora desencadeada.

No início dos anos de 1970, o sentido da democracia estava sendo reformulado nos países centrais do capitalismo. A partir de uma crítica ao Estado de bem-estar social, que seria, supostamente, muito permeável às demandas das classes subalternas, intelectuais comprometidos com os interesses político-econômicos das classes dominantes apresentaram como alternativa um novo modelo de democracia: a democracia restrita, também chamada de democracia blindada, que melhor satisfaria os anseios do grande capital.¹⁶ Este modelo político recebeu tal dominação porque se organizaria de modo a tornar os centros decisórios da política institucional impermeáveis, na medida do possível, às pressões e participações populares, tornando-se, dessa forma, espaços exclusivos para abrigar os diversos interesses das classes dominantes e suas frações.¹⁷ Se tratava, portanto, de um sistema representativo que se

¹³ SADER, Emir. **A transição no Brasil: da ditadura à democracia?** São Paulo: Editora Atual, 1991, p. 1.

¹⁴ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 112-138, jan./jul. 2014, p. 129-134.

¹⁵ CARDOSO, Pedro Henrique da Silva Oriola. A contrarrevolução democrática: a transição pelo alto e a institucionalização das instituições (1974-1979). **Crítica Histórica**, Maceió, ano XIX, n. 18, p. 6-30, dez. 2018, p. 9.

¹⁶ CARDOSO, Pedro Henrique da Silva Oriola. Op. cit., p. 10-16; DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil), **Libertas**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, ago./dez. 2012, p. 4-7.

¹⁷ DEMIER, Felipe. Op. cit., p. 2.

restringiria a um determinado grupo social – os “de cima” –, blindando-se, ao mesmo tempo, em relação aos outros – os “de baixo”.

Estando em voga no início da década de 1970 como o modelo político ideal para as grandes potências, a democracia restrita tornou-se um programa sugerido – ou imposto – aos países do chamado, à época, Terceiro Mundo. No caso latino-americano, isso se manifestou através de pressões exercidas pelos membros Comissão Trilateral (CT) sobre os regimes autoritários locais. A proposta da CT consistia em que

*na ditatorial América Latina comessem a se efetivar mudanças nos sistemas políticos nacionais, visando à constituição de democracias de tipo restrito. Desse modo, as cúpulas dirigentes dos regimes ditatorial-militares deveriam [...] iniciar e conduzir de forma gradualista transições políticas (**pelo alto**) que permitissem a construção de regimes democrático-liberais, os quais, no entanto, não poderiam proporcionar um nível de “ativação popular” [...], [devendo] apresentar um baixíssimo grau de mobilização [...], [e] privando os espaços políticos decisórios de qualquer tipo de interferência de massas [...].¹⁸*

Importa citar que, por trás desse programa, havia uma preocupação, por parte da CT, com a possível emergência de movimentos de massa que pudessem derrubar as ditaduras – alinhadas ao capitalismo internacional, diga-se de passagem – e, em seu lugar, instaurar um regime que não fosse totalmente afinado com os interesses do grande capital. Dessa maneira, indicava-se que as próprias elites locais deveriam se antecipar às pressões populares, iniciando reformas políticas que levassem a um regime democrático restrito, num movimento de contrarrevolução preventiva.¹⁹

Foi nesse contexto que, no Brasil, sob a influência de estudos produzidos por intelectuais comprometidos com o imperialismo, como Samuel Huntington²⁰ – politólogo ligado à Comissão Trilateral –, os grupos políticos dirigentes deram início a um longo processo de transição controlada, em cuja origem está, dentre outras coisas, “a necessidade [apontada por Huntington] de *prevenir a ordem capitalista brasileira contra eventuais ameaças decorrentes das mobilizações sociais* que o desenvolvimento econômico acelerado [– como, por exemplo, o do ‘Milagre’–] tendia a provocar”²¹; mostrando a perspectiva contrarrevolucionária preventiva da CT e do próprio processo levado a cabo pelos militares brasileiros.

¹⁸ DEMIER, Felipe. Op. cit., p. 14. (em itálico, grifo nosso; em negrito, grifo do autor)

¹⁹ CARDOSO, Pedro Henrique da Silva Oriola. Op. cit., p. 17.

²⁰ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil: 1964-1979**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 123-162.

²¹ LEMOS, **Ditadura...**, op. cit., p. 146. (grifo nosso)

Portanto, fora justamente nessa conjuntura mais geral que, a partir de 1974, a ditadura civil-militar brasileira, ainda em seu auge político e econômico²², iniciou um movimento de transição que, através de reformas na institucionalidade autoritária, prepararam caminho para o estabelecimento de uma democracia blindada no país. Isso é evidenciado, dentre outras coisas, através das referidas reformas, visto que ocorreram com o fim de manter os centros decisórios da política institucional como espaços exclusivos das elites e seus interesses, ao criar mecanismos para torna-los impermeáveis às demandas e à participação populares.²³ E as reformas partidárias, claro, foram parte deste movimento.

2.2 Reformas, anistia e o fim do bipartidarismo

[...] é necessário que não
tenhamos ilusões quanto a legislação
partidária em vigor.
– Raul Pont²⁴

O processo de reforma partidária tem seu início no segundo semestre de 1978, momento em que, através de reformas institucionais, o regime ditatorial inicia um movimento de ampliação e pluralização da esfera de representação política que, passando por uma anistia e por duas modificações da legislação de partidos, culminaria num regime pluripartidário. As medidas empreendidas pelo governo nessa direção promoveram um alargamento da arena de disputa política²⁵, que se deu num sentido restrito, visto que buscou limitar “a sociedade política [reformada] ao horizonte burguês pela sua imunização relativa em relação às demandas dos ‘de baixo’”.²⁶ Assim sendo, o referido processo é aqui compreendido como um dos meios adotados pela ditadura no sentido de preparar o terreno para o estabelecimento do modelo democrático almejado.

O marco inicial, que apontava para mudanças no quadro partidário, foi a Emenda Constitucional de nº 11 (EMC-11). Esta que, aprovada pelo Congresso em outubro de 1978, passaria a vigor somente no ano seguinte, estabeleceu alterações significativas no regime que,

²² LEMOS, **Ditadura...**, op. cit., p. 123.

²³ MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004, p. 85-89.

²⁴ PONT, Raul. Os perigos da Lei Orgânica. **Em Tempo**, São Paulo, 24 jan./07 fev. 1980, Opinião, p. 4.

²⁵ MACIEL, David. Op. cit., p. 151-153.

²⁶ MACIEL, David. Op. cit., p. 152.

de certa forma, mascaravam o seu perfil autoritário.²⁷ Dentre as áreas abrangidas pela Emenda, focaremos aqui na partidária.

Através da EMC-11, atenuou-se, um pouco, as rígidas regras para a formação de novos partidos. Mas isso não quer dizer que, de fato, foram abertas grandes possibilidades para a livre organização partidária; muito pelo contrário. Ao analisar o que dizia o novo pacote de reformas sobre o assunto, percebe-se que o governo abriu espaço para a formação de partidos de cúpula a serem formados por políticos profissionais já inseridos na institucionalidade política de maioria conservadora da ditadura – à essa altura, já saneada de elementos considerados subversivos. Isso fica evidente ao se verificar os novos requisitos a serem atendidos para a formação das novas siglas partidárias.

Além do implícito veto à organização de partidos comunistas – exigindo a “inexistência de vínculo, de qualquer natureza, com a ação de governos, entidades ou partidos estrangeiros”²⁸ –, impunha-se que os novos partidos, a serem formados, precisariam reunir entre seus fundadores o número de congressistas que correspondesse a um mínimo de 10% dos representantes na Câmara Federal e no Senado.²⁹ Entretanto, caso isso não fosse atingido, a Emenda oferecia uma alternativa, tão restritiva quanto a anterior, afinal, deveriam ter as novas siglas “[o] apoio, expresso em votos, de 5% (cinco por cento) do eleitorado, que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos, pelo menos, por nove Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles”.³⁰ Dessa forma, fechava-se, na prática, as portas para a constituição de partidos surgidos “de baixo”, a partir das classes subalternas e de suas organizações e que não estivessem ligados à política institucional da ditadura. Por isso, *Em Tempo* assim denunciou o caráter elitista das medidas governamentais:

Na aparência, o *pacote das reformas* políticas quando trata da possibilidade de organização de novos partidos é menos draconiano que a atual legislação em vigor [...]. Entretanto, para o povo, é só aparência mesmo, [...] [pois *não garante*] de maneira alguma a livre organização partidária. A *tendência* das novas normas [...] é a de *incentivar a formação de partidos de cúpula*, ideologicamente pouco definidos, e portanto distantes de um enraizamento com os interesses dos trabalhadores.³¹

²⁷ KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil Debates, 1982, p. 87-95.

²⁸ BRASIL. **Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978**. Altera dispositivos da Constituição Federal. Brasília, DF, 1978, art. 152, § 1º, III. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc11-78.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

²⁹ BRASIL. **Emenda...**, op. cit., art. 152, § 2º, I.

³⁰ BRASIL. **Emenda...**, op. cit., art. 152, § 2º, II.

³¹ REFORMAS para podar a criação de partidos populares. **Em Tempo**, São Paulo, 2 out./8 out. 1978, Nacional, p. 5. (grifo nosso)

Por conseguinte, considerando a situação que começava a se delinear, podemos concordar com Maciel, para quem, a reforma partidária, dentre outras coisas, conferiu mecanismos que permitiram à própria institucionalidade o exercício de um controle seletivo sobre a arena da disputa política.³² Isso porque as novas regras constitucionais definiam, seletivamente, o tipo de partido e os interesses por eles representados, que deveriam ter acesso aos centros decisórios. Partidos populares e/ou comunistas, ligados de forma orgânica com as massas e aos seus interesses, estavam praticamente excluídos pela própria Constituição.

Dito isso, vejamos agora quais foram, do ponto de vista do governo, os objetivos almejados com as tais reformulações na legislação partidária. Para isso, recorreremos a Golbery do Couto e Silva que, por sua ligação com a ditadura e com o próprio processo de transição, consideramos ser um dos porta-vozes ideais do regime. Será utilizado um artigo de autoria do general que, datado de 1980, seria publicado somente nove anos depois pela *Revista da Escola Superior de Guerra*.³³ No documento, Golbery, fazendo uma avaliação em retrospectiva acerca do processo transitório em curso, aborda a dissolução do sistema bipartidário, trazendo informações relevantes que indicam algumas das perspectivas do governo com tal ação.

Couto e Silva, ao versar a questão partidária, inicia falando sobre a conjuntura política do período que precede as reformas. Este, segundo ele, não era totalmente seguro para o regime, pois o bipartidarismo apresentaria riscos ao governo, visto que o Brasil se encontrava imerso em “uma situação [...] bipolar – Governo versus Oposição [...] – sujeita, a todo momento, a perigosas radicalizações, sempre difíceis de resolver ou neutralizar.”³⁴ Partindo dessa observação, Golbery fazia a seguinte pergunta, em tom retórico: “como prosseguir [...] ante uma frente única de oposição?” E logo respondia: “A estratégia recomendaria, como requeria aliás, [...] pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes [partidárias]”. E completa, dizendo que, “Em termos políticos, estaria aí, à disposição, a tese vigorosa do pluripartidarismo”.³⁵ À vista disso, é possível atribuir às reformas na legislação partidária o objetivo em dividir o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, consequentemente, as forças oposicionistas que nele estavam agrupadas.

Golbery, porém, não para por aí. Adiante, suas palavras informam que o militar tinha uma visão extremamente elitista acerca da política, que possivelmente orientava o próprio processo transicional em curso. Em primeiro lugar, salta aos olhos que, para o general, “aos

³² MACIEL, David. Op. cit., p. 190.

³³ SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o Poder Executivo. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano V, n. 12, p. 111-135, 1989.

³⁴ SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 121.

³⁵ SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 122.

*partidos caberia o monopólio, entre eles e somente entre eles compartilhado, da ação política, da qual são, de direito, os únicos instrumentos especializados.”*³⁶ Partindo disso, condenava algumas ligações que haviam se formado, em fins da década de 1970, entre setores do MDB e movimentos sociais, dizendo que,

Antes, pela sua indefinição dentro de um partido extremamente heterogêneo [...], as forças [...] oposicionistas acabariam por submergir-se em conglomerados mais amplos, que abarcariam desde organizações religiosas [...], e associações culturais leigas, sindicatos e outras muitas entidades [...] aparentemente não engajadas. [Sendo que] Os verdadeiros agentes no campo político passaram a ser muito mais esses conglomerados do que o próprio partido único da oposição.³⁷

Esse pretenso problema dos “conglomerados”, contudo, poderia – e deveria – ser sanado, através da dissolução do partido único de oposição e a criação de um sistema multipartidário:

*[Com] O ressurgimento da vida partidária, [...] é de esperar-se que recoloca [...] os partidos em seu papel original de principais atores do campo político, fazendo refluir aos leitos de suas atividades específicas aquelas muitas entidades não políticas que haviam, extravasando de sua área operacional, usurpado espuriamente aquele mesmo papel como sucedâneos de partidos.*³⁸

Estes trechos são reveladores. Demonstram que, se por um lado, através de uma legislação partidária bastante restritiva, buscava-se impedir o acesso das massas à política institucional, por outro, havia a percepção de que os movimentos sociais de oposição identificados com as classes populares – sindicatos, união de estudantes, comunidades religiosas etc. – não deveriam ter quaisquer atividades políticas. Vale lembrar que, nesse período, os movimentos sociais estavam em plena ascensão, como atestam, por exemplo, o ressurgimento de um movimento operário combativo, a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e as diversas ações católicas que tinham íntima relação com as classes subalternas, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as diversas pastorais. Desse modo, é perceptível a existência de uma certa intenção em privar as massas da participação política – seja privando-as de constituírem partidos próprios que pudessem representá-las nos centros decisórios; seja defendendo uma despolitização e um não envolvimento dos movimentos sociais na nova “democracia” que se planejava estabelecer.

Por fim, o militar indica como a desarticulação do bipartidarismo poderia colocar o regime numa posição mais confortável frente às oposições. Para ele, isso se daria através de

³⁶ SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 124. (grifo nosso)

³⁷ SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 124.

³⁸ SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 124. (grifo nosso)

uma estratégia de cooptação de setores conservadores e/ou liberais da oposição, o que garantiria à ditadura uma maioria no Congresso e, portanto, o prosseguimento seguro da transição, dentro dos moldes planejados. Nesse sentido, dissera o general que,

Para tanto, cuidar-se-á de consolidar e, se possível, ampliar as próprias forças, mantendo sempre dissociada a frente oposicionista [...] pelo atendimento privilegiado das pretensões deste ou daquele partido ou grupo, em detrimento dos demais. E isso será tanto mais exequível, quanto mais nossos propósitos [...] de liberalização [...] incluam muitas das aspirações de outros partidos ou grupos, de maior afinidade conosco e cuja aliança ou apoio poderá vir a ser alcançado, numa [...] manobra de cooptação por partes.³⁹

Com tal medida, para o militar, “Tratar-se-á, no nosso caso, de manter e ampliar uma área central de manobra, essencial à promoção, em tranquilidade e segurança, de nossos objetivos políticos”.⁴⁰

Partindo dessas das informações contidas no citado artigo de Golbery, é possível concordar com os apontamentos feitos por David Maciel sobre o assunto. Para o historiador, a ditadura objetivava, com as mudanças na legislação partidária, “*rachar o MDB*, impedindo sua transformação no partido da ‘contestação e da desobediência civil’ e *desviando os movimentos populares emergentes da criação de partidos próprios e identificados com seus interesses de classe*”, e, além disso, “ampliar sua base de sustentação política, transferindo o encargo da defesa da autocracia burguesa também para os ‘partidos da ordem’ [que seriam criados e que constituiriam os grupos a serem cooptados]”.⁴¹

Agora, voltando à Emenda Constitucional nº 11, ela entraria em vigor a somente partir de janeiro de 1979, mesmo ano em que, não casualmente, fora decretada uma lei de anistia “irrestrita para os torturadores, mas muito restrita para os militantes de esquerda”.⁴² Esta, reivindicada desde 1964, veio apenas quinze anos depois, em um momento considerado oportuno pela ditadura, e foi por ela instrumentalizada de modo a atender os seus objetivos, sendo “apropriada pelos dirigentes do regime ditatorial [e utilizada] como uma tática do processo transicional.”⁴³ Partindo dessa premissa, entendemos que a anistia nasceu vinculada à questão partidária e, por isso, fora promulgada em um momento em que eram criadas medidas no sentido de estabelecer um sistema pluripartidário. Desse modo, a anistia serviria, dentre outras coisas, para “viabilizar institucionalmente a pluralização e ampliação da representação

³⁹ SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 125.

⁴⁰ SILVA, Golbery do Couto e. Op. cit., p. 125

⁴¹ MACIEL, David. Op. cit., p. 192.

⁴² KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 135.

⁴³ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura...**, Op. cit., p. 26.

política”⁴⁴ iniciada com a EMC-11; coisa que transparece no discurso governamental de João Baptista Figueiredo.

Em junho de 1979, o Executivo enviou ao Congresso Nacional uma proposta de lei, a ser apreciada e votada pelo Legislativo, que concederia uma anistia aos considerados, pelo regime, merecedores da ação. De forma anexa a tal proposta, estava a da *Mensagem nº 59, de 1979*⁴⁵, de autoria do presidente da República, onde Figueiredo teceu considerações acerca da conjuntura do país e, partindo disso, falou a respeito da anistia proposta.

No documento, o chefe de Estado inicia indicando a existência de uma relação entre a Emenda Constitucional de nº 11 e a necessidade de uma anistia, dizendo que, graças àquela “uma nova fase da política brasileira se inaugurava”, onde “Alarga-se o horizonte político, cabendo [ao governo] neste contexto proporcionar oportunidades a todos os brasileiros que pretendem oferecer sua contribuição.”⁴⁶ E é justamente para prover as referidas oportunidades que viria a anistia, visto que teria “o sentido de reintegrar o cidadão na militância política.”⁴⁷ João Figueiredo, indo adiante, expressa de maneira clara a relação existente entre EMC-11, a anistia e a perspectiva governista de se estabelecer, num futuro próximo, o pluripartidarismo, ao considerar superado o quadro bipartidário. Em suas palavras:

*[A anistia] É proposta ao Congresso Nacional quando, graças à Emenda Constitucional nº 11, um grande debate se trava sobre os partidos políticos e o destino do bipartidarismo que, historicamente se impôs, mas que já não atende às aspirações do eleitorado brasileiro.*⁴⁸

À vista das citações do ditador, fica evidente que a anistia ter sido aprovada no ano de 1979 não fora uma mera casualidade. Ao contrário, ela nasceu ligada à Emenda Constitucional de nº 11 e ao movimento de reformulação do quadro partidário iniciado por esta, sendo compreensível, assim, que ambas eram partes constituintes do processo em curso de ampliação e pluralização da arena de representação política. A ditadura trabalhava com a hipótese de que, ao serem anistiadas, diversas lideranças políticas outrora banidas da vida pública e/ou exiladas retornariam à política institucional e se movimentariam no sentido de formar novas agremiações partidárias. Operação esta que impulsionaria a fragmentação do MDB e, conseqüentemente, o

⁴⁴ MACIEL, David. Op. cit., p. 203.

⁴⁵ FIGUEIREDO, João Baptista. Mensagem nº 59, de 1979 (CN). In: CONGRESSO NACIONAL. **Anistia**. Vol. 1. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1982.

⁴⁶ FIGUEIREDO, João Baptista. Op. cit., p. 21.

⁴⁷ FIGUEIREDO, João Baptista. Op. cit., p. 22.

⁴⁸ FIGUEIREDO, João Baptista. Op. cit., p. 22. (grifo nosso)

fim da chamada frente única das oposições, estimulando, dessa forma, o surgimento do multipartidarismo.⁴⁹

Em dezembro de 1979, apesar das medidas levadas a cabo pelo governo e pelas movimentações político-partidárias já existentes, o país ainda se encontrava sob o sistema bipartidário; e a mudança veio pela legislação. No vigésimo dia do referido mês, João Figueiredo sancionou a Lei de número 6.767, que alterava determinados dispositivos da Lei Orgânica de Partidos Políticos, de 1971.⁵⁰ Por esta lei, que entrava em vigor na data de sua publicação, foram “extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar [ao Ato Institucional nº 2], [...] de 1965”⁵¹, forçando, assim, o fim da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do MDB.

Se, por um lado, a Lei nº 6.767 extinguiu o bipartidarismo, ela, ao mesmo tempo, estabelecia novas regras para a formação de partidos políticos que, entretanto, continuavam sendo bastante restritivas à formação de partidos populares, dando continuidade ao espírito da Emenda nº 11 que a antecederia. Basicamente, haviam dois caminhos a serem seguidos para que as novas agremiações fossem legalmente reconhecidas. Um deles abria a possibilidade para a formação de partidos de cúpula, constituídos por políticos profissionais já inseridos na institucionalidade política da ditadura. Este caminho era o menos burocrático, sinalizando, eventualmente, uma intenção do governo em facilitar a formação de agremiações partidárias com este perfil. Isso porque, de acordo com a lei,

Art. 14. *Funcionará imediatamente o partido político que, registrado no Tribunal Superior Eleitoral, tenha:*

I - *como fundadores* signatários de seus atos constitutivos *pelo menos 10% (dez por cento) de representantes do Congresso Nacional*, participando a Câmara dos Deputados e o Senado Federal; *ou*

II - *apoio expresso em voto* de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado que haja votado *na última eleição geral para a Câmara dos Deputados*, pelo menos por 9 (nove) Estados, com o mínimo de 3% (três por cento) em cada um deles.⁵²

Dessa maneira, percebe-se que, neste ponto, pouca coisa se fez em relação ao que fora definido pela EMC-11. Se antes, os partidos precisavam reunir, como seus fundadores, 10%

⁴⁹ KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 134-137.

⁵⁰ BRASIL. **Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979**. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). Brasília, DF, 1979, art. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm#:~:text=L6767&text=Modifica%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,1977%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 08 out. 2024.

⁵¹ BRASIL. **Lei nº 6.767...**, Op. cit., art. 2, parágrafo único.

⁵² BRASIL. **Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971**. Lei Orgânica de Partidos. Brasília, DF, 1971, art. 14. Redação dada pela Lei nº 6. 767, de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5682.htm. Acesso em: 08 out. 2024. (grifo nosso)

dos membros da Câmara e do Senado, agora, pelo inciso I da nova lei, bastaria reunir 10% em todo o Congresso, sendo suficiente, nesse cálculo, a presença de apenas um único senador. A mudança trazida aqui facilitava o registro de novas siglas, pois “diminuía sensivelmente o quórum exigido no Senado, [que era] muito mais difícil de se obter.”⁵³ Já em relação ao inciso II, mantiveram-se exatamente as mesmas regras anteriormente estabelecidas pela Emenda nº 11.

Se uma agremiação em processo de formação, contudo, não reunisse o percentual mínimo no Congresso, nem tivesse a quantidade de votos exigida, havia, ainda, uma outra alternativa que, em tese, permitia a livre formação partidária. Em tese porque este caminho era bastante difícil, visto que contava com “várias etapas para a transformação do registro provisório de um partido em registro definitivo, todas elas acompanhadas de atos de natureza burocrática que dificultam principalmente a organização de partidos populares”.⁵⁴ Por esta via, por exemplo, uma agremiação a ser formada deveria eleger, entre seus fundadores, uma Comissão Diretora Nacional Provisória, a ser composta por sete a onze membros, que ficaria responsável por redigir e publicar, na imprensa oficial, os estatutos e o programa partidários. Esta Comissão, seguindo uma hierarquia extremamente verticalizada, deveria, ainda, designar, “em ata, para os Estados, comissões com igual número de membros, que, autorizadas por aquela, [...] [nomeariam], na respectiva área territorial, comissões para os Municípios e para as zonas eleitorais existentes nas suas capitais.”⁵⁵ Feito isso, os partidos teriam um prazo de apenas doze meses para a realização de “convenções em pelo menos 9 (nove) Estados e em 1/5 (um quinto) dos [seus] respectivos Municípios”⁵⁶. Tais regras são apenas algumas das contidas na legislação, entretanto, exemplificam as dificuldades que eram impostas pela lei à formação partidária. Se esta, em teoria, era livre, na prática, haviam obstáculos muito difíceis de serem superados, principalmente por partidos surgidos “de baixo”. Estes, além de terem como requisito uma penetração considerável no território nacional – o que já era muito difícil –, deveriam, ainda, como observa Kucinski, realizar “inúmeras convenções estaduais e municipais, [a serem] formalizadas por livros de atas, difíceis e custosas para os partidos pobres, num país com as dimensões do Brasil, e com uma classe operária tão pauperizada.”⁵⁷

A reforma partidária, ainda, além de impor barreiras à formação de partidos populares, instituiu, também, regras para o funcionamento e organização internas às novas agremiações

⁵³ MACIEL, David. Op. cit., p. 239.

⁵⁴ KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 138.

⁵⁵ BRASIL. **Lei nº 5.682...**, Op. cit., art. 6.

⁵⁶ BRASIL. **Lei nº 5.682...**, Op. cit., art. 12.

⁵⁷ KUCINSKI, Bernardo. Op. cit., p. 138.

que lhes impunham características típicas de “partidos burgueses”, como afirma David Maciel.⁵⁸ Tais características

[...] seriam o *cupulismo*, a frouxidão organizativa e uma estrutura “desmobilizadora”, responsável pela *ausência de vínculo orgânico entre o partido e sua massa eleitoral*. [...] [E cujos] *desdobramentos* [...] seriam a *dominação da massa eleitoral pela direção nacional do partido e desta pela sua fração parlamentar*, a fugacidade e a circunstancialidade da vida partidária, o eleitoralismo, o desprezo pelos movimentos reivindicatórios [...] etc.⁵⁹

Isso porque, dentre outras coisas, a nova lei criava partidos estruturados a partir de uma hierarquia verticalizada, que ia do diretório nacional para os diretórios regionais, e destes para os municipais e distritais. Os diretórios eram os únicos órgãos de direção, enquanto que as convenções eram os espaços exclusivos de deliberação⁶⁰. Isso, na prática, acabava por excluir “o poder decisório de qualquer órgão de base”⁶¹, limitando, assim, os espaços de decisão a uma cúpula partidária, que seria composta, em sua maioria, por parlamentares de cada agremiação.

A lei de 1979 dotava a fração parlamentar dos partidos com alguns privilégios que a separava dos demais filiados. A legislação, por exemplo, ao mesmo tempo em que tornava limitado o acesso das bases às instâncias de deliberação e direção, garantia a presença das elites parlamentares nesses espaços. Exemplificando, tomemos o caso das convenções. Nestas, em qualquer nível – municipal, regional e nacional –, os delegados deveriam ser eleitos para tal função, exceto no caso dos parlamentares que, por conta de seus cargos legislativos, já eram delegados natos, podendo, inclusive, se beneficiar com o voto cumulativo, que lhes dava maior poder de decisão ao conferir-lhes mais de um voto.⁶² Outro traço desses privilégios é que, como noticia *Em Tempo*, nas convenções organizadas com a finalidade de escolher quais serão os candidatos nas próximas eleições, “todos os parlamentares (vereadores, deputados, senadores) com domicílio na base eleitoral participam com direito de voto na indicação dos candidatos, favorecendo dessa maneira o continuísmo parlamentar.”⁶³

Assim, é perceptível que a lei consagrava, através das referidas regras de funcionamento e organização interna, um perfil de partido pouco democrático, que seria dominado por uma cúpula dirigente – permeada por políticos profissionais – e que se manteria distante de suas

⁵⁸ MACIEL, David. Op. cit., p. 240.

⁵⁹ MACIEL, David. Op. cit., p. 233. (grifo nosso)

⁶⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução nº 10. 785**. Instruções para fundação, organização, funcionamento e extinção dos partidos políticos. Brasília, DF, 1980, art. 28. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/1980/RES107851980.htm>. Acesso em: 12 out. 2024.

⁶¹ MACIEL, David. Op. cit., p. 240.

⁶² MACIEL, David. Op. cit., p. 240.

⁶³ PONT, Raul. Op. cit., p. 4.

bases. Nesse sentido, a dinâmica interna dos partidos, imposta por lei, acabava por valorizar e reproduzir “aspectos devidos à centralidade eleitoral na vida partidária e característicos do ‘partido burguês’, como o eleitoralismo, a supremacia da fração parlamentar na direção [...], o cupulismo, a prevalência de uma relação inorgânica [...] com suas bases eleitorais e a ‘circunstancialidade’ da vida partidária.”⁶⁴ Era um modelo, portanto, que não favorecia a formação e o funcionamento de um partido democrático, com uma organização horizontal, e ligado organicamente às suas bases.

Portanto, pode-se afirmar, de maneira geral, que a reforma partidária de 1979 se deu de acordo com os anseios do regime pelo estabelecimento de uma democracia blindada no país. Ela, por um lado, criou possibilidades para a formação de partidos dotados com as características típicas de “partidos burgueses” e, por outro, estabeleceu uma série de entraves à constituição de partidos populares, comprometidos com interesses das classes subalternas. Dessa maneira, a Lei 6.767/79, seguindo o que fora feito no ano anterior com a EMC-11, acabou por criar mecanismos que permitiam à institucionalidade política o exercício de um controle seletivo sobre quem e quais interesses teriam acesso aos centros de decisórios. Partindo disso, então, concorda-se, aqui, com a seguinte afirmação de David Maciel:

*[...] [A reforma partidária conferiu aos partidos uma] funcionalidade como instrumentos de imunização da sociedade política em relação às demandas e aos movimentos das classes subalternas. Essa funcionalidade é devida não só às suas características organizativas e ao seu conteúdo de classe, mas também ao monopólio exercido pelos mesmos e garantido pela institucionalidade autoritária como canais exclusivos de representação política diante do Estado [– lembremos aqui das falas de Golbery]. [...] [E] isso significa, na prática, um veto à inserção das classes subalternas, particularmente as classes trabalhadoras, na esfera de representação política.*⁶⁵

Como desdobramento da lei de 1979, surgiu um novo quadro partidário composto por seis novos partidos que foram então criados: Partido Democrático Social (PDS); Partido Popular (PP), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido dos Trabalhadores (PT); e Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nos anos seguintes, com uma alteração ou outra – como a incorporação do PP ao PMDB, por exemplo – seriam estes principais participantes da política institucional.

⁶⁴ MACIEL, David. Op. cit., p. 240.

⁶⁵ MACIEL, David. Op. cit., p. 233. (grifo nosso)

2.3 Considerações finais

Por fim, façamos uma breve síntese. A transição política brasileira, iniciada nos anos de 1970, foi aqui compreendida como um movimento contrarrevolucionário de caráter preventivo levado a cabo pelos dirigentes do Estado. O objetivo era, ao longo de um processo que levaria anos, instaurar uma democracia blindada no país – modelo político que, por suas características, melhor satisfaria os anseios do grande capital. Nesse sentido, as reformas partidárias aqui abordadas foram entendidas como partes constituintes desse processo, visto que privilegiaram a formação de partidos de cúpula, dominados por políticos profissionais já inseridos na arena política, criando, ao mesmo tempo, diversas barreiras à constituição de partidos surgidos “de baixo” comprometidos com os interesses das classes subalternas. Portanto, entendemos as mudanças na legislação partidária como uma etapa para, na medida do possível, tornar os centros decisórios da política institucional impermeáveis à participação popular e às pressões das classes subalternas; em consonância, dessa maneira, com o ideal de estabelecimento de uma democracia restrita no país.

CAPÍTULO II

UMA CRUZADA TRABALHISTA NO EXÍLIO: AS ARTICULAÇÕES DE LEONEL BRIZOLA PELA FUNDAÇÃO DE UM NOVO PTB

3 CAPÍTULO II: Uma cruzada trabalhista no exílio: as articulações de Leonel Brizola pela fundação de um novo PTB

RESUMO

O presente capítulo terá por objetivo abordar as articulações realizadas no exílio por Leonel Brizola e seus colaboradores, buscando angariar adesões e apoios ao projeto de fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nesse sentido, nosso recorte temporal irá englobar o período entre 1977, quando o ex-governador gaúcho assume a liderança de um movimento orientado para a fundação de um novo PTB, indo até 1979, ano em que se promulga uma anistia no Brasil, permitindo que os trabalhos pelo partido fossem realizados em terras brasileiras. Assim sendo, o primeiro capítulo será subdividido em quatro partes. Na primeira, faremos algumas considerações sobre o exílio de brasileiros no pós-1964, abordando algumas de suas particularidades. Posteriormente, na parte seguinte, falaremos sobre as atividades políticas de Leonel Brizola no Uruguai, dando destaque para seus contatos com figuras ligadas à política brasileira e o desejo por parte de antigos trabalhistas pela criação de um novo PTB. Aqui, iremos até o início de 1978, quando o político gaúcho ruma para Portugal e faz da capital lusitana uma de suas bases para a fundação da referida sigla. Já na terceira seção do capítulo, iremos abordar as relações estabelecidas entre o grupo brizolista, enquanto representantes de um partido trabalhista em fase de construção, e a Internacional Socialista (IS). Por fim, e não menos importante, falaremos sobre os contatos estabelecidos entre o grupo de Brizola e os brasileiros exilados em diferentes países, sobretudo na Europa e América do Norte, e as adesões obtidas a partir daí. Defendemos que a proximidade a IS, assim como a presença de exilados brasileiros – com diferentes origens ideológicas – tiveram influência sobre o processo de fundação do novo PTB e sobre a formulação de seu programa político.

Palavras-chave: Leonel Brizola; exílio; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); trabalhismo.

3.1 O exílio brasileiro no pós-1964

Como demonstra René Armand Dreifuss,⁶⁶ em 1964, o bloco multinacional e associado, reunindo civis e militares – brasileiros e estrangeiros, sobretudo estadunidenses, segundo Bandeira⁶⁷ –, tomara de assalto o Estado brasileiro, depondo o governo legítimo de João Goulart e iniciando uma ditadura que duraria cerca de vinte anos. Em um contexto de acirramento da luta de classes, um de seus objetivos era impedir a realização das reformas de base – propostas pelo governo trabalhista de Jango e defendidas por diversos movimentos populares –, que iam em oposição aos seus interesses. Nesse contexto, os golpistas promoveram uma ação de saneamento político que, através do terrorismo de Estado, visou desarticular o movimento de massas, assim como o nacionalismo e o comunismo, que representavam interesses opostos aos seus.⁶⁸

A repressão dos golpistas não atingiu apenas movimentos sociais, como os estudantis e de trabalhadores. No Congresso Nacional, ainda em 1964, promoveu-se um verdadeiro expurgo, demonstrando que os partidos e a política institucional representavam alvos importantes do então novo governo. Maria Helena Moreira Alves⁶⁹, por exemplo, nos mostra que logo em abril, acompanhando o Ato Institucional nº1, uma primeira lista de cassações de membros do Congresso Nacional fora expedida contendo o nome de 40 pessoas. Destas, 18 pertenciam ao PTB, o que em nossa consideração, não fora casual, visto que o Partido Trabalhista, nos anos 1960, era a agremiação mais identificada com o nacionalismo e o reformismo.⁷⁰

Desse modo, tendo em consideração a arbitrariedade do novo governo, não nos surpreende o fato de a ditadura ter produzido logo em sua fase inicial assassinatos, torturas, prisões e perseguições de todo o tipo contra opositores; sejam eles reais ou apenas pessoas consideradas como tais. E com esse panorama no Brasil, muitas pessoas tiveram de recorrer ao exílio, pois se sentiram ameaçadas em continuar no país.

⁶⁶ DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 3 ed., 1981. Ver sobretudo os capítulos VII e VIII.

⁶⁷ BANDEIRA, Moniz. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 83-99.

⁶⁸ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 112-138, jan./jul. 2014, p. 130.

⁶⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2 ed., 1984. p. 61.

⁷⁰ BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed., 1978.

A respeito do exílio, Denise Rollemberg traz considerações relevantes que nos auxiliam a compreendê-lo como um fenômeno político. Para a autora, historicamente, o exílio possui a função de afastar do país pessoas e grupos contrários ao *status quo*. Desse modo, o exilado é um indivíduo que, “motivado pelas questões do país, envolve-se em conflitos sociais e políticos, diz *não* a uma realidade.”⁷¹ E é justamente por dizer “*não*”, em um ambiente autoritário, que a pessoa é levada a sair de seu lugar de origem. O exilado pode ser levado a partir por motivos diversos. Alguns são formalmente banidos – como foi o caso de alguns envolvidos com a luta armada e o sequestro de embaixadores no Brasil –, outros, saem do país em virtude de perseguições e ameaças. Há também aqueles que, em virtude do recrudescimento do ambiente autoritário, e não concordando com isso, simplesmente optam por partir.⁷² De qualquer modo, e isso deve ficar claro, “o exilado tem um projeto sócio-político para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado.”⁷³

Partindo dessas considerações, podemos compreender melhor o que ocorrera no Brasil. Por aqui, com os militares na Presidência, o exílio seguiu a mesma lógica das práticas repressivas, como torturas, assassinatos e prisões, que estavam sendo postas em prática já nos primeiros momentos do pós-golpe, pois objetivava-se eliminar pessoas e grupos que fossem contestadores da nova ordem, assim como indivíduos identificados com determinada experiência política⁷⁴, como é o caso dos trabalhistas e dos comunistas.

Trabalhando com o conceito de gerações com base em François Sirinelli, Denise Rollemberg considera que, no caso brasileiro, duas gerações sofreram com o exílio: a de 1964 e 1968. Como, ao longo do presente capítulo, falaremos sobre pessoas pertencentes a ambas, façamos algumas considerações.

Da primeira geração, fizeram parte aquelas pessoas atingidas nos momentos iniciais da ditadura, quando se buscava promover um saneamento político no país. Em geral, eram pessoas cuja atuação na política se dava dentro dos marcos legais, respeitando as regras democráticas do período anterior ao golpe.⁷⁵ São associados a essa geração os indivíduos identificados com as reformas de base, ligados a movimentos sociais, como de trabalhadores, e/ou a partidos

⁷¹ ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999, p. 27.

⁷² ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 44-45.

⁷³ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 45. (grifo nosso)

⁷⁴ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 47.

⁷⁵ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 38.

políticos, como o PTB e o PCB, cuja referência política são os eventos e lutas do pré-1964.⁷⁶ Em concordância, Teresa Cristina Schneider Marques aponta que a geração dos saídos em 1964 “era composta principalmente pelos ex-membros do governo deposto e partidos que o apoiavam”, com a maior parte do grupo encontrando refúgio no Uruguai.⁷⁷ Para essas pessoas, “a luta estava muito associada à defesa do passado anterior ao golpe, à preservação de uma tradição que merecia mudanças, nos limites de um projeto de reformas.”⁷⁸ Como representantes desse grupo, podemos citar a título de exemplo, os nomes do ex-presidente deposto, João Goulart, e do ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Sobre a geração de 1968, podemos dizer que era composta por pessoas mais jovens, em relação as da de 1964, com muitas delas saindo dos movimentos estudantis para ingressarem em organizações revolucionárias, que promoviam ações armadas como uma forma de resistência à ditadura. Eram críticos ao Partido Comunista Brasileiro, por ser considerado “pacifista” – visto que, naquela altura, não pregava a luta armada –, e ao PTB taxado de “populista”. Como diz Marques, “Acusados de terem sido excessivamente pacifistas e reformistas, as formas de organização política das esquerdas existentes antes de 1964 foram negadas pelas esquerdas que emergiram no momento posterior.”⁷⁹ Assim sendo, em seus referenciais políticos estavam os embates e eventos do pós-1964, como o “movimento estudantil, as passeatas, as greves, os sequestros de diplomatas”.⁸⁰ Obviamente, atuavam na clandestinidade e quando exilados, se concentraram sobretudo no Chile, em um primeiro momento que vai até 1973, e posteriormente na França.

Interessante notarmos ainda que o exílio brasileiro envolvendo as citadas gerações possuiu duas fases principais, que juntas englobam as décadas de 1960 e 1970.⁸¹ A primeira corresponde ao período entre 1964 e 1973, quando a maior parte dos exilados se concentrava na América do Sul, indo para países com regimes democráticos, sobretudo Uruguai e Chile. Nessa fase, predominou a ideia entre os brasileiros a ideia de que o exílio não duraria muito, sendo uma espécie de intervenção militar momentânea. Assim, muitos se dedicaram a atividades políticas, visando resistir a ditadura e, ao mesmo tempo, se preparar para o breve retorno ao Brasil. Leonel Brizola, por exemplo, membro da primeira geração, tentou de terras uruguaias promover uma insurreição no Brasil, a partir do Rio Grande do Sul, como relata

⁷⁶ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 50.

⁷⁷ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 38.

⁷⁸ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 51.

⁷⁹ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 38.

⁸⁰ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 50.

⁸¹ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 53-59.

Moniz Bandeira,⁸² visado derrubar a ditadura em um movimento que reuniria civis e setores das Forças Armadas. Em relação aos membros da geração de 1968, podemos citar como exemplo a criação no Chile de “sessões exteriores” de organizações que atuavam no Brasil, que tinham como objetivo o combate a ditadura brasileira e a defesa da revolução socialista.⁸³

A segunda fase do exílio, por sua vez, inicia-se em 1973, ano que marca um ponto de inflexão para as esquerdas brasileiras exiladas. Nesse ano, o Chile, que até então era receptivo aos exilados, em grande parte devido a solidariedade do governo do socialista de Salvador Allende, assim como de organizações chilenas de esquerda, fora alvo de um golpe perpetrado pelas forças armadas com apoio civil, que contara com forte colaboração estadunidense, e até mesmo do governo ditatorial brasileiro, como afirmam Lemos⁸⁴ e Marques.⁸⁵ A queda do presidente andino, socialista e democraticamente eleito, foi seguida de uma escalada de violência que se abateu localmente sobre diversos indivíduos e organizações consideradas oposicionistas, incluindo aí brasileiros em exílio.

Desse modo, pode-se dizer que golpe no Chile representou uma derrota para a esquerda latino-americana. E nessa situação, os brasileiros que lá residiam tiveram de se exilar novamente, agora em outros continentes, visto que muitos países latino-americanos se recusaram a recebê-los. E a Europa ocidental foi o destino de boa parte dessas pessoas, com a França se tornando “a capital do exílio”⁸⁶. E é justamente aqui que se inicia a segunda fase do exílio brasileiro. Agora, com a América Latina imersa em golpes de Estado e ditaduras, a perspectiva de um breve retorno ao país de origem se tornava algo distante. Também nesse momento, em contato com o clima político europeu, fortemente marcado por uma tradição social-democrata, muitas pessoas começaram a revisar seus posicionamentos políticos e formas de militância, com boa parte delas abandonando a ideia de uma revolução armada e adotando pautas da chamada “nova esquerda”, como o feminismo, os direitos da população negra e a defesa da democracia liberal como um valor universal, dentre outras coisas. Nesse contexto, as pessoas continuaram resistindo a ditadura, mas através de outras práticas e formas de atuação, voltadas para a denúncia da violência cometida de forma arbitrária pelo Estado brasileiro. E

⁸² BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 ed., 1979, p. 100-101.

⁸³ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 112-139, ago. 2015, p. 116-117.

⁸⁴ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil: 1964-1979**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p. 112-123.

⁸⁵ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 114-115.

⁸⁶ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 57.

nesse empreendimento, contaram com o apoio de entidades e organizações estrangeiras, como a Anistia Internacional.

É importante fazermos essas considerações, pois o movimento liderado, a partir do exílio, por Leonel Brizola visando a fundação de um Partido Trabalhista Brasileiro reuniu pessoas de ambas as gerações. E as condições impostas pela condição exilar tiveram uma influência importante sobre esse projeto político-partidário, assim como sobre os indivíduos que dele fizeram parte. Nessa direção, faz-se necessário trazermos alguns apontamentos feitos por Teresa Cristina Schneider Marques.

Marques defende que, ao se analisar a atuação política de exilados, devemos levar em consideração os contextos nacionais dos países em que essas pessoas se encontram, assim como as redes de relacionamento nas quais estão inseridas.⁸⁷ Partindo dessa compreensão, e tomando Luis Roniger como referência, a autora enxerga o exílio como um jogo político envolvendo uma estrutura composta por diferentes elementos. Em suas palavras:

[o exílio] antes da globalização mantinha uma estrutura tríplice e posteriormente, evoluiu para uma estrutura quádrupla. Nela, além do exilado, participam também o país expulsor e o país de acolhida, e, após a globalização, a sociedade transnacional.⁸⁸

As pessoas nessa condição, por exemplo, têm sua atuação influenciada pela conjuntura política, econômica e social do país que as recebe, país este que, não raramente, sofre pressões da nação expulsora visando limitar a atuação das pessoas exiladas. Além disso, entra ainda a dimensão transnacional.

A respeito da sociedade transnacional no contexto específico do exílio brasileiro, a historiadora aponta que esta dimensão foi incorporada apenas durante a segunda fase, após o golpe no Chile, em 1973, com a dispersão de brasileiros por diversos países, sobretudo europeus. Isso se deu, a partir de contatos estabelecidos, no Velho Continente, com organizações internacionais, que,

Funcionando como condutoras de valores e interessadas em potencializar a força de suas causas [...] contribuíram para que os brasileiros abandonassem as antigas bandeiras de luta ligadas à militância política efetivada no Brasil, em favor dos temas privilegiados por essa rede de solidariedade.⁸⁹

⁸⁷ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 15.

⁸⁸ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A atuação política de elites no exílio: Leonel Brizola no Uruguai e em Portugal. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 213-227, jan./abr. 2018, p. 216-217.

⁸⁹ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância Política...**, Op. cit., p. 222.

Como exemplo dessa dimensão transnacional, podemos citar o caso de mulheres brasileiras que, na França, tiveram contato com o movimento feminista, que era um movimento social a “conecta[r] atores não-estatais de diferentes nacionalidades visando causar transformações sociais em diferentes localidades.”⁹⁰ Algo semelhante era realizado pela Internacional Socialista – como veremos mais adiante –, que reunia em seu interior diversos partidos que, dentre outras coisas, visavam difundir a agenda social-democrata europeia para diversas partes do mundo, inclusive na América Latina.

Desse modo, visto que o presente capítulo se concentra no período entre os anos de 1977 e 1979, nós não podemos negligenciar a presença dessa estrutura quádrupla na militância política de brasileiros exilados.

Outra contribuição importante de Marques para nosso estudo diz respeito a atuação de elites políticas no exílio, e as particularidades dessa situação.⁹¹ A relevância disso para nós é essencial, visto que o líder do movimento pela fundação de um novo PTB, a partir de fins dos anos 70, era um membro da elite política brasileira no período que antecedeu ao golpe de 1964.

Pois bem, em primeiro lugar, um membro da elite política em exílio é um exilado de “alto nível”, cuja atuação em seu país de origem lhe conferiu uma quantidade de recursos, ou capitais políticos, que podem ser aproveitados na condição exilar. Esses indivíduos, com considerável prestígio por sua atuação pregressa, geralmente são representantes de um projeto político, que fora derrotado em sua terra natal. João Goulart, por exemplo, representava o trabalhismo brasileiro em sua vertente reformista, de esquerda, assim como seu cunhado, Brizola.⁹²

Em relação à acolhida de exilados em outros países, Teresa Marques pontua que existem particularidades quando se trata de membros de elite política. Em primeiro lugar, o recebimento dessas pessoas nunca é isento de interesses. Isso porque “o exílio político de elites depende da interação do exilado e do projeto político que ele representa com os interessados em acolhê-lo.” E essa “solidariedade permite com que o exílio raramente signifique o isolamento político.” Além disso, coloca a autora que, com a globalização, “a sociedade de acolhida também passou a entrar nessa equação, interessada na possibilidade desse acolhimento representar um fortalecimento de valores que lhes são caros.”⁹³

⁹⁰ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A esquerda brasileira..., Op. cit., p. 126.

⁹¹ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A atuação política..., Op. cit., p. 215-218.

⁹² Moniz Bandeira defende que nos anos de 1960, o Grupo Compacto do PTB, assim como o líder máximo da agremiação, João Goulart, tiveram influência decisiva para que o partido tivesse uma base ideológica mais bem definida à esquerda, em uma postura próxima a social-democracia. Ver: BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart...**, Op. cit., p. 35-42.

⁹³ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A atuação política..., Op. cit., p. 217.

Isso posto, podemos, agora, passar para a análise dos movimentos realizados por Brizola e seus colaboradores, fora do Brasil, no sentido de angariar apoios ao projeto político-partidário que visava a fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro. Veremos nas próximas páginas que as considerações realizadas na presente seção nos serão úteis, pois entendemos que os contextos nacionais, assim como as redes de relacionamento estabelecidas pelos trabalhistas, e a própria condição de Leonel Brizola, enquanto exilado de “alto nível”, tiveram influência direta na atuação política do ex-governador, assim como formação do partido e na configuração de seu programa político.

Como fontes primárias, utilizaremos, sobretudo, entrevistas, e depoimentos concedidos à época ou posteriormente, assim como os documentos produzidos pelos serviços brasileiros de informação – relatórios, dossiês, informes etc. –, que monitoraram a movimentação realizada no exterior em prol do Partido Trabalhista.

3.2 Os (des)caminhos de Montevidéu a Lisboa

*Na verdade, estamos levantando
a questão do trabalhismo há muito tempo,
desde que saí do Uruguai.
– Leonel Brizola⁹⁴*

Na década de 1960, o PTB, em aliança com o movimento popular, integrou o que René Armand Dreifuss chamou de bloco “nacional-reformista”, lutando pela realização de reformas estruturais de caráter popular, que contrariavam frontalmente os interesses do “bloco multinacional e associado”. Este, defendendo seus interesses de classe, deu um golpe para, entre outras coisas, coibir o movimento de massa e impedir a realização das referidas reformas⁹⁵. E é precisamente por isso que Moniz Bandeira identifica o movimento empresarial-militar como “antinacional e antipopular”, dotado de “caráter contrarrevolucionário.”⁹⁶

Nesse contexto, foi desencadeada uma dura repressão contra as forças identificadas com o nacionalismo reformista e com o governo deposto, sendo o PTB um de seus alvos principais em um primeiro momento. Sobre esta agremiação, Maria Celina D’Araújo⁹⁷ identifica que ela

⁹⁴ BRIZOLA, Leonel. Visitas à redação: Brizola. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 12 out./18 out. 1979, p. 5.

⁹⁵ DREIFUSS, René Armand. Op. cit., p. 125-160.

⁹⁶ BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart...**, Op. cit., p.186.

⁹⁷ D’ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 165.

fora a mais atingida pela violência dos golpistas, perdendo o governo e ficando em primeiro lugar no número de cassações de mandatos; semelhante ao que é apontado por Alves.⁹⁸ E vale destacar que, como notam Brandalise e Harres, a repressão não atingiu somente os políticos profissionais e lideranças mais combativas, alcançando também a militância de base, ou seja, simples filiados ou associados ao PTB.⁹⁹

Em meio a tal situação, lideranças trabalhistas tiveram de recorrer à clandestinidade e/ou ao exílio, como foi o caso do então deputado federal pelo estado da Guanabara, Leonel Brizola. Este, após o golpe, tornou-se uma das pessoas mais procuradas pelos militares brasileiros e pela *Central Intelligence Agency* (CIA), sendo obrigado a viver como clandestino no Brasil por um período de trinta e cinco dias.¹⁰⁰ Após isso, decidiu rumar para o Uruguai, onde viveria como exilado por aproximadamente treze anos. A propósito, Brizola é um típico representante da primeira geração de exilados da qual fala Denise Rollemberg.

No país cisplatino, mesmo na condição de exilado, o ex-governador do Rio Grande do Sul continuou atuando politicamente, assim como também faria alguns anos depois em solo europeu. É importante lembrarmos aqui que, apesar de funcionar como um mecanismo de exclusão, o exílio não deve ser visto como um hiato na militância política dos exilados. Dessa forma, concordamos com Jean Rodrigues Sales ao apontar que “devemos entender tal período [exilar] como parte da trajetória política dessa geração, e não como um capítulo separado de suas trajetórias pessoais.”¹⁰¹

Em terras uruguaias, Brizola atuou politicamente, sendo muito procurado, por exemplo, por brasileiros da oposição para conversas e conselhos políticos. Chegou também, logo nos primeiros anos após o golpe, a participar como liderança de um movimento guerrilheiro que almejou instalar três focos de guerrilha rural no Brasil, contando inclusive com apoio cubano em dinheiro, armas e treinamento militar. Dos focos planejados, apenas um fora instalado de fato, na Serra do Caparaó, em Minas Gerais. E o intento acabou não dando certo, com os guerrilheiros sendo denunciados pelos próprios moradores locais, que estranharam a movimentação de desconhecidos pela região. A guerrilha do Caparaó, como o movimento ficou

⁹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. cit., p. 61.

⁹⁹ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O Povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53-85.

¹⁰⁰ LEITE, Maria Cláudia Moraes. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)**. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p. 41-44.

¹⁰¹ SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 31, set./dez. 2020, p. 7.

conhecido, fora muito facilmente desbaratada e os envolvidos presos, mas constituiu-se na “primeira tentativa organizada de luta armada com o objetivo de derrubar a ditadura.”¹⁰²

Dito isso, importa pontuar que Brizola ficaria por ali pelo Uruguai até o ano de 1977. Nesse meio tempo, além da citada breve participação em resistência pela via armada, o ex-governador estabeleceu contatos com diversos brasileiros – exilados ou não –, e fez diversas denúncias à imprensa a respeito da situação vivida no Brasil, como demonstra Maria Cláudia Moraes Leite.¹⁰³ Segundo esta, as atividades oposicionistas do gaúcho foram mais intensas em seus primeiros anos de exílio, visto que a partir do início da década de 1970, passou a dedicar-se principalmente aos cuidados de seus negócios no ramo agropecuário, como produtor rural¹⁰⁴; situação de relativa tranquilidade que não duraria muito tempo.

Em setembro de 1977, já sob um governo ditatorial, o Uruguai decide expulsar Leonel Brizola, sem aviso prévio ou motivo aparente. Como aponta Leite, “Não havia razão tangível, pessoal ou política, que justificasse a medida tomada”¹⁰⁵, ainda mais nesse momento em que o ex-governador se dedicava mais às suas fazendas e criações. Ao que nos parece, as razões para a expulsão são até hoje obscuras. Porém, tanto Moniz Bandeira¹⁰⁶, quanto Maria Leite¹⁰⁷ indicam uma possível pressão do governo do Brasil, na figura do então ministro da Guerra, general Sílvio Frota. Ambos autores apontam que Frota almejava dar um golpe para impor o seu próprio nome como sucessor de Ernesto Geisel na Presidência. E, para isso, necessitava que a Região Sul do Brasil, estratégica por conta do III Exército,

ficasse livre da presença de Brizola, uma vez que o político, residindo tão perto da fronteira, possivelmente retornaria ao Brasil para reeditar a Campanha da Legalidade, o que desestabilizaria ou até mesmo derrubaria o futuro regime frotista.¹⁰⁸

Seja como for, a partir de sua expulsão, o gaúcho passa a se movimentar politicamente visando fundar um novo partido no Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro, quando a situação interna do país o permitisse. Assim sendo, concordamos com a avaliação de Bandeira, para

¹⁰² GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Os comunistas estão chegando!”: a Guerrilha do Caparaó e o medo da população local. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 18.

¹⁰³ LEITE, Maria Cláudia Moraes. Op. cit. Ver os capítulos 1 e 2.

¹⁰⁴ LEITE, Maria Cláudia Moraes. Op. cit., p. 122.

¹⁰⁵ LEITE, Maria Cláudia Moraes. Op. cit., p. 124.

¹⁰⁶ BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo...**, Op. cit., p. 104.

¹⁰⁷ LEITE, Maria Cláudia Moraes. Op. cit., p. 124-125.

¹⁰⁸ LEITE, Maria Cláudia Moraes. Op. cit., p. 124-125.

quem “O Governo do Uruguai, ao expulsá-lo de seu território abriu-lhe as portas do mundo [...], reintegrando-o, por mais paradoxal que isto pareça, na política brasileira.”¹⁰⁹

Sobre a questão do PTB e dos antigos trabalhistas que tiveram alguma ligação com a sigla no período pré-1964, podemos fazer algumas considerações, com base em depoimentos. De acordo com José Gomes Talarico – uma das lideranças do antigo PTB no estado da Guanabara nos anos de 1960, que posteriormente ingressaria no Partido Democrático Trabalhista (PDT) –, mesmo com o golpe e o exílio, os trabalhistas mantiveram contato entre si. Ele relata que enquanto esteve vivo, João Goulart era reconhecido como a maior liderança do trabalhismo e, nessa condição, era procurado por antigos companheiros de sigla – estivessem eles cassados, exilados ou ainda atuantes no Brasil através do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – para consultas e discussões políticas.¹¹⁰ Algo semelhante ocorria com Brizola que, segundo Leite, também recebia visitas de políticos brasileiros. Cita a autora, por exemplo, que ele recebia visitas de emedebistas, sendo consultado sobre questões políticas, como a reorganização de diretórios do MDB na Região Sul do Brasil. Para ela, o ex-governador funcionava como um orientador de alguns “autênticos” do partido.¹¹¹

Segundo Talarico, havia, ainda, entre os trabalhistas um desejo pela restauração da antiga sigla. Para ele, “Tanto Jango como Brizola e os principais líderes do partido, todos nós que éramos do PTB continuávamos na expectativa do ressurgimento [...] e da preservação da legenda. Achávamos que o caminho era esse.”¹¹² Já Moniz Bandeira, por sua vez, chegou a afirmar em duas ocasiões que, em meados dos anos 1970, havia entre as pessoas próximas a Goulart a ideia de se reorganizar o PTB.¹¹³

Os citados relatos revelam que, mesmo com a ditadura e o exílio das principais lideranças do trabalhismo, pessoas dessa corrente política mantiveram, em algum grau, uma articulação entre si. Além disso, demonstram que o desejo em retomar a antiga sigla se fazia presente entre os antigos trabalhistas. Nesse sentido, a propósito, podemos perceber aqui uma das características da primeira geração, a de 1964, que é justamente o “desejo [...] de recuperar o passado”¹¹⁴, de retomar as antigas lutas do pré-64.

¹⁰⁹ BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo...**, Op. cit., p. 105.

¹¹⁰ TALARICO, José; FREIRE, Américo (coord.). **José Talarico**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 300-301.

¹¹¹ LEITE, Maria Cláudia Moraes. Op. cit., p. 116-119.

¹¹² TALARICO, José; FREIRE, Américo (coord.). Op. cit., p. 315.

¹¹³ BANDEIRA, Moniz. **Trabalhismo e socialismo no Brasil: a Internacional Socialista e a América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1985, p. 37; BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Luiz Alberto Vianna de Moniz Bandeira (depoimento, 2003)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010, p. 71.

¹¹⁴ ROLLMBERG, Denise. Op. cit., p. 51.

Voltando ao ano de 1977, e olhando para o contexto político brasileiro, não nos causa total surpresa o fato de que fora somente a partir dos últimos meses desse ano que uma antiga aspiração de parte dos trabalhistas ganhou corpo em um projeto melhor articulado, indo além da mera aspiração. A partir de 1974, com o início do governo Ernesto Geisel, deu-se início a um processo de transição que, de forma “lenta, gradual e segura”, abria o caminho para estabelecimento de um regime democrático liberal. E isso se deu a partir de uma série de “microtransformações”, via reformas institucionais, que dentre outras coisas, permitiram a incorporação de novas forças políticas, assim como a ampliação do sistema partidário¹¹⁵ – ocorridas no ano de 1979, após uma anistia e reforma na Lei Orgânica de Partidos Políticos, já sob o governo de João Figueiredo. Importa pontuarmos que em 1977 o governo ditatorial brasileiro já admitia publicamente que futuras reformas no sistema político seriam implantadas ao final do Governo Geisel. Exemplo disso foi a chamada “Missão Portella”, liderada pelo então senador Petrônio Portella, que buscava, dentre outras coisas, estabelecer contatos com a oposição moderada – parlamentar ou não, como entidades da sociedade civil – visando criar entendimentos acerca das futuras reformas.¹¹⁶

Foi justamente no contexto em que a ditadura empreendia uma política de “descompressão”, como era chamada pelas lideranças militares¹¹⁷, com representantes do governo já admitindo que em breve o sistema político seria alterado, que diversos atores começaram a se movimentar, visando a formação de novos partidos, quando a situação no país o permitisse. Portanto, compreendemos que as movimentações dos trabalhistas liderados por Leonel Brizola estão inseridas nesse contexto específico da política brasileira – ainda que seu maior nome estivesse exilado e impossibilitado de retornar ao Brasil. Acreditamos que dificilmente o projeto trabalhista ganharia maior corpo, caso uma transição não estivesse em curso, e não houvesse a expectativa de modificações no sistema político do país nos anos seguintes.

Isso posto, regressemos ao Uruguai. No contexto da expulsão de Brizola, Moniz Bandeira revela uma conversa que tivera com o ex-governador. Segundo o cientista político, ele teria recomendado a Brizola que assumisse a liderança do Partido Trabalhista e começasse a agir no sentido de reorganizá-lo, dando início a algo já estava sendo pensado por algumas pessoas, e mais: que colocasse o PTB como um partido social-democrata. A justificativa é que

¹¹⁵ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, v.03, n. 5, p. 287-313, 2002, p. 293.

¹¹⁶ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Anistia, ditadura e transição...**, Op. cit., p. 226-235.

¹¹⁷ MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004. Ver sobretudo os capítulos 2 e 3.

esse alinhamento à centro-esquerda seria “uma forma de neutralizar [o movimento trabalhista] perante os Estados Unidos” e, ao mesmo tempo, abriria a oportunidade para que fosse buscada “uma aliança com a social-democracia europeia.”¹¹⁸

Bandeira, ainda, conta que essa aproximação entre trabalhismo e social-democracia era algo que, à época, já estava circulando, visto que Jango, pouco antes de sua morte – ocorrida em dezembro de 1976 –, já havia sido convidado pela Internacional Socialista (IS) para participar de uma de suas reuniões na Europa. Isso em um momento que a organização visava se aproximar de forças políticas democráticas da América Latina.¹¹⁹ Portanto, o cientista político recomendara a Brizola que fosse até os partidos europeus alinhados a IS em busca de apoio ao projeto de fundação do PTB.¹²⁰ E nos parece que foi justamente com essa ideia que Brizola deixara o Uruguai.

Ao sair da América do Sul, o político gaúcho rumou para os Estados Unidos, país que lhe concedera asilo provisório, negociado em sua embaixada de Montevidéu. Chegando em terras estadunidenses em 22 de setembro de 1977, Brizola falou à imprensa brasileira, fazendo acenos à social-democracia. Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, quando perguntado como se define ideologicamente, respondera:

Depois de todo esse tempo afastado da política, lendo, amadurecendo, *depois de fazer um exame crítico do passado e fazendo uma projeção para o futuro, situo-me [...] ideologicamente como um social-democrata e como um dissidente dos regimes militares, especificamente [...] [o] que existe no meu país.*¹²¹

Se ao *JB* Brizola se limitara a definir-se ideologicamente, ao *Coojornal*, periódico independente do Rio Grande do Sul, em edição de novembro de 1977, fez revelações sobre seus planos futuros, em uma reportagem com um título bastante sugestivo: “Voltar...e fundar o novo PTB”.¹²² Nesta, o líder trabalhista toca em algumas questões que nos ajudarão a compreender a forma como esse novo Partido Trabalhista estava sendo pensado por ele. E parte dessas informações se tornam mais elucidativas, se cruzadas com outra entrevista concedida – alguns meses depois, em meados de 1978, na cidade de Nova Iorque – a Moniz Bandeira, que à época

¹¹⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Luiz Alberto Vianna...**, Op. cit., p. 79.

¹¹⁹ PEDROSA, Fernando. Redes transnacionales y partidos políticos. La Internacional Socialista en América Latina (1951-1991). **Iberoamericana. América Latina – España – Portugal**, Berlim, v. 13, n. 49, p. 25-46, 2013.

¹²⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Luiz Alberto Vianna...**, Op. cit., p. 79.

¹²¹ SCHILLER, Beatriz. Brizola chega aos Estados Unidos com elogios a Carter. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23. set. 1977, Política e governo, p. 4. (grifo nosso)

¹²² VOLTAR... e fundar o novo PTB. **Coojornal**, Porto Alegre, nov. 1977, p. 20-21. Disponível em: Sistema de Informação do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8. GNC.AAA.77.108939an001.

redigia um livro sobre Leonel Brizola. Seleccionamos essas duas fontes, pois trazem dados sobre alguns dos temas que se mostravam caros para essa corrente política.

Como ponto de partida, é interessante notamos nas falas de Brizola uma tentativa em estabelecer uma ligação entre o passado, representado pelo trabalhismo do antigo PTB, e a atualidade, apresentando o novo Partido Trabalhista como uma agremiação moderna, atenta as questões da época, e ao mesmo tempo fiel a alguns princípios do trabalhismo brasileiro.

Ao *Coojornal*, o ex-governador apresentou sua agremiação como o “novo PTB”, fazendo a defesa da utilização de uma antiga sigla por esta possuir “raízes históricas”, que, em sua interpretação, era algo essencial para “um partido que queira atingir as massas.” Contudo, ressalta que a nova agremiação não será uma mera cópia do antigo PTB, mas algo novo, adaptado às realidades brasileira e mundial – muito diferentes das conjunturas das décadas de 1940, 1950 e 1960, em que atuou o antigo partido. Para o ex-governador:

[...] nós não podemos [...] ressurgir na época de hoje e dizer: ‘Bem, o que se preconizou em 1960, 62, deve ser executado em 77’. Não, isso seria um absurdo, mesmo porque nós estamos vivendo [...] numa época muito dinâmica, e *todas as soluções têm que ser adaptadas às realidades atuais. Mas, uma questão são os princípios e teses, certo sentido com que se enfocam alguns problemas. Estes permanecem.*¹²³

A respeito dos citados “princípios”, mais adiante são feitos alguns apontamentos que remetem à Getúlio Vargas e ao seu pensamento. Brizola nessa entrevista, cita a Carta-Testamento do ex-presidente, que para ele indica os caminhos a serem seguidos pelo Brasil: “É um documento para valer. O documento de um homem que [...] diz: ‘[...] não consigo atravessar isso aqui. Mas sei que o Brasil tem que ir para lá’”. Por isso, defende ser a Carta um “documento para ser estudado e meditado”, pois fora “escrita para esta época’.”¹²⁴ Desse modo, percebemos que Brizola defendia a atualidade do pensamento de Vargas, expresso em seu último registro escrito, mesmo após cerca de vinte e dois anos de sua redação. Além disso, ao expressar tais opiniões, o político apresentava a si mesmo e o partido que liderava como representantes do legado de Getúlio na política brasileira; em mais um aceno ao passado do trabalhismo. Interessante que ao lado da referência à Vargas, outro elemento aparece como uma das bases doutrinárias da nova sigla que se visava fundar: a social-democracia.

Leonel Brizola, ao *Coojornal*, afirma que o antigo PTB possuía ligações com os partidos sociais-democratas europeus, através de contatos e intercâmbios, sobretudo com o Partido

¹²³ VOLTAR... e fundar o novo PTB. *Coojornal...*, Op. cit., p. 21. (grifo nosso)

¹²⁴ VOLTAR... e fundar o novo PTB. *Coojornal...*, Op. cit., p. 20.

Trabalhista Inglês, e que nos anos de 1970 tal ligação tornou-se maior devido à facilidade nas comunicações. Para ele, o que já existia tornou-se mais intenso, visto que “nós estamos muito mais atualizados e entrosados com os debates sobre muitos temas que ocorrem na Europa e [...] em outros lugares.”¹²⁵

Mais informações sobre a conexão entre trabalhismo e social-democracia foram concedidas, ainda, a Moniz Bandeira. A este autor, o político gaúcho afirmara que o antigo PTB ocupava no Brasil o mesmo espaço que, na Europa ocidental, era ocupado pelas siglas de centro-esquerda, como os diferentes partidos socialistas, sendo “natural, portanto, que procuremos conhecer-nos, trocar informações.”¹²⁶ Assim sendo, fica claro que Brizola fazia acenos claros aos partidos de centro-esquerda europeus, defendendo um intercâmbio entre eles, além de situar sua corrente política dentro da social-democracia, que à época tinha força considerável em alguns países europeus, como França, Portugal, Suécia, Alemanha Ocidental, Inglaterra etc.

Para além disso, vale a pena citarmos qual era o público-alvo do novo partido, ou seja, a qual grupo de pessoas ele se voltava. Ao *Coojornal*, o ex-governador expressou o entendimento de que a sigla deveria ser “um denominador comum para todas as gerações jovens”, sendo “*essencialmente a expressão das massas populares: da cidade e do campo.*”¹²⁷ Se ao periódico o gaúcho não deu muitos detalhes, se limitando a afirmar que o partido se voltava para as classes populares, a Bandeira foi diferente. Em entrevista ao cientista político, Brizola foi menos conciso, apresentando a ideia de que o novo PTB, em sua composição interna, deveria ser uma espécie de frente ampla de esquerdas, reunindo diferentes tendências, desde que dispostas a abraçar os princípios partidários. Diz ele:

*Entendo, portanto, que o PTB, como um partido de massas, das grandes maiorias do País, deve ser amplo, isto é, deve congrega todas as correntes do movimento popular, respeitando-se a liberdade de tendências. O PTB não pode fazer opção filosófica ou religiosa. Mas pode e deve abrigar, como um partido de massas, não só os que tem origem getulista e trabalhista, mas também cristãos de esquerda, socialistas, fabianos etc., desde que aceitem a sua doutrina e o seu programa.*¹²⁸

Por essas palavras, percebemos que, para além de um caráter plural, o líder trabalhista buscava apresentar seu partido como uma agremiação voltada para os interesses das camadas mais

¹²⁵ VOLTAR... e fundar o novo PTB. *Coojornal...*, Op. cit., p. 20.

¹²⁶ BRIZOLA, Leonel. Perspectivas da Crise Brasileira. In: BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo...*, Op. cit., p. 194-195.

¹²⁷ VOLTAR... e fundar o novo PTB. *Coojornal...*, Op. cit., p. 20. (grifo nosso)

¹²⁸ BRIZOLA, Leonel. Perspectivas da Crise Brasileira..., Op. cit., p. 188-189. (grifo nosso)

pobres do país. E esse pluralismo é visto como algo positivo no que toca à composição social do partido.

Questionado por Bandeira a respeito dos princípios que conformam a doutrina trabalhista, o ex-governador respondera:

Compreendo o trabalhismo como o primado dos valores do trabalho, a luta contínua para aumentar a participação dos trabalhadores na riqueza social, opondo-se a toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem, de classes sociais por outras classes e de nações por outras nações. Desse modo, *o trabalhismo expressa, fundamentalmente, as aspirações de todos os que dependem do trabalho para viver* [...].¹²⁹

E, assim sendo, defende que o novo PTB deverá ter a sua “espinha dorsal” formada pelos trabalhadores, devendo a sigla deitar “raízes, profundamente nos proletários e semiproletários, os marginalizados, a pobreza absoluta, as ‘vozes do silêncio’ que Graciliano Ramos descreveu em sua obra.” Após fazer tal afirmação, Brizola admite que o partido, mesmo sendo voltado para as massas mais pobres, não pode ter uma composição interna fechada em um único grupo social. Para ele, a sigla deverá reunir em suas fileiras internas “empresários progressistas, que se opõem a [...] modelos concentradores e exportadores e lutam pela criação de um mercado interno próspero”¹³⁰, além de profissionais liberais, cientistas e técnicos, artistas etc. Ou seja, faz-se a defesa de uma agremiação que seja plural internamente, reunindo diferentes tendências e pessoas de diversas origens, desde que aceitem os princípios partidários.

Por fim, e não menos importante, é preciso pontuarmos como a situação brasileira era avaliada naquela altura. Aqui, nos chama atenção as referências feitas às multinacionais e à forma como o Brasil se relacionava com o resto do mundo. Nas páginas do *Coojornal*, Brizola expressou que dois de seus objetivos eram “um desenvolvimento autônomo” e a promoção de “uma sociedade mais justa e mais humana”, estando ambos relacionados a solução de dois grandes desafios ao país, identificados por ele. O primeiro diz respeito às relações externas, “ao intercâmbio com o mundo exterior”, enquanto que outro, mais no âmbito da política interna, diz respeito “a incorporação da maioria do povo [...] aos benefícios do crescimento econômico do país.”¹³¹ E a relação entre esses citados pontos fica mais clara na entrevista concedida a Bandeira.

Ao cientista político, Leonel Brizola expressou a ideia de que, após anos de ditadura, as multinacionais ganharam um peso político e econômico enorme, compondo “o núcleo

¹²⁹ BRIZOLA, Leonel. Perspectivas da Crise Brasileira..., Op. cit., p. 189. (grifo nosso)

¹³⁰ BRIZOLA, Leonel. Perspectivas da Crise Brasileira..., Op. cit., p. 190.

¹³¹ VOLTAR... e fundar o novo PTB. *Coojornal...*, Op. cit., p. 21.

fundamental da infraestrutura econômica das camadas dirigentes do Brasil”. Por isso, estaria o Estado brasileiro “a serviço dos objetivos de lucro dos investimentos estrangeiros”, deixando em segundo plano as causas populares. Em virtude disso, o ex-governador defende uma mudança profunda nesses padrões de relacionamento entre Estado e o capital internacional, em que este deveria ser “compatível, rigorosamente, com os interesses sociais e nacionais e também com o desenvolvimento das empresas privadas brasileiras.” Segundo o político, para que a mudança ocorresse seria necessário modificar a essência do Estado, o que viria apenas com uma democratização, uma vez que esta permitiria “o controle popular sobre as decisões [estatais]”.¹³²

Assim sendo, em nossa interpretação, Leonel Brizola expressou a ideia de que o capital externo, através das multinacionais, passou exercer um forte poder econômico e político sobre o Brasil, fazendo com que os seus interesses fossem também os interesses do Estado. Este, na condição de zelador dos interesses do capitalismo internacional, intensificou a dependência do país aos grandes centros do capitalismo e, ao mesmo tempo – ou por isso mesmo –, negligenciou a questão social e os interesses das maiorias mais pobres do país. O bolo cresceu, mas não fora distribuído.

Em virtude do que fora mencionado, podemos considerar que, nos momentos imediatamente posteriores a sua expulsão do Uruguai, entre fins de 1977 e primeira metade de 1978, Leonel Brizola já apresentava as linhas gerais de um projeto político-partidário de esquerda, que ele fazia questão de situar no campo da social-democracia.¹³³ De acordo com o ex-governador, o novo PTB deveria se assentar na política brasileira como o representante, o herdeiro do legado de Getúlio Vargas e do antigo Partido Trabalhista Brasileiro. Porém, o político fazia questão de ressaltar que a nova sigla não seria uma mera cópia de seu considerado antecessor, apresentando-a como uma agremiação afinada com a realidade brasileira e mundial do final da década de 1970. Seria, portanto, um PTB moderno, atualizado, sem, no entanto, perder alguns dos princípios que orientaram os trabalhistas no período anterior ao golpe de 1964.¹³⁴

O novo Partido Trabalhista Brasileiro defendido por Brizola deveria ser uma espécie de frente ampla de esquerda, reunindo diferentes tendências, pessoas de origem social diversa – chegando a citar empresários “progressistas” –, e as novas gerações. Porém, seria voltado essencialmente para os interesses dos trabalhadores, sobretudo os mais pobres – como os

¹³² BRIZOLA, Leonel. *Perspectivas da Crise Brasileira...*, Op. cit., p. 196.

¹³³ SCHILLER, Beatriz. *Brizola chega aos Estados Unidos...*, Op. cit., p. 4.

¹³⁴ VOLTAR... e fundar o novo PTB. *Coojornal...*, p. 20-21.

citados “marginalizados” –, que deveriam constituir a “espinha dorsal”¹³⁵ da agremiação. Além disso, propunha a realização de um modelo de desenvolvimento econômico autônomo para o Brasil, que garantisse maior justiça social, livrando-o da sua condição de dependência.¹³⁶

Fora, portanto, com essas ideias a respeito do que deveria ser o novo PTB que Leonel Brizola desembarcara em Nova Iorque, em setembro de 1977, onde ficaria por alguns meses. É interessante notarmos que, a essa altura, e apesar de serem ainda iniciais, as movimentações do ex-governador chamaram atenção da imprensa brasileira. Exemplo disso é uma reportagem publicada na capa do jornal *Em Tempo*, na qual noticia-se haver uma articulação em prol de um Partido Trabalhista Brasileiro. Para o jornal, havia um movimento buscando dar uma “roupagem nova” ao novo PTB, mas ressalta que o conteúdo das propostas guarda muitas afinidades com as apresentadas pelo antigo partido trabalhista, que o periódico chama de “nacional-populismo”¹³⁷ – seja lá o significado disso. Seja como for, a partir dos Estados Unidos da América Brizola buscou estreitar relações com a social-democracia europeia, tendo nessa empreitada o apoio de figuras como Moniz Bandeira e Mário Soares, então primeiro-ministro de Portugal e líder político influente no Partido Socialista (PS) português.

Segundo relato de Bandeira ao CPDOC, Soares teria oferecido asilo a Brizola logo após sua expulsão do Uruguai. A partir disso, o político brasileiro pedira a Moniz que fosse a Portugal levando uma carta de sua autoria, endereçada ao primeiro-ministro lusitano, agradecendo-lhe a oferta de asilo e, ao mesmo tempo, solicitando para si um passaporte português. De acordo com o depoimento, tal viagem ocorrera em outubro de 1977, e uma vez em Portugal, o cientista político reuniu-se com o próprio Soares e o ministro de relações exteriores, que decidiram enviar, por intermédio do consulado português em Nova Iorque, o documento para Leonel Brizola.¹³⁸

De acordo com Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro, a decisão do ex-governador de ir para Portugal fora fruto de um cálculo político. Brizola avaliava que, com sua ida para o Velho Continente, poderia estabelecer importantes contatos com os partidos de centro-esquerda – socialistas, trabalhistas, sociais-democratas etc. – da região, no sentido de obter apoios ao projeto de fundação de um partido trabalhista no Brasil.¹³⁹ E tal informação é, de certa forma, confirmada por Moniz Bandeira. Este afirma que, ainda em Nova Iorque, Brizola lhe pedira

¹³⁵ BRIZOLA, Leonel. *Perspectivas da Crise Brasileira...*, Op. cit., p. 190.

¹³⁶ BRIZOLA, Leonel. *Perspectivas da Crise Brasileira...*, Op. cit., p. 196.

¹³⁷ PTB e PS já em articulação. **Em Tempo**, São Paulo, edição experimental, 22 dez. 1977/12 jan. 1978, p. 1.

¹³⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Luiz Alberto Vianna...**, Op. cit., p. 83-86.

¹³⁹ BRIGAGÃO Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2015, p. 53.

para aproveitar sua ida a Portugal – pela obtenção do passaporte – para contactar diferentes lideranças políticas de partidos filiados a Internacional Socialista. O objetivo era conseguir um convite para que o gaúcho pudesse participar de eventos promovidos pela organização – o que foi conseguido, visto que em fevereiro de 1978, o político brasileiro participou de seu primeiro evento oficial promovido pela IS em Hamburgo, na Alemanha.¹⁴⁰

Pois bem, com a posse de um passaporte português, Brizola juntamente de sua esposa, Neusa, viajou para Lisboa, chegando no dia vinte e dois de janeiro de 1978. Da capital lusitana, Brizola viajaria por todo o continente – e também para outras partes do mundo – para encontrar-se com líderes políticos, participar de encontros oficiais da Internacional Socialista, além de fazer contatos com brasileiros exilados de diversas tendências, buscando atraí-los para o partido trabalhista em formação. O casal manteve residência em Lisboa até a segunda metade do ano de 1979 quando, após a Anistia, retornaram ao Brasil depois de um longo exílio.

3.3 Trabalhismo e social-democracia: as conexões com a Internacional Socialista

A partir de janeiro de 1978, Lisboa tornou-se uma espécie de sede, no exterior,¹⁴¹ do projeto trabalhista que estamos estudando. Defendemos que daí em diante, o movimento pela fundação de um novo PTB ganhou fortes impulsos, propiciados pelas condições encontradas no exílio europeu e pelas redes de relacionamento estabelecidas no Velho Continente, que tiveram influência sobre os rumos do partido em formação. Cremos também ser importante lembrar que o movimento pelo PTB estava sendo encabeçado por Leonel Brizola, que, pela sua condição de exilado de “alto nível”, teve grandes oportunidades de atuação política e trânsito em determinados espaços, que outras pessoas sem tal envergadura política talvez não tivessem.¹⁴²

Para compreendermos melhor as oportunidades que foram abertas na Europa ao político brasileiro e a seu projeto partidário, devemos nos atentar para algumas questões. Em primeiro lugar, como já fora citado, Leonel Brizola era membro de uma elite política, sendo classificado

¹⁴⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Luiz Alberto Vianna...**, Op. cit., p. 87-88.

¹⁴¹ Ao mesmo tempo, colaboradores de Leonel Brizola, sob sua orientação, estavam trabalhando no Brasil pela estruturação do novo PTB. Veremos isso no próximo capítulo.

¹⁴² Por exemplo, Américo Freire demonstra que o governo lusitano, ao mesmo tempo em que oferecia passaporte para o ex-governador, negava pedidos de asilo vindos de brasileiros “anônimos”, além de permitir que suas forças de segurança monitorassem as atividades de parte dos que lá se encontravam asilados, gerando para alguns um clima de insegurança. Ver: FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, Portugal, n. 64, p. 37-57, 2010, p. 39-47.

por Marques¹⁴³ como um exilado de “alto nível”, condição que traz consigo algumas peculiaridades. Um exilado de “alto nível” é alguém que, pela atuação pregressa em seu país de origem, possui um considerável capital político e simbólico socialmente reconhecidos. São pessoas que representam um projeto político e, conseqüentemente, uma série de valores e ideais. Assim sendo, quando esses indivíduos partem para o exílio, a sua acolhida em outro país se faz carregada de significados, visto que o recebimento nessas condições não é isento de interesses. Desse modo, para a citada autora, “o exílio político de elites depende da interação do exilado e do projeto político que ele representa com os interessados em acolhê-lo”¹⁴⁴ – e é isso que vemos em Portugal.

Como demonstram Marques e Gonçalves,¹⁴⁵ o país ibérico, a partir de meados da década de 1970, passou por um processo de redemocratização, iniciado em abril de 1974, com a chamada Revolução dos Cravos, que derrubou a longeva ditadura salazarista, vigente desde o início dos anos 1930. O processo é complexo e não nos cabe aqui entrar em pormenores, mas vale salientar que as forças democráticas de esquerda tiveram um papel importante no processo de transição, sendo uma delas representada pelo Partido Socialista (PS). Este, de centro-esquerda, após a derrubada da ditadura, obteve ótimos resultados eleitorais, com seus membros ocupando importantes cargos no governo do país. Talvez um dos melhores exemplos disso seja Mário Soares que, após as eleições legislativas e presidenciais de 1976, tornou-se o chefe do novo governo constitucional português – que colocou fim a uma série de governos provisórios pós-Revolução –, ocupando o cargo de Primeiro-Ministro. Nesse contexto, estavam em alta no país bandeiras como a dos direitos humanos, da social-democracia e o bem-estar social.

À vista disso, em 1978, Portugal era um país em processo de democratização, recentemente saído de uma ditadura, e com forças de esquerda, sobretudo moderadas – antes reprimidas pelo autoritarismo – participando ativamente do processo político. Era uma nação que passava por um momento de valorização da democracia e da ação legal de partidos, que buscava construir para si uma identidade democrática. E, nessa conjuntura, um dos maiores e mais influentes partidos era o socialista – membro da Internacional Socialista –, cuja principal liderança ocupava o posto de chefe de governo.

Assim sendo, é perceptível que Leonel Brizola, pelo seu histórico político e as bandeiras que defendera ao longo de sua vida pública, representava um projeto político que guardava

¹⁴³ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A atuação política..., Op. cit., p. 216-217.

¹⁴⁴ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A atuação política..., Op. cit., p. 217.

¹⁴⁵ MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, jul./set. 2016, p. 404-408.

certa semelhança com os valores que estavam em voga na sociedade portuguesa. Portanto, podemos concordar com Marques, ao afirmar que

[...] a acolhida de Brizola apresenta um caráter estratégico [para Portugal, nessa conjuntura]. Trata-se de um líder da oposição à uma ditadura, com reconhecida carreira política pelas vias partidárias. Além disso, [...] *Brizola então representava esquerda brasileira de uma forma geral. Em um contexto marcado pelo momento após-transição política em Portugal e pelo início do processo de abertura controlada no Brasil, a acolhida de um político carismático como Brizola possuía um peso político diferenciado.*¹⁴⁶

Nesse sentido, cremos que tal panorama é uma das explicações para o forte apoio que Leonel Brizola e o novo PTB em formação receberam de Mário Soares e do Partido Socialista local, que possibilitaram um considerável espaço de ação para os trabalhistas brasileiros. Ao lado deste fator explicativo, colocamos que a solidariedade apresentada por Soares se articulava a uma política internacional que naquele momento estava sendo levada a cabo pela Internacional Socialista, que visava expandir sua influência para o então chamado Terceiro Mundo. Defendemos aqui que Soares agiu em consonância com tal política, pois como afirma Rodrigo Pezzonia, o lusitano “entendia a possibilidade de Brizola ser útil para a entrada da IS na América Latina”¹⁴⁷. E compreendemos que o ex-governador, de fato, mostrou-se útil, justamente, pela sua condição de exilado de “alto nível”, sendo possuidor de forte capital político no Brasil, apesar de seu longo exílio.

A Internacional Socialista é uma organização que, criada no pós-guerra, reunia na década de 1970 diversos partidos de centro-esquerda, sobretudo da Europa ocidental. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti classificou, grosso modo, os partidos da IS em duas ordens: os sociais-democratas, que têm o *Welfare State* como objetivo, e os socialistas democráticos, que enxergam a social-democracia como um meio para se atingir ao socialismo.¹⁴⁸ Algumas agremiações ali reunidas ocupavam, à época, importantes espaços em seus respectivos países, tais como o Partido Trabalhista na Inglaterra e os Partidos Socialistas de lugares como França, Alemanha Ocidental, Portugal e Espanha. E por conseguinte, muitos políticos europeus reconhecidos internacionalmente – por exemplo, Mário Soares, Felipe González, François Mitterrand, Olof Palme etc. – estavam inseridos nessa organização, com alguns deles ocupando

¹⁴⁶ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A atuação política..., Op. cit., p. 223. (grifo nosso)

¹⁴⁷ PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em português:** política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982). 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p. 229.

¹⁴⁸ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. A Internacional Socialista vai à América Latina. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, 3, p. 101-110, dez. 1979, p. 110.

importantes cargos, como é o caso de Willy Brandt – à época, ex-chanceler alemão e vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1971 –, que fora presidente da IS entre 1976 e 1992.¹⁴⁹

A ascensão de Brandt ao cargo máximo da organização em 1976 marca um ponto de inflexão na história da Internacional Socialista, cujos desdobramentos nos ajudam a compreender melhor as relações que foram estabelecidas com os trabalhistas brasileiros.¹⁵⁰ De acordo com Michael Löwy, “A partir de ese momento empieza lo que la misma IS llama su ‘ofensiva hacia el Tercer Mundo’, que tiene en América latina uno de sus ejes principales.”¹⁵¹ E tal movimento fora percebido por alguns periódicos do Brasil.

Segundo informações publicadas em alguns veículos da imprensa brasileira, até meados da década de 1970, a IS funcionara como uma espécie de “clube de discussão”¹⁵², voltando suas atenções, sobretudo, para a Europa ocidental – onde se concentrava a maior parte de seus membros –, e exercendo pouca influência em outras partes do mundo.¹⁵³ A situação começa a mudar com a eleição de Willy Brandt como o principal mandatário da Internacional, cargo que só aceitara “com a condição de transformar a IS num verdadeiro instrumento político”.¹⁵⁴ Seu grande desejo era transformar a organização num “polo de atração de ‘todos os que, no mundo, optaram pela democracia e que são hostis ao comunismo e ao conservantismo’”¹⁵⁵, num movimento que visava expandir a influência da Internacional para as regiões do Terceiro Mundo. Com o declarado objetivo, a gestão de Brandt rapidamente criou pastas, dentro da IS, voltadas para as mais diversas regiões geográficas, como África e Oriente Médio. A América Latina também foi contemplada, com a pasta ficando sob a responsabilidade de Mário Soares.¹⁵⁶

No calor do momento, em 1979, o professor brasileiro Pedro Cavalcanti lançou um artigo no periódico português chamado *Revista Crítica de Ciências Sociais*, no qual faz uma esclarecedora análise sobre a situação. Para o citado autor, a IS se colocava a nível mundial como um braço político e ideológico dos interesses econômicos e políticos de uma parte da Europa ocidental, que visava expandir sua influência para o Terceiro Mundo. Nessa condição,

¹⁴⁹ Para uma breve história da IS, assim como algumas informações adicionais, ver: <https://www.internacionalsocialista.org/quienes-somos/>. Acesso 21/04/2024.

¹⁵⁰ PEDROSA, Fernando. La redefinición de la agenda socialdemócrata entre la crisis del petróleo e el fin del socialismo real (1973-1992). **Colección**, Buenos Aires, Argentina, n. 22, p. 15-42, 2012, p. 24-30.

¹⁵¹ LÖWY, Michael. Trayectoria de la Internacional Socialista en América Latina. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México-DF, México, n. 29, jul./set. 1981, p. 7.

¹⁵² WAACK, William. Os socialistas se reúnem em Madrid. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. Sem maiores informações. Na data, consta apenas “17/X/1977”. Disponível em: Sistema de Informação do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004188 [Implantação do Partido Trabalhista no Brasil], p. 35.

¹⁵³ BANDEIRA, Moniz. **Trabalhismo e socialismo...**, Op. cit., p. 54.

¹⁵⁴ WAACK, William. Op. cit., p. 35.

¹⁵⁵ KARAN, Bernardo. Mirem-se no exemplo da Alemanha. **Em Tempo**, São Paulo, edição experimental, 22 dez. 1977/12 jan. 1978, p. 5.

¹⁵⁶ WAACK, William. Op. cit., p. 35.

a Internacional buscou com um mesmo movimento realizar duas tarefas: no campo político, fortalecer a causa socialista, tal como entendiam, criando laços com partidos de diversas regiões; e, no âmbito econômico, buscar “melhores oportunidades para a expansão das economias” europeias, criando “maiores oportunidades para os investimentos europeus na periferia do capitalismo”.¹⁵⁷

Sobre a situação latino-americana, havia um especial interesse por parte da IS. Como parte da América Latina vivia sob regimes ditatoriais, a estratégia da Internacional passava pelo estreitamento de laços, ou até mesmo a formação de alianças, com os partidos de caráter popular já existentes na região. A revista alemã *Der Spiegel*¹⁵⁸, de novembro de 1978, lançara uma reportagem bastante esclarecedora sobre o que estamos falando. Noticia-se que a comissão da Internacional Socialista para a América Latina, chefiada por Mário Soares, agiu ao longo do ano buscando travar novos contatos com os partidos e povos da região, chegando a exercer influência sobre algumas dessas forças.

Dito isso, interessa-nos perceber como a IS agiu em relação ao Brasil. *O Estado de São Paulo*, em 15 de dezembro de 1977, divulgou a informação de que, desde o ano anterior, a Internacional vinha colocando em prática “sua política de contatos com forças políticas que – em países sob regimes autoritários – poderiam caminhar, eventualmente, para a social-democracia.”¹⁵⁹ E, nesse sentido, um informe produzido em março de 1978 pelo Departamento Geral de Investigações Especiais, do Estado do Rio de Janeiro, é bastante elucidativo. No documento em questão, é dito que dentre os principais planos da IS para a região latino-americana figura a criação de um forte partido socialista no Brasil, que seria “totalmente legal e sem qualquer vínculo com os comunistas.”¹⁶⁰ Assim, é apontado no documento que Soares vem estabelecendo contatos, no Brasil e no exterior com figuras da oposição brasileira – cassados ou não – visando criar um partido de centro-esquerda ligado a IS. É dito que alguns parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – como os senadores Saturnino Braga, Marcos Freire, Gilvan Rocha, Paulo Brossard, entre outros – estariam agindo como articuladores dessa proposta, assim como Leonel Brizola, que se movimentava no estrangeiro.

¹⁵⁷ CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. Op. cit., p. 105.

¹⁵⁸ SOCIALISMO: um novo papel. *Der Spiegel*, 20 nov. 1978. Matéria disponível na íntegra, já traduzida, em: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000642 [Atividades da “Internacional Socialista”], p. 14-17.

¹⁵⁹ HENNING, Hermano; BUARQUE, Sérgio C. Brizola faz sucesso nos salões europeus. *IstoÉ*, São Paulo, 15 fev. 1978, p. 17. Disponível em: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004188 [Implantação do Partido Trabalhista no Brasil], p. 19.

¹⁶⁰ DEPARTAMENTO GERAL DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS, RJ. **Ressurgimento do extinto Partido Socialista Brasileiro** [Informe], 20 mar. 1978, p. 5. Disponível em: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC CCC 78001579.

Desse modo, considerando nossas fontes, nos parece que no começo do ano de 1978, a Internacional Socialista, tendo Mário Soares à frente, visava apoiar a criação de um partido de centro-esquerda no Brasil, que seria alinhado a organização. Partindo desse panorama, entendemos que os apoios oferecidos pelo Primeiro-Ministro lusitano, e o seu Partido Socialista, a Leonel Brizola se inserem diretamente na estratégia adotada pela IS.

Chegando a Portugal em janeiro de 1978, juntamente de sua esposa, Neusa, o político brasileiro é recepcionado por uma comissão de socialistas do PS local, e rapidamente passa a manter frequentes contatos com Soares e os demais membros da sigla portuguesa. Por exemplo, Rodrigo Pezzonia narra que ainda em janeiro, Brizola fora convidado pelo PS a comparecer na Assembleia da República para a troca de informações com parlamentares portugueses. Nesse mesmo dia, segundo o autor, os socialistas organizaram um jantar em sua homenagem, ocasião na qual fora convidado a participar dos próximos eventos da Internacional Socialista que ocorreriam em breve na Espanha e Alemanha, para que pudesse conversar com os setores políticos ali reunidos.¹⁶¹ O que, de fato, iria ocorrer.

Nessa altura, é interessante citar uma matéria publicada na revista *IstoÉ* do dia primeiro de fevereiro de 1978, anexada em um informe originário da Agência Central (AC) do SNI, que versa sobre a “implantação do Partido Trabalhista no Brasil”.¹⁶² A princípio, é dito que a IS estaria inclinada a apoiar a criação de um Partido Socialista Brasileiro (PSB). E

nessa articulação caberia viagem (em outubro do ano passado) a Lisboa e a outras capitais europeias [...] de deputados e senadores do MDB, identificados [...] com o ressurgimento do PS[B]. Àquela altura, tudo indicava [...] que ‘a menina dos olhos’ da social-democracia europeia em relação ao futuro político brasileiro era o PSB. Hoje, todavia, já não se pode dizer o mesmo [porque] [...] ressurge a estrela do PTB.¹⁶³

Na mesma reportagem, o periódico indica que ainda em inícios de 1978 o projeto de fundação de um novo partido trabalhista no Brasil, sob a liderança de Brizola – lembremos, recém-chegado à Europa e há pouco tempo trabalhando no sentido de se fundar um novo partido – repercutira entre a IS. É noticiado que

[...] em Lisboa circula a informação de que a Internacional Socialista teria de se defrontar com uma opção meio cabeluda: escolher entre apadrinhar um partido (o PSB), talvez mais afinado ideologicamente com a maioria dos seus associados, mas tradicionalmente de pequena expressão, ou decidir pelo PTB, de maior representatividade popular.¹⁶⁴

¹⁶¹ PEZZONIA, Rodrigo. Op. cit., p. 237-238.

¹⁶² HENNING, Hermano; BUARQUE, Sérgio C. Op. cit., p. 25.

¹⁶³ HENNING, Hermano; BUARQUE, Sérgio C. Op. cit., p. 25.

¹⁶⁴ HENNING, Hermano; BUARQUE, Sérgio C. Op. cit., p. 25.

Em nossa pesquisa ficou demonstrado que a IS, visando estender seus braços à América Latina, fez contatos com brasileiros da oposição, se destacando pessoas do MDB e o próprio Brizola, que representava uma corrente trabalhista. Em algum momento entre 1977 e 1978, ao que nos parece, os membros da Internacional tiveram de decidir entre apoiar um partido socialista ou social-democrata nos moldes europeus a ser encabeçado por emedebistas ou patrocinar o projeto liderado por Brizola. Não nos foi possível identificar quando tal decisão fora tomada, mas acreditamos ter sido ainda na primeira metade de 1978, visto que a partir dessa época o político brasileiro passou a ser um frequentador assíduo de diversos eventos promovidos na Europa, África e América Latina como observador convidado – o único brasileiro.

Curioso notar que, em documento da Agência Central do SNI, de abril de 1978 sobre as atividades de brasileiros no exterior, é citada a relação entre Brizola e a Internacional Socialista. Aqui, aparece a informação de que o gaúcho, após participar de suas primeiras reuniões da IS, estaria convencido de que foram abertas as portas para a entrada de um futuro PTB na organização. Ainda, é dito que *“A aceitação, já definida, dos princípios da social-democracia por parte de Brizola, estaria sendo considerada pela direção da Internacional Socialista, como fato da maior importância, propondo-se o organismo a cooperar com suas atividades.”*¹⁶⁵ E de fato, tal cooperação ocorrera. Por exemplo, poucos meses depois – em agosto de 1979 –, o SNI produziria um extenso relatório sobre a atuação da IS, apontando que *“A aproximação Willy Brandt-Leonel Brizola pode significar a entrada da IS, no Brasil, através de dirigentes do PTB (no exílio).”* E, na avaliação de seu(s) redator(es), *“Não há indícios que mostrem outro caminho”*.¹⁶⁶

Realmente, o trabalhista como líder de uma organização partidária em fase de organização fora recebido pela IS cerca de um mês após a sua chegada ao continente europeu, em fevereiro de 1978. A partir daí, até seu retorno ao Brasil, em setembro de 1979, Brizola percorreria todo o Velho Continente, participando de reuniões e eventos oficiais promovidos pela Internacional e/ou por partidos a ela filiados na condição de observador, representando o PTB e o Brasil. Nesse percurso, foram estabelecidos importantes contatos com agremiações e líderes políticos europeus de destaque em seus países, como François Mitterrand, Olof Palme,

¹⁶⁵ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Atividades de Brasileiros no Exterior – Leonel de Moura Brizola – contatos na Europa e Venezuela** [informe], 04 abr. 1978. Disponível em: Serviço de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111765, p. 63. (grifo nosso)

¹⁶⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Internacional Socialista (IS)** [informe], 28 ago. 1979. Disponível em: Serviço de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79003053.

Felipe González e Willy Brandt.¹⁶⁷ A presença de Brizola como líder do PTB em organização, sendo o único representante brasileiro a ter assento na IS, teve um enorme significado político. Ali, sua liderança e seu projeto partidário, eram reforçados e legitimados, pois ganhavam reconhecimento de uma organização internacional influente, e de líderes políticos europeus. Além disso, a presença do brasileiro na Internacional servia, também, para conferir-lhe uma imagem de “democrata vocacionado para questões sociais, sem comprometimento [...] com o marxismo ou com teses revolucionárias”¹⁶⁸, como indica João Trajano Sento-Sé.

Em virtude do que fora mencionado, façamos algumas considerações sobre a aproximação entre os trabalhistas e a Internacional Socialista. Em primeiro lugar, cremos que havia uma confluência de interesses políticos de ambas as partes. A IS, a partir da gestão Brandt iniciou um movimento visando estender sua influência ao Terceiro Mundo e, em relação a América Latina, tal atitude se traduziu numa aproximação com os partidos moderados de esquerda, tendo Mário Soares como um dos principais articuladores. No caso brasileiro, as fontes indicam que a Internacional visava patrocinar a formação de um partido socialista, chegando a estabelecer contatos com figuras do MDB. No entanto, fora em meio a esse contexto que Leonel Brizola, ao ser expulso do Uruguai, iniciou os trabalhos visando a fundação de um novo PTB, declarando que a sigla e o próprio trabalhismo, historicamente, estiveram alinhados a social-democracia – fazendo claros acenos à centro-esquerda europeia, com o objetivo de obter apoios ao Partido Trabalhista Brasileiro. Desse modo, cremos que o projeto político liderado pelo ex-governador representou uma opção viável para a IS chegar ao Brasil. Não podemos esquecer que o nome PTB tinha raízes históricas na política brasileira – pois, fora o partido que, em termos de representação, mais cresceu no pré-1964¹⁶⁹, levantando uma bandeira reformista que encontrara considerável apoio na sociedade civil¹⁷⁰ – gozando ainda, na década de 1970, de certo prestígio entre os eleitores¹⁷¹. Algo semelhante ocorria com Brizola, destacado

¹⁶⁷ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 119-137. Aqui são narrados alguns desses encontros, com fotos de alguns deles.

¹⁶⁸ SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo**: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 72.

¹⁶⁹ Sobre os dados a respeito da representação dos principais partidos na Câmara Federal, entre 1945-1962, ver: D'ARAUJO, Maria Celina. Op. cit., p. 52. No caso do PTB, seu crescimento tornou-se mais acentuado entre 1958 e 1962, período em que boa parte de suas forças estavam voltadas para profundas reformas, levando-nos a crer que essa agenda gerava frutos eleitorais.

¹⁷⁰ Sobre o reformismo do antigo PTB e a sua articulação com movimentos sociais em prol das Reformas de Base, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 155-215.

¹⁷¹ Sento-Sé aponta que em 1975 e 1978 foram realizadas pesquisas de opinião pelo Instituto Gallup. O objetivo era mapear a aceitação de novos partidos pelo eleitorado brasileiro. Dentre as opções apresentadas aos entrevistados, estão: trabalhismo, democracia cristã, liberalismo, socialismo, nacionalismo e conservadorismo. Em ambas as ocasiões o trabalhismo saiu na frente, com 31% das preferências em 1975, e 39% em 1978; demonstrando estar numa crescente. Considerando que o antigo PTB fora o grande partido a incorporar o trabalhismo, tais dados

político nos anos de 1950 e 1960, que ainda guardava considerável capital político, mesmo após anos de exílio.¹⁷² Avaliamos, portanto, que esses fatores muito provavelmente entraram na equação da IS, fazendo-a apoiar o projeto trabalhista.

Dessa forma, na Internacional Socialista, o político brasileiro teve a oportunidade de participar de uma intensa troca de informações e experiências, que tiveram impacto sobre o próprio projeto político do novo PTB em fase de construção. Leonel Brizola, com o passar do tempo, foi se aproximando ideologicamente do socialismo, tal como entendido pela IS, coisa que acabou repercutindo nas próprias pautas encampadas pelo novo partido trabalhista. Um exemplo disso, foi a adoção, pelo PTB – e, posteriormente, pelo PDT – do socialismo democrático¹⁷³, que, em síntese, dizia respeito a uma humanização do capitalismo e a promoção do bem-estar social, através de medidas legais e democráticas de caráter reformista.

Vale ressaltar que nessa altura o PTB não ocupava a posição de membro dentro da Internacional, estando ali apenas como observador convidado, o que não anula a importância de tal ligação para a agremiação brasileira. Nas palavras de Brigagão e Ribeiro, “embora Brizola usasse PTB em suas reuniões na IS, somente com o PDT foi que as relações tornaram-se oficiais.”¹⁷⁴ Isso ocorreu na década de 1980, visto que em 1986 o partido se tornou membro consultivo da IS e em 1989 tivera seu status elevado para o de membro pleno.

3.4 A adesão de brasileiros exilados

Se o contato estabelecido com a IS trouxe novidades ao projeto trabalhista, o mesmo pode ser dito em relação ao intenso debate estabelecido internamente, entre o grupo diverso de brasileiros que foram se integrando ao novo partido, dando-lhe um caráter plural. Aliás, essa pluralidade interna já estava nos planos de Brizola quando de sua chegada à Europa. Ele entendia que o PTB deveria ser “um partido de massas” e, como tal, “*deve congregar todas as correntes do movimento popular, respeitando-se a liberdade de tendência*”,¹⁷⁵ como citado

nos parecem indicar que a antiga sigla ainda encontrava prestígio entre os eleitores do país. Ver mais em: SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 65.

¹⁷² Segundo Bruno Fernandes, Brizola, nos anos em que estivera exilado, “manteve a sua popularidade alta tanto entre a classe política quanto entre os populares”. Ver: FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. **A “reinvenção” do trabalhismo**: O projeto do PDT na redemocratização brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 91-92.

¹⁷³ MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. Op. cit., p. 411-412.

¹⁷⁴ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 135.

¹⁷⁵ BRIZOLA, Leonel. Perspectivas da Crise Brasileira..., Op. cit., p. 188-189. (grifo nosso)

anteriormente. Portanto, foi como base nessa ideia, que se aproxima à noção de uma frente das esquerdas, que Brizola procurou estabelecer contatos com brasileiros de gerações, origens e filiações políticas diversas, de modo a trazê-los para dentro do partido. Nesse sentido, empreendeu diversas viagens pelo Velho Continente, sobretudo, mas também pela América, visitando pessoas em países como os Estados Unidos e o México.

De acordo com Denise Rollemberg, o exílio brasileiro no final dos anos de 1970 – período aqui em foco – se encontrava em sua segunda fase. Nesse momento, com os diversos golpes na América Latina, muitos brasileiros rumaram para a Europa ocidental, que recebeu boa parte deles, com a França tornando-se “a capital do exílio da segunda fase”¹⁷⁶. Muitas dessas pessoas que viviam no solo europeu pertenciam a chamada “geração de 1968”, que, após o golpe no Brasil, ingressaram na luta armada, empenhados em um projeto revolucionário de esquerda. E foi justamente esse grupo de pessoas que Leonel Brizola buscou trazer para o novo PTB. A intenção do ex-governador em tal empreendimento era “unir os que estavam no exílio”¹⁷⁷ dentro sigla em processo de formação. Em suas próprias palavras a *O Pasquim*,

[...] [a ideia era] *mobilizar os contingentes históricos do trabalhismo entre a nova geração e setores da esquerda que pudessem discutir conosco a ideia de ressurgimento do trabalhismo [...]*. Quando saí dos Estados Unidos para Portugal, levei esta intenção, e passamos por longas horas de conversa.¹⁷⁸

Nesse sentido, o ex-governador percorreu por países europeus, encontrando-se com diversos brasileiros. Segundo Clóvis Brigagão e Trajano Ribeiro, ao aproximar-se do pessoal da luta armada, o político gaúcho “a partir de suas estórias, foi conquistando e cativando [...], mas ouvindo também os ‘novos barbudinhos’, abrindo diálogo, e, nesse entendimento muito rico [...], as conversas avançavam. Daí floresceu a convergência política.”¹⁷⁹ Brizola, de fato, fora uma figura muito carismática e boa nos discursos. Mas o que fez as pessoas egressas da luta armada, nesse contexto exilar, ingressarem no novo PTB, vai além do carisma e capacidade de persuasão do ex-governador; tendo a ver com um momento mais geral pelo qual passava parte daquela esquerda brasileira pertencente a geração de 1968.

Segundo Darlan Montenegro, de um modo geral, as organizações armadas que atuaram no Brasil após o golpe de 1964 orientavam-se por uma concepção revolucionária que rejeitava totalmente a política institucional, privilegiando, em seu lugar, o elemento militar, que era

¹⁷⁶ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 57.

¹⁷⁷ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 59.

¹⁷⁸ BRIZOLA, Leonel. Visitas à redação: Brizola..., Op. cit., p. 5. (grifo nosso)

¹⁷⁹ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 59.

colocado “no centro do processo de transformação [do país]”.¹⁸⁰ Por conta disso, criticavam fortemente outros grupos e partidos que atuavam dentro dos marcos estabelecidos pela ditadura, como o MDB, assim como outros atores que, mesmo na clandestinidade e sofrendo perseguições, seguiam uma linha pacifista de ação, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dentro dessa visão militarista, havia ainda uma rejeição geral aos modelos tradicionais de organização política, representada pelos partidos, que não eram considerados adequados ao tipo de luta que se buscava empreender, devendo em seu lugar estar uma organização em moldes militares. Claro que isso não era unanimidade, tendo em vista a enorme quantidade de grupos armados surgidos no período, porém, “Mesmo os que defendiam a necessidade de um partido revolucionário nos moldes leninistas terminavam por mergulhar na dinâmica do militarismo cotidiano”.¹⁸¹ Contudo, tal postura geral passaria por mudanças.

A partir da década de 1970, como aponta Maria Paula Nascimento Araujo, tais setores de esquerda, com a derrota da luta armada, passaram por um processo de autocrítica, marcado “pela discussão da democracia e da busca de caminhos alternativos [ao das armas, como método de atuação]”.¹⁸²

De acordo com Jean Rodrigues Sales, o citado processo de autocrítica fora bastante complexo, envolvendo diversos grupos e militantes individuais que haviam pegado em armas contra a ditadura brasileira, abrangendo pessoas residentes no Brasil e exterior, na condição de exilados. E seu início é localizado historicamente no começo dos anos de 1970, em um “momento que marca o fim das ações guerrilheiras no país”.¹⁸³

Para Maria Paula Araujo, nos primeiros anos da década já se colocavam alguns problemas para a luta armada, como o isolamento político e social, o desgaste e as próprias derrotas militares, fazendo com que os sobreviventes comesçassem a reavaliar criticamente a viabilidade da estratégia até então empregada.¹⁸⁴ Nas palavras da autora: “*A ferida da luta armada abriu campo para a visceral rejeição à violência que, em contraste com a década anterior, marcou a esquerda no Brasil e no mundo, a partir de meados dos anos 1970.*”¹⁸⁵

No processo de autocrítica pela qual passara as esquerdas revolucionárias, a experiência exilar fora muito importante, pois como diz Sales, “De forma geral, o exílio marcou o momento

¹⁸⁰ MONTENEGRO, Darlan. A esquerda contra a política: organizações guerrilheiras e renúncia à estratégia no período da luta armada. **Revista de Estudos Políticos**, Niterói, n. 2, p. 64-80, 2011, p. 70.

¹⁸¹ MONTENEGRO, Darlan. Op. cit., p. 70.

¹⁸² ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 44.

¹⁸³ SALES, Jean Rodrigues. Op. cit. p. 46.

¹⁸⁴ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p. 97-98.

¹⁸⁵ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p. 98. (grifo da autora)

mais importante de reavaliação da luta armada”, onde “aos poucos se colocou a discussão sobre possíveis erros e insuficiências dessa tática.”¹⁸⁶

No processo de revisão pelo qual passou parte da esquerda brasileira, o golpe no Chile, em 1973, fora um marco. Em primeiro lugar, a deposição de Allende significou a derrota de um projeto socialista, fazendo com que a ideia de uma revolução ficasse mais distante ainda para essas pessoas.¹⁸⁷ Mas, para além disso, marcou o início da segunda fase do exílio brasileiro, na qual diversos indivíduos se espalharam para outros países, sobretudo da Europa ocidental.¹⁸⁸

Teresa Cristina Schneider Marques ressalta o contexto europeu e as redes de relacionamento estabelecidas na região como cruciais para a mudança de postura dos militantes geração de 1968.¹⁸⁹ A partir do Velho Continente, a mudança foi gradual e se deu de acordo com a integração com outros exilados – individuais ou reunidos em organizações, como os comitês pela anistia ou grupos de esquerda, permitindo uma maior reflexão, autocrítica e debate político –, e conforme se foi tendo contato com as realidades locais. Sobre estas, Marques cita o desencanto de alguns com os regimes socialistas do Leste, chegando a abordar o caso de uma pessoa que se espantou “ao descobrir que os países cujos regimes ele defendia também forçavam opositores ao exílio.”¹⁹⁰ Mas, para além disso, também teve tiveram importância os contatos com o modelo político de alguns países da Europa ocidental, como o da França, que impactaram os exilados brasileiros. Para Marques:

Os benefícios das políticas econômicas e sociais que eles próprios puderam vivenciar são constantemente mencionados nos relatos dos exilados, dentre os quais, merece destaque os direitos trabalhistas. *Viver em um país onde a democracia funcionava, onde a oposição era livre, também levou muitos brasileiros a repensar as suas posições [...]*.¹⁹¹

E ao lado do impacto do modelo político, podemos citar também os contatos que os militantes brasileiros tiveram com as novas ideias então em voga entre as esquerdas europeias, como indica Jean Rodrigues Sales¹⁹². Nesse momento, estava em alta uma concepção política que rejeitava a violência e valorizava a diferença, a singularidade e a alteridade¹⁹³, que acabaram por influenciar o grupo de exilados.

¹⁸⁶ SALES, Jean Rodrigues. Op. cit., p. 14.

¹⁸⁷ SALES, Jean Rodrigues. Op. cit., p. 14-15

¹⁸⁸ ROLLEMBERG, Denise. Op. cit., p. 57.

¹⁸⁹ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 167-213.

¹⁹⁰ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 188.

¹⁹¹ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 190. (grifo nosso)

¹⁹² SALES, Jean Rodrigues. Op. cit., p. 15.

¹⁹³ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p. 97.

Desse modo, em solo europeu, o grupo da geração de 1968 teve contato com uma série de elementos que, em nossa visão, influenciaram diretamente uma autocrítica que estava sendo realizada por essas pessoas desde o início da década de 1970. Nesse contexto, com o passar do tempo, os militantes brasileiros, em um complexo processo de reavaliação ideológica, foram revendo posições. Deixaram de lado certas pautas e crenças comuns aos grupos armados – como a própria valorização das armas, e a rejeição à política institucional com seus partidos políticos tradicionais –, e, ao mesmo tempo, adotaram outras. Dentre estas, podemos citar a defesa das minorias políticas – muito influenciada, no contexto europeu, pelo movimento feminista¹⁹⁴ –, dos direitos humanos em geral, de uma anistia no Brasil e a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas. E a respeito da democracia, esta passou a ser muito valorizada, mesmo em moldes liberais:

*ela passou não apenas a ser aceita pela esquerda revolucionária como também se tornou a principal base das suas lutas [...]. Isso ocorreu na medida em que a democracia passou a ser imposta como um valor universal, fazendo com que a legitimidade de todo tipo de resistência política fosse condicionada à defesa da democracia.*¹⁹⁵

Isso posto, podemos ter uma visão geral sobre a esquerda brasileira exilada na Europa, em meados da década de 1970, que fazia sua autocrítica. E fora justamente em meio a esse processo de revisão pelo qual passava parte da geração de 1968 que Leonel Brizola desembarcara no Velho Continente, buscando atrair esses setores mais jovens para o novo PTB. Assim, defendemos que tal processo de revisão teve influência direta na aceitação que o Partido Trabalhista Brasileiro tivera entre alguns ex-militantes da luta armada que acabaram por ingressar na sigla. Nesse sentido, nos serve como exemplo uma reportagem de 1979, citada por Sales, em que os “novos petebistas” oriundos da luta armada explicam os dois principais motivos que os fizeram entrar no movimento trabalhista.

O primeiro seria “o fracasso no Brasil de todo tipo de política ‘grupuscular’, elitista, com um discurso clássico, afastado da realidade dos novos problemas do Brasil, sem capacidade de mobilizar as amplas massas”. Em segundo lugar, “a consciência da grave crise dos modelos socialistas existentes no período e os impasses do movimento operário”. Para eles, portanto, o PTB seria uma possibilidade de atuar em um grande partido popular.¹⁹⁶

¹⁹⁴ MARQUES, Teresa Cristina Marques. A esquerda brasileira..., Op. cit., p. 112-139.

¹⁹⁵ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 211. (grifo nosso)

¹⁹⁶ SALEM, Helena. Os guerrilheiros de Brizola. **Movimento**, São Paulo, n. 218, set. 1979, apud SALES, Jean Rodrigues. Op. cit., p. 38.

Avaliamos, também, que a situação vivida pelo Brasil – uma transição política, com o regime ditatorial promovendo reformas liberalizantes e, ao mesmo tempo, acenando para uma reforma mais geral no sistema político – também influenciou essas pessoas. Afinal, nessas circunstâncias, o ingresso no PTB, não significava apenas uma preparação para o retorno ao Brasil, como também a reinserção política dessas pessoas ao cenário brasileiro,¹⁹⁷ agora com uma perspectiva de atuação dentro dos marcos legais, pelas vias da política institucional. Como disseram Brigagão e Ribeiro, com quem concordamos, para os exilados, o projeto de “Brizola representava a possibilidade de [...] retomar a luta, agora [...] em outro quadro histórico e dentro de uma perspectiva democrática.”¹⁹⁸

Desse modo, Leonel Brizola percorreu toda a Europa, estabelecendo contatos com os exilados, buscando atraí-los ao partido. Nesse trabalho de arregimentação, o novo PTB foi ganhando adesões de pessoas mais jovens, de outra geração, sem filiação histórica ao trabalhismo e originárias de organizações revolucionárias, como Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Ação Libertadora Nacional (ALN)¹⁹⁹, que foram importantes para que novas pautas e ideias se incorporassem ao projeto. Entre estas, talvez possamos citar a questão da mulher, que fora incorporada, pouco tempo depois, como um dos compromissos do partido²⁰⁰, muito provavelmente por influência de mulheres brasileiras que, na Europa, estavam aderindo ao movimento feminista.²⁰¹

Sendo assim, com novas adesões na Europa, foram realizadas várias reuniões, a princípio informais e com pequenos grupos, que evoluíram para grandes encontros com dia e hora marcada, que receberam o nome de *cabildos abiertos*. Esses encontros, realizados em Lisboa, reuniram quase toda a esquerda residente em solo europeu e, também, antigos trabalhistas que para lá se dirigiram em caravanas, havendo entre eles um interesse mútuo em “atualizar o trabalhismo aos novos tempos.”²⁰² Ali tudo era debatido de forma exaustiva, e entre os temas, estavam “a política brasileira, o exílio, a volta com a anistia” e “os novos compromissos do trabalhismo que o próprio Brizola estimulava.” E,

¹⁹⁷ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política...**, Op. cit., p. 212.

¹⁹⁸ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 155-156.

¹⁹⁹ FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. Op. cit., p. 29.

²⁰⁰ Em seu documento fundador, lançado ainda no exílio – a *Carta de Lisboa* –, o PTB assume o compromisso “de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda sorte de vexames sempre que procura fazer valer seus direitos.” Ver em: PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Lisboa** [Documento publicado em 17 de junho de 1979]. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 05 jul. 2023. n.p.

²⁰¹ MARQUES, Teresa Cristina Schneider. *A esquerda brasileira...*, Op. cit., p. 112-139.

²⁰² FERNANDES, Bernardo B. B. Guimarães. Op. cit., p. 98.

Com o andar das dezenas de *Cabildos Abiertos*, começava a ter forma a convergência do trabalhismo pré-1964 [...] com a esquerda que se formava pelo grupo da luta armada [...] e por independentes da esquerda democrática. Nessa mirabolante construção aberta, confluía o trabalhismo para o novo projeto político partidário, que começou a ser chamado de ‘caminho brasileiro para o socialismo democrático’.²⁰³

Assim, concordamos com Américo Freire, ao afirmar que “em Lisboa [...] foi cimentada uma aliança entre diferentes grupos e personalidades políticas que serviu de base para tal processo [de fundação do novo PTB].”²⁰⁴

É importante pontuarmos que esse grupo de pessoas residentes na Europa constituíram uma tendência dentro do partido, em seus anos iniciais, que recebera o nome de “grupo de Lisboa”; tendência esta identificada tanto em estudo acadêmico, quanto por pessoas que participaram da construção da sigla. Sobre o referido grupo, João Trajano Sento-Sé aponta que fora constituído por pessoas da geração de 1968, que integraram a luta armada, e que em solo europeu tiveram contato com o chamado eurocomunismo e com a social-democracia. Desejavam a construção de um regime democrático liberal no Brasil e valorizavam o pluralismo e a incorporação dos novos temas que, à época, animavam a esquerda europeia. O grupo de Lisboa buscou “dar uma coloração modernizante ao discurso de Brizola, trazendo as discussões sobre as minorias e a importância da democracia política como forma legítima e eficaz de desenvolvimento econômico e social.” Ainda, segundo o cientista político, para essa tendência, o novo partido trabalhista deveria “estar bem próximo das experiências social-democratas europeias”²⁰⁵ – talvez daí venha a motivação para Neiva Moreira chamar o grupo de “euro-centrista”.²⁰⁶ Por sua vez, Clóvis Brigagão, em depoimento, faz considerações bastante próximas as de Sento-Sé, identificando o grupo de Lisboa como social-democrata, em uma postura próxima a Internacional Socialista. Sugere, também, que a tendência defendera a entrada do partido na IS.²⁰⁷

Como vimos, Leonel Brizola buscava atrair diversos setores ao novo PTB, dando-o um caráter plural, e com esse objetivo percorreu toda a Europa. Porém, o circuito não ficara restrito ao Velho Continente. Partindo de Lisboa, o ex-governador fez visitas a América do

²⁰³ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 65-66.

²⁰⁴ FREIRE, Américo. Op. cit., p. 37.

²⁰⁵ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 184.

²⁰⁶ MOREIRA, Neiva. **O pilão da madrugada**: um depoimento a José Louzeiro. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 2 ed., 1990, p. 329

²⁰⁷ CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #16 – Trabalhismo na História com Clóvis Brigagão**. YouTube, 24 jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yeomXqIrvyM>. Acesso em: 08/10/2023. A fala citada aparece, aproximadamente, a partir de 23:00.

Norte, indo aos Estados Unidos e México. Nos EUA, por exemplo, Brizola encontrou-se com intelectuais e participava de eventos acadêmicos sobre a situação política brasileira.²⁰⁸ Dentre os encontros realizados em terras estadunidenses, nos chama atenção os que foram realizados com dois importantes intelectuais e militantes negros brasileiros, os professores Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez – à época, dois dos principais acadêmicos a versarem sobre o racismo no Brasil –, pelo impacto que tivera no projeto trabalhista.

Segundo Brigagão e Ribeiro, até o final da década de 1970, o ex-governador possuía uma visão limitada a respeito da desigualdade, que privilegiava aspectos puramente econômicos, sem dar a devida atenção às questões específicas da população negra; e isso acabava tendo algum reflexo sobre o projeto partidário, que num primeiro momento, não incluía a questão racial. No entanto, isso começou a se alterar a partir dos contatos com Nascimento e González, que trouxeram à discussão as realidades enfrentadas pelas populações negras, que além da exploração puramente econômica, sofrem com o racismo em suas diversas dimensões. A partir daí, a pauta racial foi incorporada ao projeto trabalhista, ocupando uma posição de destaque, que é atestada pela *Carta de Lisboa* – o documento fundador do novo PTB, lançada em junho de 1979 – em que figura compromisso “de buscar as formas mais eficaz de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica”²⁰⁹ dentre as principais propostas do partido. Vale dizer que Abdias Nascimento ingressou no PTB ainda no final dos anos de 1970, chegando a participar de encontros promovidos na Europa. Já Lélia Gonzalez, por sua vez, decidira ingressar no Partido dos Trabalhadores (PT), que se formava. Porém, fora em meados da década seguinte para o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Como estamos falando a respeito dos contatos estabelecidos na América do Norte, não podemos deixar de lado os que ocorreram no México. Neste país latino-americano, havia um grupo de exilados brasileiros, como Francisco Julião, Neiva Moreira, Vânia Bambera, Theotônio dos Santos, Herbert de Souza – o Betinho –, Edmundo Muniz, Bayard Boiteux, entre outros. Essas pessoas foram contactadas por Leonel Brizola, buscando atraí-las para o partido. Neiva Moreira, em depoimento, chega a citar um dos encontros realizados em terras mexicanas em junho de 1979, com a presença não apenas de brasileiros, como também de “Intelectuais latino-americanos engajados na luta pela democracia e o socialismo, como [Gabriel] García Márquez”, onde debateu-se sobre o trabalhismo e a política brasileira.²¹⁰ A partir desses

²⁰⁸ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 162-164.

²⁰⁹ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Carta de Lisboa...*, Op. cit., n.p.

²¹⁰ MOREIRA, Neiva. Op. cit., p. 328-329.

contatos, um grupo de brasileiros decidiu integrar-se ao novo PTB – neste grupo, estavam todos os citados, exceto Julião –, constituindo uma das primeiras tendências a ingressarem no partido; que ficou conhecida como “grupo do México”, composto “predominantemente por alguns ex-militantes de grupos armados do período imediatamente posterior ao golpe de 64, e outras figuras de destaque”²¹¹ – algumas da primeira geração de exilados.

O grupo do México, assim como o grupo de Lisboa, foram as duas tendências que ingressaram no partido a partir do exílio, constituindo uma parte importante da agremiação em seus primeiros momentos. E é interessante notar que, apesar dos membros de ambos os grupos compartilharem a experiência do exílio, suas propostas são distintas, estando por trás disso, muito provavelmente, os contextos exilares bastante diferentes nos quais se inseriram cada grupo; basta lembrarmos da influência que o contexto local exercera sobre as pessoas que se rumaram para a Europa.

De acordo com Clóvis Brigagão, a tendência do México era mais à esquerda em relação à de Lisboa, sendo “terceiro-mundista” e “revolucionária”.²¹² E isso é melhor esclarecido por Sento-Sé, ao indicar que

Esse grupo guardava reservas quanto à ênfase na democracia política, considerando que sem reformas sociais radicais, ela não passaria de um sistema formal, carente de qualquer substância. Advogava a adoção de uma postura fortemente nacionalista, com tonalidade popular, e o aprofundamento da luta antiimperialista.²¹³

Para o citado autor, a tendência do México, ao defender a realização de reformas radicais sob um regime democrático, tinha em mente um modelo socialista próximo ao cubano, enxergando Leonel Brizola como uma espécie de Fidel Castro brasileiro, uma figura que exerceria “o papel de catalisador das esquerdas democráticas” do país. Por conta dessa postura mais a esquerda, tais pessoas eram críticas ao socialismo democrático, tal qual era entendido pela Internacional Socialista, considerando-o um reformismo vazio. Para elas, o socialismo democrático tinha outra conotação, representando “reformas econômicas profundas, distribuição de renda e aprofundamento na luta de emancipação nacional contra o imperialismo”.²¹⁴ Neiva Moreira relata que ambas as tendências se defrontaram no interior da agremiação, nesses primeiros anos,

²¹¹ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 183.

²¹² CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #16...**, Op. cit., a fala aparece, aproximadamente, a partir de 23:00.

²¹³ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 184.

²¹⁴ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 184.

– inclusive no Encontro de Lisboa, do qual falaremos mais adiante – marcando o debate ideológico dentro do partido trabalhista.²¹⁵

À vista disso, podemos afirmar que no empreendimento liderado por Brizola, buscando adeptos ao novo PTB entre a comunidade de exilados, importantes adesões foram conseguidas. E isso permitiu que o partido tivesse um caráter plural, ainda durante sua fase de formação, pois foi integrado não apenas por trabalhistas históricos, mas, também, por uma “miríade de militantes e agrupamentos políticos”, como, por exemplo, “socialistas, oriundos do PSB²¹⁶ e de outras tradições, trotskistas [...], militantes do movimento estudantil e da luta armada, brizolistas e, depois, prestistas e comunistas advindos do PCB.”²¹⁷ E foi a partir da convivência e do debate entre pessoas tão diversas que o projeto trabalhista foi incorporando novas pautas, como as relacionadas às minorias políticas, como mulheres, negros e indígenas – em uma abordagem que valoriza as particularidades, algo então novo não apenas para o trabalhismo, mas para a esquerda brasileira, como diz Costa²¹⁸ –, que ocuparam posição de destaque dentre as propostas do partido.

3.5 Considerações finais

Por fim, façamos uma breve síntese. Primeiramente, fizemos algumas considerações a respeito do exílio brasileiro no pós-64, apresentando-o como um fenômeno político bastante complexo, possuindo distintas fases, que atingiram duas gerações de militantes. Em sequência, falamos sobre as atividades políticas de Brizola no Uruguai e sobre o desejo de antigos trabalhistas pela refundação da sigla histórica PTB; aspiração que ganharia corpo a partir de 1977. Neste ano, o ex-governador gaúcho é expulso do Uruguai, dando início a uma cruzada, mesmo na condição de exilado, buscando conseguir apoios e adesões ao seu projeto de fundar um novo Partido Trabalhista Brasileiro.

A partir daí, rumo para a Europa, com motivações políticas, visando estabelecer contatos com a Internacional Socialista, em busca de apoio. Na IS, encontrou boa acolhida, que se torna

²¹⁵ MOREIRA, Neiva. Op. cit., p. 329.

²¹⁶ Partido Socialista Brasileiro. Atualmente, existe um partido no Brasil, fundado em 1985, utilizando essa mesma nomenclatura, no entanto, estamos falando de uma outra agremiação, nascida na década de 1940 e extinta em 1965, por meio do segundo Ato Institucional.

²¹⁷ COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 121-145, jan./jun. 2012, p. 135.

²¹⁸ COSTA, Izabel Cristina Gomes da. O PDT e o socialismo trabalhista: entre antigas e novas tradições. **Veredas da História**, Salvador, v. 4, n. 1, 2011, p. 20-21.

melhor compreendida quando analisamos o contexto mais geral da organização. A Internacional, naquela altura, estava levando a cabo uma política que visava expandir sua influência para o Terceiro Mundo, sendo este um dos motivos apontados pela presente pesquisa para a recepção que os trabalhistas brasileiros tiveram na IS. Ao apoiar o PTB, então liderado por uma figura política prestigiada no Brasil, a organização encontrava uma possibilidade de expandir sua influência para o maior país da América Latina, que passava por um processo de transição, com a expectativa de um aprofundamento das reformas que estavam sendo executadas pelo bloco no governo.

Em sequência, abordamos as movimentações de Brizola pela Europa, sobretudo, e América do Norte, visando atrair adeptos entre os ex-militantes da luta armada. Defendemos que a adesão de parte dessas pessoas se relaciona ao momento mais geral pelo qual passava parte da esquerda brasileira, que em um complexo processo de autocrítica, estava revendo posições. Nesse contexto, antigas pautas revolucionárias estavam sendo, paulatinamente, abandonadas, enquanto que outras – como a valorização da democracia e dos partidos políticos tradicionais, não-revolucionários, como meios legítimos de representação – foram sendo incorporadas. E essa mudança de postura permitiu que ex-guerrilheiros tivessem uma maior abertura em relação ao projeto trabalhista, com alguns deles ingressando no PTB; justamente uma sigla que anteriormente fora muito atacada pela geração de 1968.

Dentre os exilados, formaram-se duas das primeiras tendências a comporem o novo Partido Trabalhista: o grupo de Lisboa, mais próximo as concepções da Internacional Socialista e o chamado eurocomunismo; e o grupo do México, mais à esquerda, com posições terceiro-mundistas, que advogava a realização de um programa máximo de reformas. Para estes, o reformismo sob um regime democrático seria um caminho viável para alcançar o socialismo. Ambas se defrontariam no interior da legenda em seus primeiros momentos.

Porém, os trabalhos pela fundação de um novo PTB não ficaram restritos ao exterior. No Brasil, diversos colaboradores de Brizola se movimentavam buscando estruturar, ainda que minimamente, o partido, em concomitância ao que ocorria no estrangeiro.

CAPÍTULO III

NASCE O PDT: SEU PROGRAMA POLÍTICO E DESEMPENHO NAS ELEIÇÕES DE 1982

4 CAPÍTULO III: Nasce o PDT: seu programa político e desempenho nas eleições de 1982

RESUMO

Nesse capítulo, versaremos sobre as atividades empreendidas no Brasil em prol da fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) levadas a cabo pelo grupo reunido sob o comando do ex-governador Leonel Brizola, antes e depois da lei de anistia. Assim sendo, o capítulo se dividirá em quatro partes, além de uma conclusão. Na primeira, abordaremos a formação dos grupos no Brasil, geograficamente localizados nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que foram os responsáveis por uma série de eventos que receberiam o nome de encontros trabalhistas. Estes foram o prelúdio de uma grande reunião ocorrida na capital de Portugal, em 1979 – conhecida como o Encontro de Lisboa –, na qual se lançou a plataforma política do partido em fase de organização, a *Carta de Lisboa*. Em seguida, falaremos sobre o retorno de Brizola ao Brasil via São Borja – local de nascimento e sepultamento de Getúlio Vargas e João Goulart – e o simbolismo que o marca, assim como a opção do político em fixar residência não em seu estado natal, mas na capital fluminense. Já na terceira seção, veremos o embate entre os grupos de Brizola e Ivete Vargas – sobrinha-neta de Getúlio – pela posse da legenda histórica do PTB, que culmina na derrota dos brizolistas e a consequente fundação de uma nova sigla, a do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980. Veremos que, com tal mudança de nomenclatura, se dá início a uma transformação, na qual trabalhismo vai, gradualmente, se convertendo em brizolismo. Em seguida, iremos analisar os documentos fundadores da referida legenda, buscando apresentar suas principais bandeiras. Aqui, defendemos que, apesar da mudança de nome, o PDT manteve as mesmas bases ideológicas apresentadas um ano antes na *Carta de Lisboa*. Por fim, na última seção, abordaremos a eleição de 1982, que se constitui no primeiro desafio eleitoral de um partido trabalhista após o golpe de 1964. Veremos a estratégia adotada pelo partido no pleito, assim como a sua surpreendente vitória ao governo fluminense.

Palavras-chave: Partido Democrático Trabalhista (PDT); Leonel Brizola; eleições; trabalhismo; redemocratização.

4.1 Organizando o partido no Brasil

Enquanto Leonel Brizola e seus colaboradores se movimentavam no exílio buscando consolidar a corrente política trabalhista, empenhada em fundar um novo PTB, articulações semelhantes começaram a ocorrer também em solo brasileiro. Segundo Brigagão e Ribeiro²¹⁹, ocorreram trabalhos importantes em dois estados da Federação, que se destacam nesse sentido: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, ambos alinhados com o ex-governador.

De acordo com os citados autores, em primeiro lugar fora instalada na capital fluminense, em algum ponto do ano de 1978, na Avenida Nilo Peçanha, número 155, a Comissão Provisória Reorganizadora do PTB. A princípio, ela reunia em seu interior trabalhistas históricos e pessoas que tiveram alguma ligação com o antigo partido e/ou com movimentos populares dos anos 1950 e 1960, como sargentos e alguns ex-ministros de Jango. Na presidência da organização estava a figura de Doutel de Andrade, e dentre seus integrantes estavam pessoas como Trajano Ribeiro, Cibilis Viana, Eduardo Chuahy – capitão do Exército cassado – e Moniz Bandeira. Fundada a Comissão, o Rio de Janeiro seria o centro, no Brasil, do trabalho de organização partidária.²²⁰

Em terras fluminenses também fora fundado o Centro de Mobilização Trabalhista, reunindo socialistas e comunistas de diversas matizes, além de trabalhistas, militares cassados e pessoas ligadas ao movimento estudantil.²²¹ A origem deste começa quando Trajano Ribeiro, por sugestão do capitão Chuahy procurara Carmen Cenira Leite de Castro, antiga militante socialista que participara da luta armada. Ao que parece, Cenira possuía certa influência entre uma militância jovem de origem socialista, visto que promovia encontros políticos em sua casa, reunindo pessoas de sua geração que buscavam alternativas de atuação política no cenário que se abria ao Brasil com a transição.

A princípio, o intento de Ribeiro era trazer para o movimento pró-PTB esse grupo de pessoas, no entanto, por conta de certas animosidades ideológicas com o trabalhismo, o esforço não prosperou como o esperado, visto que apenas algumas pessoas toparam ingressar no movimento. Dentre estas, além da própria Carmen Cenira, estavam César Behs, Anísio Khader, Luís Henrique Ferreira, entre outros. Ademais, foram recrutados outros nomes por Cenira, como os deputados federais pelo MDB José Maurício Linhares e Lysâneas Maciel – este,

²¹⁹ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo: Paz e Terra, 2015, p. 71.

²²⁰ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 74.

²²¹ COSTA, Izabel Cristina Gomes da. **Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real**. 2009. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 270.

cassado em 1976 devido a sua atuação oposicionista –, Brandão Monteiro e o advogado Ivan Senra Peçanha. Apesar de estarem empenhados pela fundação de um novo PTB sob a liderança de Brizola, essas pessoas se consideravam à esquerda da Comissão Provisória, tendo sido esse o motivo para terem constituído uma organização própria.²²²

Assim, em março de 1979, fundaram o Coletivo do Rio de Janeiro que, em janeiro de 1980, adotaria o nome de Centro de Mobilização Trabalhista. Esse grupo mantinha contatos com a Comissão Provisória e lutava por objetivos em comum, porém, mantinha sua estrutura e militância próprias. Entre o final de década de 1970 e o começo da seguinte, o Centro de Mobilização participaria de importantes lutas que agitaram a vida nacional, como as campanhas contra a ditadura e pela anistia, além de atuar em movimentos populares e estudantis, chegando inclusive a sofrer ameaças de atentados à bomba. Um dado interessante é que o Centro mantinha relações com grupos afins de outros estados, como a Associação de Estudos e Debates do PTB, localizada no Rio Grande do Sul.²²³

Como é sabido, o estado do Rio Grande do Sul é o berço histórico do trabalhismo, sendo o local de nascimento de suas maiores lideranças, como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Ainda, é o estado de origem de outras figuras que tiveram certa proeminência nas hostes petebistas, como Fernando Ferrari e Alberto Pasqualini. Historicamente, o trabalhismo prosperou nessa Unidade da Federação, com o antigo PTB sendo uma das principais forças políticas locais. Desse modo, o movimento liderado por Brizola não poderia negligenciar esse estado, buscando assim mobilizar a forte base trabalhista local.

Em algum momento no decorrer de 1978, Trajano Ribeiro viajara para Porto Alegre buscando contatar as tradicionais lideranças trabalhistas do estado, nessa altura quase todas no MDB. É dito que a princípio, não obtivera sucesso nesse empreendimento até que, por sugestão de Isaac Ajnhorn, contatou-se com o deputado cassado Matheus Schmidt, que por sua vez nunca fora integrante da cúpula petebista local. Este, juntamente com Trajano, ligou para Brizola que, do exílio, incentivou Schmidt a ingressar no projeto. Assim sendo, com a liderança do ex-parlamentar, outras pessoas foram se integrando, permitindo com que diversos núcleos pró-PTB fossem criados pelo estado. Nessa tarefa, uma figura que tivera um importante papel foi Otávio Caruso da Rocha, que “coordenou os trabalhistas de 17 municípios [gaúchos] [...] para discutir a reorganização” do partido.²²⁴ Dentre as pessoas que ingressaram no projeto pelo Sul, podemos citar Sereno Chaise – ex-prefeito de Porto Alegre pelo PTB, cassado no contexto de

²²² BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 72-73.

²²³ COSTA, Izabel Cristina Gomes da. Op. cit., p. 270-271.

²²⁴ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 76.

1964 –, Mila Cauduro – liderança no estado do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) e ideologicamente alinhada ao trabalhismo –, João Carlos Guaragna, Miguel Bodea, o deputado estadual do MDB Aldo Pinto, Francisca (Quica) Brizola Rotta, Índio Brum Vargas, Dilma Rousseff, Carlos Araújo, Alceu Collares,²²⁵ entre outros, como os então deputados federais emedebistas pelo RS, Magnus Guimarães e Getúlio Dias.²²⁶

Após a promulgação da Emenda Constitucional nº 11 pelo ditador do momento, Ernesto Geisel, já no final de 1978, começou a ser organizada a partir do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul uma série de eventos que ficaram conhecidos como Encontros Trabalhistas. Podemos pegar como exemplo o primeiro deles, que ocorreu em Esteio-RS em janeiro de 1979, ainda com caráter semiclandestino. Ali discutiu-se temas como a organização do PTB e a defesa dos ideais trabalhistas, além de temas mais gerais, como a necessidade de se lutar por uma anistia ampla, geral e irrestrita e por um sistema pluripartidário, que permitisse a livre organização de cidadãos em novas agremiações. Um dado interessante é que em Esteio aprovou-se a criação da Associação de Estudos e Debates do PTB, representando mais um esforço em prol da organização do partido.²²⁷

Depois de Esteio, outros foram organizados, como em Osório-RS e no próprio Rio de Janeiro. Este, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), ocorrera sob o comando da Comissão Provisória Reorganizadora do partido em março de 1979. Em todos esses Encontros Trabalhistas discutia-se sobre a conjuntura nacional e a atuação dos trabalhistas pela organização do PTB. E mais,

em vários lugares do Brasil onde houvessem pessoas e grupos do extinto PTB, começavam a surgir seminários, encontros e grupos de estudo. Até mesmo em São Paulo, historicamente difícil para a implantação trabalhista, o movimento [...] renovava-se com a publicação dos Cadernos Trabalhistas, em cujas páginas foram impressos artigos sobre o trabalhismo e seus valores [...].²²⁸

Toda essa movimentação observada no Brasil fora um prelúdio de um evento maior que ocorreria na Europa em meados de 1979.

Entre 15 e 17 de junho de, realizou-se na sede do Partido Socialista de Portugal o Encontro de Lisboa, que “tinha o intuito de lançar as bases do PTB, completando o ciclo de

²²⁵ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 75-77.

²²⁶ CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #9 – Trabalhismo na História com José Maurício Linhares Barreto**. Youtube, 30 abr. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xn5oTk_2658. Acesso em 16/10/2023. Acesso em: 16 out. 2023. A fala citada aparece, aproximadamente, a partir de 08:00.

²²⁷ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 78-81

²²⁸ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 83.

atividades já em desenvolvimento no Brasil.”²²⁹ Esse evento reuniu, de acordo com Brigagão e Ribeiro, aproximadamente cento e quarenta pessoas empenhadas na fundação do PTB.²³⁰ No entanto, para o então deputado federal pelo MDB fluminense, José Maurício – um dos signatários da *Carta de Lisboa* –, compareceram ali cerca de cento e cinquenta exilados, mais cento e cinquenta oriundos do Brasil, sobretudo do Rio Grande do Sul.²³¹ O evento também contou com a presença de diversos partidos filiados à Internacional Socialista, que participaram como observadores, assim como outras agremiações de África, Ásia e América Latina.

Ao longo de três dias, em um clima de contentamento e de entusiasmo, pois já se dava a anistia como certa,²³² debateu-se sobre a realidade brasileira e internacional, e a respeito dos rumos do trabalhismo e o seu programa político. Ao final, fora lançada a *Carta de Lisboa*, um documento que, em linhas gerais, apresentava um programa político ao país, cujos postulados foram replicados nos documentos fundadores do Partido Democrático Trabalhista (PDT) – seu *Programa e Manifesto* – no ano seguinte, deixando claro que este seguia as linhas gerais traçadas em Lisboa. Por isso, para Leite Filho, a *Carta* pode ser vista como tendo em si “as bases e os fundamentos do novo partido a ser fundado no Brasil”,²³³ sendo corroborado pelo ex-deputado federal Magnus Guimarães – em 1979, deputado federal pelo MDB gaúcho e um dos redatores do documento –, que afirmou terem sido lançadas na capital lusitana as diretrizes e bases para a formação do novo partido.²³⁴ E tal interpretação encontra convergência com o que diz o próprio PDT em seu *site* institucional.²³⁵ Para o partido, o documento redigido em Lisboa não apenas pontuou os “eixos primordiais do novo Trabalhismo”, como também “norteou a reorganização” trabalhista no Brasil. Para os pedetistas, o evento tem um simbolismo enorme, sendo até hoje mencionado como um dos marcos na formação do PDT.

²²⁹ GOMES, Victor Emmanuel Farias. **Um “veterano trotskista”**: Edmundo Moniz entre a política, o jornalismo e a revolução. 2023. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023, p. 424.

²³⁰ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 97.

²³¹ CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #9 – Trabalhismo na História com José Maurício Linhares Barreto**. Youtube, 30 abr. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xn5oTk_2658. Acesso em 16/10/2023. A fala citada aparece, aproximadamente, a partir de 05:54.

²³² CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #3 – Trabalhismo na História com Magnus Guimarães**. Youtube, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AHo8gqkvpzw>. Acesso em: 14 out. 2023. A fala citada aparece, aproximadamente, a partir de 35:30.

²³³ LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El caudillo** – Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008, p. 365.

²³⁴ CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #3...**, Op. cit. A fala citada aparece, aproximadamente, a partir de 37:20.

²³⁵ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Lisboa: um marco do Trabalhismo na redemocratização do país**. PDT. Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

4.2 O retorno de Brizola

Realizado o Encontro de Lisboa, os trabalhos em solo brasileiro pela reorganização do PTB prosseguiram sem a presença de Brizola, que só retorna ao país em setembro, após a promulgação da Anistia. E o seu regresso foi marcado por um forte simbolismo.

Enquanto muitos exilados optavam por retornar ao solo brasileiro via Rio ou São Paulo, com Brizola foi diferente. Em um feriado de sete de setembro, dia da Independência, o político trabalhista retorna pelo Sul, indo direto para o município de São Borja, local de nascimento de João Goulart e Getúlio Vargas, mais precisamente para o cemitério local, e faz ali, em frente aos túmulos dos dois ex-presidentes, seu primeiro pronunciamento em terras brasileiras. Aos jornalistas e milhares de simpatizantes ali reunidos, Brizola, se apresentando como uma liderança do trabalhismo, diz que, no momento, a sua tarefa, “tão rapidamente possível, é assimilar as novas realidades para ser útil à nossa causa [trabalhista].” Em sequência, após declarar que está ali para “reverenciar a memória de Vargas”, afirma que o trabalhismo permanece atual, fazendo, possivelmente, uma referência ao seu próprio projeto de reviver o PTB, no sentido de legitimá-lo perante a sociedade brasileira. E isso é feito através da obra e pensamento de Getúlio, que, para Brizola, “não são apenas elementos da História, questões superadas ou, simplesmente, um passado que nada tem a ver com os nossos dias, muito menos com o futuro [...] [afinal, elas] estão na memória de nosso povo.”²³⁶

Sobre o referido ato, Sento-Sé²³⁷ faz uma análise bastante pertinente, chamando atenção para o simbolismo que o cerca. Para o autor, Brizola foi para o local reiterar a sua posição de herdeiro, de sucessor legítimo de Vargas e Jango, legitimando a si mesmo como a maior liderança, viva, do trabalhismo. E, nas considerações do autor,

Este parece ser o caso [...] de uma transmigração do carisma. Vargas passara a Goulart o comando do PTB e o legado trabalhista, ainda em vida. Brizola vai ao túmulo de Vargas colher este mesmo legado. Resgatar sua contemporaneidade, confirmar sua fidelidade à causa por ele representada no passado e garantir-lhe a realização futura. Assumindo para si a missão de dar lhe prosseguimento. [...] retomar o fio da história violentamente interrompida [pelo golpe de 1964].²³⁸

A partir de então, Brizola, ao assumir a tarefa de retomar o “fio da história”, acaba, de certa forma, ganhando um segundo corpo. Isso porque, daí em diante, a sua figura não é mais a

²³⁶ BRIZOLA fala em São Borja com o coração limpo de ódios. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 set. 1979, Política e governo, p. 3.

²³⁷ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 82-85.

²³⁸ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 83.

de um líder trabalhista, apenas. Brizola torna-se a própria encarnação do trabalhismo, visto que “A posse do ‘bastão’, a celebração ao pé do túmulo de Vargas e Jango, revestem-no do [...] legado trabalhista.”²³⁹

Depois de todo o ritual em São Borja, Brizola parte para o Rio de Janeiro, fazendo da capital fluminense a sua base para reorganizar o PTB a nível nacional. E tal escolha teve seus motivos. É possível dizer que a opção pelo Rio se deu, sobretudo, por duas ordens de fatores. Nas palavras do próprio líder trabalhista: “Escolhi o Rio [...] por uma tendência natural, pela minha vinculação e pela posição centralizada do Rio em relação ao Brasil”. Ainda, sobre a cidade, Brizola afirma acreditar que ela iria ocupar, nos próximos anos, “um papel cada vez maior na vida política do país [...] pelo seu peso eleitoral, pela presença de quadros políticos, [e] dos meios de comunicação”.²⁴⁰ Ou seja, por um lado, Brizola escolheu a cidade por já possuir uma ligação pregressa, quando, em 1962, fora eleito deputado federal pela Guanabara, obtendo um número recorde de votos. E, por outro, por conta da posição central ocupada pela cidade a nível nacional. Desse modo, é possível considerar que o Rio, sendo uma cidade de projeção nacional, poderia contribuir para dar maior peso e visibilidade ao projeto de estruturar nacionalmente o partido trabalhista, além, é claro, de beneficiar a própria figura de Brizola como liderança política, dando a ambos uma grande visibilidade, que talvez não tivessem em outros lugares, como no Rio Grande do Sul, seu estado natal e forte reduto trabalhista.

4.3 Disputa e perda da sigla: o nascimento do PDT

Como se viu, o Rio de Janeiro veio ocupando uma posição importante na estruturação do partido trabalhista desde antes do retorno de Brizola ao Brasil, com a fundação da Comissão Provisória Organizadora do PTB. E seria na capital fluminense que os brizolistas, em 1980, sofreriam um duro golpe, que tivera um impacto profundo sobre o futuro da agremiação.

Desde fins da década de 1970, de forma paralela à formação do grupo brizolista, um outro foi se formando em São Paulo. Este se encontrava sob a liderança de Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio e líder da seção paulista do antigo PTB, com uma trajetória conservadora na política. Segundo o depoimento de José Gomes Talarico, após a morte de Jango, em 1976, Ivete deu início a um projeto próprio para refundar o PTB, contando com a

²³⁹ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 84.

²⁴⁰ VISITAS à redação: Leonel Brizola. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 12 out./18 out. 1979, p. 9.

anuência do governo brasileiro, representado na figura de Golbery do Couto e Silva, seu amigo pessoal. Em um primeiro momento, em 1978, a parente de Getúlio teria procurado Brizola com a finalidade de atraí-lo para o seu projeto, chegando a ter reuniões com ele em Nova Iorque, onde teria passado cerca de uma semana na companhia do gaúcho e de sua família. Porém, o ex-governador não aceitou acordo algum, havendo a partir daí dois grupos nadando em raias separadas e com projetos distintos para fundarem o “seu” PTB.²⁴¹ E ambas as partes iriam até a Justiça para resolverem a questão.

Os motivos exatos para o rompimento e o fim das negociações ainda nos são obscuros, porém algumas pessoas já se pronunciaram sobre o assunto. Uma delas é Sereno Chaise – antiga liderança gaúcha do PTB e ex-prefeito de Porto Alegre, cassado imediatamente após o golpe de 1964. Segundo ele, em seu livro de memórias²⁴², Leonel Brizola teria apresentado aos companheiros gaúchos, à época, uma versão sobre os acontecimentos. De acordo com o ex-governador, Ivete lhe teria procurado buscando unificar os dois projetos políticos em um único partido que seria assim estruturado: “ele indicaria a comissão provisória do Rio Grande do Sul e ela a dos outros 20 Estados.”²⁴³ No entanto, Chaise diz que, anos depois, soubera de outra versão, que para ele seria a verdadeira. Nesta, Ivete Vargas queria indicar apenas os nomes que comporiam a comissão paulista, deixando para que Brizola indicasse as demais vinte. E que o ex-governador não teria aceitado, pois considerava São Paulo o coração industrial do Brasil, um local extremamente estratégico para o trabalhismo, precisando, por isso, “ficar sob o comando direto dele.”²⁴⁴

Em consonância com o ex-prefeito, o jornalista Sebastião Nery, um dos integrantes de primeira hora do grupo brizolista, também apresentou a sua visão sobre os no Jornal do Brasil.²⁴⁵ De acordo com ele, em maio de 1980, a Comissão Executiva Nacional Provisória do PDT estava reunida no Leblon, Rio de Janeiro, quando Paiva Muniz chegara com uma proposta feita por Lutero Vargas e Gilberto Mestrinho, representando o grupo de Ivete. A proposição seria unir os dois grupos em apenas um partido. E para que o acordo se concretizasse, Ivete exigia ficar com a presidência do PTB de São Paulo enquanto que ao gaúcho caberia o comando nacional e a seção fluminense da agremiação. Segundo Nery, tal possibilidade mexeu com as

²⁴¹ TALARICO, José; FREIRE, Américo (coord.). **José Talarico**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, p. 315-318.

²⁴² KLÖCKNER, Luciano. **O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história**. Porto Alegre: AGE, 2007, p. 162-164.

²⁴³ KLÖCKNER, Luciano. Op. cit., p. 162.

²⁴⁴ KLÖCKNER, Luciano. Op. cit., p. 163.

²⁴⁵ NERY, Sebastião. A morte do PDT e a solidão de Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 out. 2000, p. 5.

pessoas ali reunidas, com a maioria defendendo a concretização desse entendimento, inclusive figuras proeminentes como Darcy Ribeiro e Doutel de Andrade. No entanto, Brizola sequer aceitou discutir, afirmando que São Paulo deveria ficar sob sua liderança por ser um ponto nevralgico ao trabalhismo.

Há, ainda, outra versão, divergente das de Sereno Chaise e Sebastião Nery, que nos é apresentada pela dupla Trajano Ribeiro e Clóvis Brigagão²⁴⁶. Eles apresentam diferenças políticas de outra ordem como determinantes para o rompimento entre as duas figuras. Em primeiro lugar, afirmam que Ivete tinha a intenção de ser a comandante do partido, desejando indicar os nomes dos responsáveis por cada seção estadual do PTB. Isso era algo que a faria ter um peso enorme dentro do partido, se chocando diretamente com a liderança de Leonel Brizola. Além disso, Ivete manifestava discordância dos nomes de confiança indicados por Brizola para serem os principais coordenadores do trabalho partidário, como Darcy Ribeiro e Doutel de Andrade, por não ver capacidade de liderança política nessas pessoas. E ainda havia uma questão ideológica, visto que a sobrinha-neta de Getúlio se sentia intrigada com o papel que Brizola estava buscando dar ao partido, colocando-o como uma espécie de frente ampla das esquerdas, visando agrupar em seu interior pessoas de diversas origens dentro deste espectro político.

Seja como for, algo aconteceu a ponto de tornar ambas as partes irreconciliáveis. Com suas lideranças maiores rompidas entre si, os dois grupos se articularam simultaneamente para fundar um novo Partido Trabalhista Brasileiro e, em sua disputa pela posse da legenda histórica, foram até as últimas consequências no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Este, em maio de 1980, concedera vitória para o grupo de Ivete Vargas. Sobre esse acontecimento, os brizolistas o viram como fruto de uma movimentação de pessoas ligadas à ditadura, como Golbery do Couto e Silva, que não desejavam o surgimento de um novo PTB com um perfil popular, socialista e sob a liderança de Brizola, como ficara registrado em nota publicada na imprensa, à época.²⁴⁷ Um biógrafo de Brizola, o jornalista Francisco das Chagas Leite Filho também sustenta essa versão, destacando que a amizade pessoal de Ivete com Couto e Silva e o bom trânsito que ela possuía entre alguns membros do alto escalão de Brasília, lhe teriam facilitado os caminhos para que assumisse em definitivo a sigla petebista. Leite Filho também chama atenção para uma questão ideológica envolvida, afirmando que o regime atuou buscando prejudicar o grupo do ex-governador, pois “tina informações de que o novo PTB estava se

²⁴⁶ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 88.

²⁴⁷ COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL PROVISÓRIA. A nota dos “brizolistas”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1980, Política e governo, p. 4

transformando, pelas mãos de Brizola, num verdadeiro cogumelo com [grande] potencial de votos”, com inclusive capacidade para atrair grandes nomes da política nacional para o seu interior.²⁴⁸

Logo após a decisão judicial, a Comissão Organizadora Nacional Provisória de um partido agora sem nome, publicou a referida nota com a sua interpretação do ocorrido. De acordo com ela, o resultado do TSE foi “Uma sórdida manobra governamental [que] conseguiu usurpar a nossa sigla para entrega-la a um [...] grupo de oportunistas subservientes ao Poder.” E “O objetivo dessa trama é impedir a formação de um grande Partido popular e converter o PTB em instrumento de engodo para a classe trabalhadora de defesa dos interesses dos patrões”. Apontam, ainda, que Golbery fora “um dos notórios responsáveis por essa expropriação de nossa legenda.”²⁴⁹

A despeito de a interpretação do grupo derrotado estar carregada de emoções, ainda mais por ter sido redigida no calor do momento, ela não nos parece totalmente descolada da realidade. Em primeiro lugar, o periódico notoriamente conservador *Folha de São Paulo* publicou em outubro de 1978 – portanto, quase dois anos antes de a disputa ser resolvida pelo TSE, e justamente no ano em que Ivete e Brizola tiveram contatos – uma matéria um tanto instigante sobre a contenda entre brizolistas e ivetistas. Segundo o jornal, “Basicamente, *duas concepções estão em jogo* [no interior do movimento trabalhista], *uma almejando a reconstrução de um partido em moldes populistas e do tipo fisiológico, e outra, com uma concepção socialista.*” Após essa referência ao grupo de Ivete e Brizola, respectivamente, a *Folha* prossegue, informando que, de maneira velada, “*Golberi [sic] do Couto e Silva, participa deste jogo de xadrez político.*” E “*O objetivo fundamental do general [...] é impedir de todas as formas possíveis o surgimento de um partido trabalhista com um programa socialista, que consiga a união dos setores de esquerda.*” E nesse empreendimento, “*Golberi [sic] tem na ex-deputada Ivete Vargas [...] uma aliada*”²⁵⁰.

A citada notícia não representa uma prova concreta do envolvimento da ditadura no assunto, no entanto, nos fornece um elemento que nos leva a suspeitar de uma interferência direta do regime, ainda mais se considerarmos a imagem que ainda se tinha no período acerca de Leonel Brizola e da atuação petebista nos anos de 1960, assim como o que parte da literatura acadêmica diz sobre a contenda.²⁵¹ Como coloca João Trajano Sento-Sé, nesse período ainda

²⁴⁸ LEITE FILHO, Francisco das Chagas. Op. cit., p. 384.

²⁴⁹ COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL PROVISÓRIA. Op. cit., p. 4.

²⁵⁰ M.A.J. Golberi [sic] articula o Partido Trabalhista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 out. 1978, Nacional, p. 5.

²⁵¹ Sobre o assunto, chama atenção o fato de que alguns autores acadêmicos de diversas filiações teóricas indicam ter havido um envolvimento direto da ditadura na disputa. Um deles é o cientista político norte-americano David

havia uma forte pecha sobre o político gaúcho associando-o a um radicalismo incendiário²⁵², que inclusive era constantemente evocado por seus adversários para desmerecê-lo. De forma complementar, Bruno Fernandes, ao discorrer sobre a disputa pela sigla, aponta que na época ainda havia sobre Brizola uma memória que o associava às lutas populares da década de 1960, fazendo com que alguns setores ligados à ditadura vissem como perigosa a possibilidade de Brizola assumir a liderança do PTB.²⁵³ E, por isso, conclui que “a decisão do TSE que tirou de Brizola o direito de se apropriar da sigla PTB foi fruto de uma articulação conservadora”.²⁵⁴

De qualquer modo, os brizolistas perderam o direito de utilizarem a sigla histórica. Fato. Contudo, apesar dessa perda, Brizola continuava sendo reconhecido pela memória política nacional como o legítimo herdeiro do trabalhismo petebista dos anos 50 e 60, caracterizado pelas reformas de base e pelas alianças com diversos grupos de esquerda.²⁵⁵ Ainda, foi em torno dele que se aglutinaram as principais “personalidades e os núcleos realmente representativos do PTB”²⁵⁶, que se decidiram pela “escolha de uma nova sigla, sob a inspiração do legado histórico do trabalhismo e da mensagem contida na Carta-Testamento [de Getúlio Vargas] e nos princípios do Encontro de Lisboa”²⁵⁷.

Assim, em um evento ocorrido na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em 17 e 18 de maio de 1980, centenas de pessoas se reuniram e juntas se decidiram pela criação de um novo partido que levasse adiante os ideais lançados no Encontro de junho de 1979. Vários nomes foram sugeridos, como Partido Trabalhista da Libertação Nacional e Partido Trabalhista

Fleischer. Ver: FLEISCHER, David. O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1982). In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Editora UnB, 1988. Na página 113, o autor aponta que na disputa pela sigla, o TSE tomou uma “decisão política”. Mais adiante, na nota de nº 23, página 154, Fleischer diz ter havido uma “preocupação do governo com a possibilidade do grupo brizolista poder mobilizar um novo trabalhismo independente e não-fisiológico com a sigla do PTB. Em uma linha semelhante, um outro autor estadunidense faz considerações parecidas em sua obra: SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 1988. Aqui é dito na página 429 que autoridades eleitorais, “provavelmente, por sugestão do governo” deram a sigla para Ivete, uma figura política secundária, apesar do favoritismo e maior identificação de Brizola com a sigla. Para o autor, o PTB com Ivete seria “uma cópia pálida de seu antecessor”. (p. 429). Indo agora para autores brasileiros, citamos Emir Sader: “conforme o projeto do general Golbery, a sigla [PTB] foi entregue a [...] Ivete Vargas com o objetivo de que fosse formado um partido funcional ao projeto governamental, dividindo a área trabalhista”. Ver: SADER, Emir. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1991, p. 35. Por fim, citamos Renato Lemos, também marxista, em: LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. Neste livro, na nota de rodapé nº 182, da página 413, é dito que “Como é notório, a iniciativa [de Brizola de fundar o PTB] seria frustrada por manobras do governo João Figueiredo, que conseguiu que Ivete Vargas [...] assegurasse juridicamente a propriedade da sigla”.

²⁵² SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 241.

²⁵³ FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. **A “reinvenção” do trabalhismo**: o projeto do PDT na redemocratização brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 91-92.

²⁵⁴ FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. Op. cit., p. 120-121.

²⁵⁵ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 89-95.

²⁵⁶ BRIGAGÃO, Clóvis; TRAJANO, Ribeiro. Op. cit., p. 221.

²⁵⁷ COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL PROVISÓRIA. Op. cit., p. 5.

do Povo. Mas a decisão tomada no domingo, dia 18, era por Partido do Trabalhismo Democrático (PTD).²⁵⁸ Contudo, tal sigla teria vida curta, sofrendo rápida alteração. Segundo Brigagão e Ribeiro,²⁵⁹ havia na época uma norma do TSE proibindo a existência de siglas partidárias que soassem foneticamente semelhantes. Por considerarem que PTD poderia soar muito parecido com PTB, a Comissão Executiva Provisória Nacional se decidiu por outra nomenclatura, que invertia a ordem das letras anteriores.

Assim, no dia 26 de maio de 1980, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, foi quando se adotou de forma oficial o nome Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nessa ocasião, um evento com a presença de mais de 400 pessoas, foram aprovados os estatutos, programa e manifesto partidários, além de terem sido escolhidos os membros de uma Comissão que seria responsável por coordenar as atividades da agremiação. Como avalia Victor Emmanuel Farias Gomes,

A noite era a confirmação do lugar de Brizola como herdeiro da tradição trabalhista no Brasil, com a presença legitimadora da viúva do ex-presidente João Goulart, Maria Teresa Goulart, e do neto de Getúlio Vargas, Getúlio Dornelles Vargas, mas também contava com a adesão de setores vinculados a outras correntes de esquerda, a exemplo de antigos dirigentes do Partido Socialista Brasileiro.²⁶⁰

Vale notarmos que com a fundação do PDT o trabalhismo entrou em um processo de transformação, onde gradualmente se tornaria brizolismo. A esse respeito, é importante considerar que, tanto a sigla PTB, quanto Brizola possuíam um grande capital político. Dessa maneira, se o líder trabalhista tivesse obtido a legenda histórica, teria um duplo capital a ser explorado politicamente: o seu e o do PTB. Porém, sem a legenda, o novo partido, PDT, passou a contar somente com o capital político de seu líder, ficando, ao longo do tempo, excessivamente dependente de sua figura e ação pessoal. Para Trajano Ribeiro, por exemplo,

O PTB era uma sigla avassaladora [...] vinha [...] com toda a carga histórica que possuía. Tinha um poder de fogo terrível. [...] *Brizola com o PTB era uma coisa. Brizola com outro partido, era outra coisa.* Brizola com o PTB era ele e o partido, que tinha seu peso específico. Agora, Brizola com outro partido tornava tudo diferente. *Ele era mais importante que o partido.*²⁶¹

²⁵⁸ GOMES, Victor Emmanuel Farias. Op. cit., p. 438-439.

²⁵⁹ BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. Op. cit., p. 227.

²⁶⁰ GOMES, Victor Emmanuel Farias. Op. cit., p. 439.

²⁶¹ RIBEIRO, Trajano. Depoimento de Trajano Ribeiro ao autor, em 25/8/96, apud SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 97. (grifo nosso)

Nesse sentido, pode-se considerar que, apesar de não ter impedido o avanço político do novo partido trabalhista, a perda da sigla PTB trouxe um impacto simbólico não desprezível sobre o trabalhismo como um todo, como considera Fernandes. Para ele, “*Sem a sigla histórica, o novo trabalhismo perdeu uma parcela de legitimidade, bem como o capital eleitoral assegurado pelo PTB. A partir de então se observa uma hipertrofia do brizolismo no interior da construção do PDT.*” E, com o passar do tempo, a legenda se tornaria “*muito mais uma extensão do brizolismo do que do próprio trabalhismo getulista.*”²⁶² Conclusões semelhantes às realizadas por Angela de Castro Gomes. Para ela, foi com o PDT que o trabalhismo entrou em seu terceiro tempo, onde “encarnou-se no brizolismo”²⁶³, sendo esta uma de suas características.

Foi, portanto, no início do citado processo de transformação em brizolismo, que o trabalhismo se inseriu oficialmente à política institucional, através de um partido próprio, o Partido Democrático Trabalhista que, dotado de um ambicioso programa de reformas, representou para Gomes “uma nova tentativa de se realizarem as reformas de base”.²⁶⁴

4.4 O projeto político

Um exame consciencioso da vida brasileira vai mostrar que um partido que tem fidelidade à nação é o nosso. Partido que tem uma visão coerente com a nossa realidade, é o nosso! Quem vem de longe, é o nosso! [...] Estamos profundamente comprometidos com a causa do povo, pelo nosso passado [...], pelo que somos, pelo que pensamos [...].
– Leonel Brizola²⁶⁵

Esse modelo econômico [...] pressupõe a miséria e os mais baixos níveis de padrão de vida para o povo brasileiro, porque não pode fazer a distribuição de renda. E mais, precisa eu grande parte do nosso povo continue mergulhada no atraso e na marginalidade [...]. É predatório e compromete os destinos da nação.
– Leonel Brizola²⁶⁶

²⁶² FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. Op. cit., p. 122. (grifo nosso)

²⁶³ GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 307.

²⁶⁴ GOMES, Angela de Castro. Op. cit., p. 307.

²⁶⁵ MANESCHY, Osvaldo (coord.); GOMES, Apio; BECKER, Paulo; SAPUCAIA, Madalena. **Leonel Brizola: a legalidade e outros pensamentos conclusivos**. Niterói: Nitpress, 2011, p. 254.

²⁶⁶ BRIZOLA, Leonel. **Tijolaços**. Rio de Janeiro: Galpão de Ideias Leonel Brizola, 2017, p. 13.

Para analisarmos, em linhas gerais, o programa político encampado por esse novo partido trabalhista, recorreremos, sobretudo, a três documentos: *Carta de Lisboa*, lançada em 1979, quando – os brizolistas ainda se intitulavam como sendo do PTB; *Manifesto*, de 1980, redigido após a adoção da sigla PDT; e *Programa*, lançada juntamente com o anterior. Em nosso esforço, ao invés de fazermos uma análise individual de cada um deles, optamos por analisá-los em conjunto, como partes de um todo. Tal escolha metodológica se justifica pelo fato de que seus conteúdos apresentam enorme semelhança, deixando claro que expressam, basicamente, o mesmo conjunto de propostas e ideias, o que, em nossa interpretação, evidencia uma clara linha de continuidade entre o PTB do Encontro de Lisboa e o PDT. Ainda, analisaremos a *Carta de Mendes*, lançada em início de 1983, que traz informações relevantes acerca do “socialismo” defendido pelo PDT. Por meio dela, poderemos ter um melhor entendimento geral sobre como o partido buscou se apresentar à sociedade brasileira em seus anos iniciais de vida.

Em primeiro lugar, é importante colocar que o partido nasce reivindicando uma ligação com o passado, representado pelo getulismo e pelo reformismo petebista dos anos 50 e 60. Dizendo inspirar-se nas “grandes lutas históricas do trabalhismo” e na “Carta Testamento do Presidente Getúlio Vargas”²⁶⁷, o novo partido se apresenta como o continuador direto e legítimo do antigo PTB, clamando para si o mesmo papel que o velho partido trabalhista ocupara na política brasileira, entre 1945-1964, e que, agora, deveria ser retomado: “O *grande desafio* com que nós [...] nos defrontamos *hoje* é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para *exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos*”. Logo, o PDT deixa claro que uma de suas tarefas é justamente a retomada “daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro”²⁶⁸, fazendo uma clara referência às Reformas de Base. Nesse sentido, é possível perceber que essa filiação ao passado acabou dando um significado, uma legitimação, à existência do partido, que surge como o continuador de um ambicioso projeto reformista, que só não foi adiante, pois fora impedido por um golpe de Estado.

²⁶⁷ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Manifesto**. [Documento publicado em 1980] Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/manifesto.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023, p. 1.

²⁶⁸ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Lisboa** [Documento publicado em 17 de junho de 1979]. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 05 jul. 2023. n.p. (grifo nosso)

À vista disso, o PDT surge propondo “um projeto alternativo de sociedade para o Brasil”²⁶⁹ e a “transformação das estruturas econômicas e sociais no sentido do desenvolvimento harmônico e independente [do país].”²⁷⁰ E uma coisa que chama atenção nesse projeto, é a centralidade conferida ao povo brasileiro e à questão social, que se encontram imbricados nas principais propostas da agremiação, que sempre se orientam no sentido de atender as necessidades do povo, sobretudo da parcela oprimida e marginalizada.

O PDT parte do princípio de que seu “*compromisso supremo [...] é com a integridade e defesa da Nação [...], considerada o conjunto do nosso povo*”, que é “a maior riqueza e fonte de afirmação do Brasil.” E, baseando-se nesse entendimento, proclama que, para que a nação prospere e se desenvolva, é primordial cuidar de seu povo, que, “Tendo acesso ao saber e a cultura, condições de vida e saúde, um ambiente de liberdade e justiça, [...] transformará o nosso país, rapidamente, em uma grande Nação.”²⁷¹ Ou seja, é preciso garantir aos brasileiros e brasileiras o atendimento às suas necessidades básicas para que o país se transforme e se engrandeça. Desse modo, os trabalhistas afirmam ser urgente a promoção de uma verdadeira campanha de “salvação nacional”, capaz de “dar solução [...] ao *problema máximo* de nossa Pátria, que é a *marginalidade*”. Marginalidade esta que atinge de maneira mais violenta “quatro categorias de pessoas cujos problemas estão a exigir a atenção prioritária”.²⁷² E as questões referentes à essas categorias, vale dizer, estão entre os “Compromissos Prioritários” assumidos pelo PDT, ocupando posição de destaque em seu *Programa*²⁷³, o que atesta a importância que ocupam em seu projeto político.

Os quatro segmentos sociais são: as crianças e jovens que se encontram abandonados e desassistidos pelo Estado; as populações negras e indígenas “que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica”²⁷⁴; a mulher, “que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora”²⁷⁵; e, por último, vem os trabalhadores das grandes maiorias populares, que “vivem em diversos níveis de pobreza, de marginalidade”²⁷⁶. E, dentre estes são citados os do Norte e Nordeste, que sofrem com “um

²⁶⁹ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Manifesto...*, Op. cit., p. 1.

²⁷⁰ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Manifesto...*, Op. cit., p. 2.

²⁷¹ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Manifesto...*, Op. cit., p. 2. (grifo nosso)

²⁷² PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Carta de Lisboa...*, Op. cit., n.p. (grifo nosso)

²⁷³ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Programa*. [Documento publicado em 1980] Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/programa.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023. p. 1-2.

²⁷⁴ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Carta de Lisboa...*, Op. cit., n.p.

²⁷⁵ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Carta de Lisboa...*, Op. cit., n.p.

²⁷⁶ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Programa...*, Op. cit., p. 1.

colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e pelo próprio Governo Federal”²⁷⁷.

Não é sem motivo, portanto, que os trabalhistas proclamam que seu partido “tem um sentido claro de opção pelos oprimidos e marginalizados.”²⁷⁸ Isso torna evidente que, embora reivindicando-se como a continuidade em relação ao antigo PTB, o novo partido não se volta apenas para os trabalhadores, como seu considerado “antecessor” o fizera, incluindo, também, outros segmentos da sociedade que, de alguma forma, enfrentam outros tipos de opressão, além da puramente econômica. Por conseguinte, é um projeto político mais abrangente, englobando um amplo arco social e, por isso, Sento-Sé o define como incorporador, pois “interpela as barreiras impostas aos negros, às mulheres, às populações indígenas de se incorporarem afirmativamente no debate público pautado e controlado por um *ethos* burguês, branco, masculino e colonizado”²⁷⁹. E foi justamente através desse perfil incorporador que o PDT, afinado com as questões que começavam a ganhar força em algumas partes do mundo,

introduziu novas abordagens, ainda não predominantes no pensamento e nas práticas políticas das esquerdas brasileiras. Ultrapassando a ação política classista, o PDT expressou as demandas de movimentos alternativos que explodiam na Europa e nos EUA, em crescimento também no Brasil.²⁸⁰

Dando grande ênfase ao povo brasileiro, a questão social está intimamente vinculada a um outro tema relevante para o projeto político aqui abordado: o econômico. Isso é perceptível no *Programa* partidário, onde a sigla defende a necessidade de se elaborar um “plano de *desenvolvimento nacional* de modo a promover a emancipação econômica do país, *assegurando* [ao mesmo tempo] [...] *a satisfação prioritária das necessidades básicas do povo brasileiro*”²⁸¹. E é com esse sentido que são feitos alguns apontamentos, apresentando medidas indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social do país. Por exemplo, defende-se a necessidade da disciplinarização do “capital estrangeiro cuja entrada, aplicação, presença, remuneração e retorno devem ser rigorosamente disciplinados e controlados, subordinando-os aos interesses do povo brasileiro”²⁸². E, ao lado desta, aparecem outras, como: “Combate à inflação através de uma política de austeridade que [...] incida sobre [...] os lucros exorbitantes do grande

²⁷⁷ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Carta de Lisboa...*, Op. cit., n.p.

²⁷⁸ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Carta de Lisboa...*, Op. cit., n.p.

²⁷⁹ SENTO-SÉ, João Trajano. Op. cit., p. 158.

²⁸⁰ COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 121-145, jan./jun. 2012, p. 138-139.

²⁸¹ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Programa...*, Op. cit., p. 3. (grifo nosso)

²⁸² PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. *Manifesto...*, Op. cit., p. 7.

capital”²⁸³, e não sobre as classes populares; “Democratização do uso e posse da terra através de uma *reforma agrária*”²⁸⁴; “*orientação da produção industrial e agrícola*, prioritariamente, para a satisfação das necessidades populares”²⁸⁵.

Logo, em nossa interpretação, trabalhismo pedetista, em sua política econômica, faz a defesa de um Estado nacionalista e intervencionista que, dotado de um forte conteúdo social, seja capaz de levar a cabo uma política econômica que, rompendo com a dependência externa, promova o desenvolvimento independente da economia, garantindo a soberania nacional e o atendimento às necessidades básicas do povo brasileiro, dando-lhe condições mais dignas de vida. E isso, para os pedetistas, seria um tipo de socialismo.

Ao abordar o projeto político do PDT, não se pode deixar de falar do conceito de socialismo, tal como fora utilizado pelo partido. É bem verdade que nunca houve uma definição muito clara a respeito do que exatamente seria esse socialismo, como demonstrou Sento-Sé.²⁸⁶ Porém, durante os anos de 1980, os trabalhistas definiram-se como socialistas, utilizando a alcunha “socialismo moreno” para nomear a sua ideologia²⁸⁷, que tornar-se-ia uma máxima do PDT, sendo repetido diversas vezes por seus quadros dirigentes e militantes.

A princípio, é importante considerar que o partido trabalhista, ainda em 1979, adotou a premissa de que sua proposta política deveria ser “despida de soluções importadas”²⁸⁸; e esse entendimento guarda íntima relação com sua visão acerca do socialismo. Isso porque, o PDT, ao adotar o ideal socialista, o fez rejeitando os modelos importados – marxistas ou não –, considerados eurocêntricos e, portanto, não adequados à realidade brasileira. Seu objetivo era encontrar e adotar um socialismo tipicamente brasileiro, adaptado à realidade e aos problemas locais.²⁸⁹ E foi com esse sentido que Darcy Ribeiro, em 1982, criou o termo “socialismo moreno” para designar a ideologia do PDT²⁹⁰, que seria um socialismo surgido “da nossa história, com a nossa carne e com a nossa cor, morena.”²⁹¹ E o “moreno”, aqui, aparece como

²⁸³ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Manifesto...**, Op. cit., p. 4.

²⁸⁴ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Programa...**, Op. cit., p. 4.

²⁸⁵ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Programa...**, Op. cit., p. 4. (grifo nosso)

²⁸⁶ SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 49-76, jan./dez. 2004.

²⁸⁷ SOARES, Gláucio Ary Dillon; SILVA, Nelson do Valle e. O charme discreto do socialismo moreno. **Contribuciones**, Buenos Aires, ano II, n. 1 (5), p. 253-273. jan./ mar. 1985, p. 257.

²⁸⁸ PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Lisboa...**, Op. cit., n.p.

²⁸⁹ COSTA, Izabel Cristina Gomes da. O PDT e o socialismo trabalhista: entre antigas e novas tradições. **Veredas da História**, Salvador, v. 4, n. 1, 2011, p. 17.

²⁹⁰ SENTO-SÉ, João Trajano. O discurso brizolista e a cultura política carioca. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 28, p. 85-104, dez. 2004, p. 93; SOARES, Gláucio Ary Dillon; SILVA, Nelson do Valle e. Op. cit., p. 256-257.

²⁹¹ RIBEIRO, Darcy. Espaço Democrático, Rio de Janeiro, 1 jun./7 jun. 1984, p. 11, apud FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. Op. cit., p. 69.

uma forma de demonstrar a brasilidade do projeto, a sua originalidade frente aos outros tipos de socialismo, ressaltando que era local, mestiço, tal qual o povo brasileiro.

Além de realçar que o seu socialismo era tipicamente brasileiro, o PDT buscava evidenciar, também, que ele era essencialmente democrático, tendo como pressuposto o pleno funcionamento da democracia política. Tomemos como exemplo o documento intitulado *Carta de Mendes*, lançado em janeiro de 1983 no município fluminense de mesmo nome. Através dele, a sigla afirma que o seu “*Socialismo há de ser construído através do voto livre, numa sociedade pluralista e civil*”, estando o socialismo “indissolivelmente ligado ao conceito de liberdade [...], *expressando um Estado de Direito democrático e de profundo conteúdo social*. [...] O PDT não luta pela tomada do poder. O seu propósito é ascender ao poder”.²⁹²

Nesse sentido, à vista do que fora apresentado, pode-se considerar que, de um modo geral, o partido surge com um projeto político voltado essencialmente para o povo, que ocupa lugar central em suas propostas. Afinal, como dissera Brizola, “Nós somos uma espécie de ‘guarda fogo’ do povo brasileiro.”²⁹³

O PDT com o seu conjunto de proposições, que recebera o nome de “socialismo moreno”, expressa uma tentativa de, por meio de profundas reformas estruturais, a serem promovidas por vias legais e democráticas, dotar o Estado brasileiro de forte conteúdo social, voltando-o para o atendimento das necessidades básicas da população, de modo a atenuar os impactos negativos do sistema capitalista sobre a grande maioria. É o que expressa as palavras da trabalhista histórica Mila Cauduro, uma das fundadoras do PDT, ao afirmar que “no Brasil, um partido socialista democrático se impõe, hoje [...], sobretudo para *construir uma sociedade que promova o homem brasileiro, impedindo que ele seja marginalizado nas engrenagens de relações sociais montadas pelo e para o capital*.”²⁹⁴ Ou, como dissera Darcy Ribeiro, “A *posição socialista é a posição dos que querem passar o Brasil a limpo, no sentido de fazer com que o Brasil se torne habitável, para que todos os brasileiros tenham mínimo indispensáveis*.”²⁹⁵ Dessa forma, podemos afirmar que os pedetistas queriam reformas que promovessem um grande estado de bem-estar social, e não uma revolução. Era, portanto, algo que em sua proposta guardava certa semelhança com uma parte da social-democracia europeia e com o próprio reformismo do antigo PTB. Porém, voltado para realidade política, social e econômica que se apresentava no Brasil da virada da década de 1970. Ou seja, o PDT se conectou com algumas

²⁹² PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Mendes** [Documento publicado em janeiro de 1983]. Disponível em: <http://www.pdtrs.org.br/rs/50-cartas/carta-de-mendes>. Acesso em: 05 jul. 2023. n.p.

²⁹³ MANESCHY, Osvaldo (coord.); GOMES, Apio; BECKER, Paulo; SAPUCAIA, Madalena. Op. cit., p. 253.

²⁹⁴ CAUDURO, Mila. **Socialismo moreno**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1983, p. 24. (grifo nosso)

²⁹⁵ RIBEIRO, Darcy. Op. cit., p. 11, apud FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. Op. cit., p. 69.

pautas em voga no seio da IS sem perder a sua identidade trabalhista, sendo o partido um claro exemplo do que fora identificado por Lohn ao afirmar que:

As organizações políticas latino-americanas que se aproximavam da Internacional Socialista buscavam se conectar com [...] discursos que circulavam em nível ocidental, mas sem perder suas escalas nacionais e regionais de atuação nem suas próprias trajetórias históricas.²⁹⁶

De um modo geral, tomando o projeto político adotado pelo PDT como foco de análise, podemos classificar tal agremiação como sendo um partido de esquerda. E isso fica evidente ao tomarmos as considerações de Norberto Bobbio sobre esquerda e direita como referência. Para o italiano,

[...] el elemento que mejor caracteriza las doctrinas y los movimientos que se han llamado “izquierda” [...] es el igualitarismo, cuando esto sea entendido [...] no como la utopía de una sociedad donde todos son iguales en todo sino como tendencia, por una parte, a exaltar más lo que convierte a los hombres en iguales [...], [y] por otra, en la práctica, a favorecer las políticas que tienden a convertir en más iguales a los desiguales.²⁹⁷

Assim sendo, para Bobbio, o que caracteriza a esquerda é a adoção de ideias e práticas que buscam reduzir as desigualdades, sejam elas de ordem política, econômica, social etc. E é justamente isso o que vemos nos documentos fundadores do PDT, onde aparece de maneira explícita uma busca pela redução das enormes desigualdades presentes na sociedade brasileira, englobando não apenas a questão econômica, mas também voltando-se para as populações marginalizadas.

4.5 1982: o primeiro desafio eleitoral

A primeira eleição enfrentada por um partido trabalhista desde a década de 1960 fora a de 1982, que se constituiu no primeiro desafio eleitoral do PDT. Partindo do pressuposto de que Brizola, a liderança máxima da agremiação, e o próprio partido, fizeram do Rio de Janeiro

²⁹⁶ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Internacionalismo e redemocratização brasileira: as transações de cúpula da Internacional Socialista e as conexões entre Brasil e Portugal em 1976. **Esboços**: histórias em contextos globais, v. 28, n. 48, p. 386-406, mai./ago. 2021, p. 391.

²⁹⁷ BOBBIO, Norberto. **Derecha e izquierda**: razones y significados de una distinción política. Madrid: Taurus Pensamiento, 2 ed., 1996, p. 152.

a sua base de operações, é de se considerar que o caso fluminense talvez seja o mais emblemático dessa reinserção de um partido trabalhista à política institucional.

No referido ano, o Partido Democrático Trabalhista apostou boa parte de suas fichas no Rio de Janeiro ao lançar dois de seus principais quadros, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro, à disputa pelo Executivo estadual. Nesse pleito, os principais adversários dos pedetistas eram a ex-arenista, que fora ligada a Carlos Lacerda, Sandra Cavalcanti, do PTB de Ivete Vargas, o chaguista Miro Teixeira, do PMDB, e o amaralista Moreira Franco, do PDS (Partido Democrático Social). A princípio essas três figuras, adesistas à ditadura e ligadas a correntes políticas tradicionais a nível local, foram tidas como as favoritas, com Sandra chegando a liderar as primeiras pesquisas de opinião. Porém, a ascensão da chapa Brizola-Darcy fora meteórica.²⁹⁸

O PDT, no referido ano eleitoral, era ainda um partido em formação e como tal, passou por dificuldades durante a campanha. Em primeiro lugar, a sigla contava com “Muitos poucos quadros”²⁹⁹, e não dispunha de “recursos financeiros para os panfletos, a propaganda, enfim, para expandir a campanha.”³⁰⁰ Soma-se a isso, o fato de que, em termos organizacionais, o PDT ainda era débil, não tendo conseguido penetrar nas regiões do interior fluminense. Por conta disso, sua campanha priorizou a região metropolitana do Rio, onde o partido era melhor organizado e, também, onde se concentrava a maior parte do eleitorado do estado.³⁰¹ Ou seja, era o local que poderia dar-lhe “o mais elevado retorno de voto por unidade de dinheiro, tempo e esforço [empregados]”.³⁰² E, nessa campanha, a grande figura de destaque, como era de se esperar, foi o próprio Brizola.

O líder pedetista, soube aproveitar ao máximo os espaços oferecidos pelos debates nas emissoras de rádio e TV, atraindo, com a sua ótima oratória, as atenções do eleitorado. Novidades, à época, esses programas ao vivo serviram para divulgar sua figura, assim como o conjunto de propostas encampado pela candidatura, dando uma grande projeção ao discurso do candidato.

De acordo com Carlos Eduardo Sarmento³⁰³, Leonel Brizola, ao contrário do que fizeram os outros competidores, adotou um discurso que nacionalizava o debate político, abrindo espaço para a polarização, que, conseqüentemente, favorecia a disseminação de um

²⁹⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, Alzira Alves de. **A democratização no Brasil: atores e contextos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 190-195.

²⁹⁹ RESENDE [sic], Jó Antônio. **Jó Rezende (depoimento, 1999)**. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001, p. 32.

³⁰⁰ TALARICO, José; FREIRE, Américo (coord.). Op. cit., p. 234.

³⁰¹ SOARES, Gláucio Ary Dillon; SILVA, Nelson do Valle e. Op. cit., p. 256-258.

³⁰² SOARES, Gláucio Ary Dillon; SILVA, Nelson do Valle e. Op. cit., p. 257.

³⁰³ SARMENTO, Carlos Eduardo. Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008, p. 52-61.

discurso mais incisivo e crítico, como o seu. Nesse sentido, o candidato do PDT, ao invés de falar apenas sobre a política local, utilizou a campanha para apresentar um projeto de Brasil, que passava por um acerto de contas com a ditadura. E

Brizola construía a viabilidade eleitoral de sua candidatura ao reforçar a legitimidade política de sua liderança oposicionista. Se o centro das discussões [...] passava a ser a avaliação do regime militar, tanto Sandra, quanto Miro, como ainda Moreira Franco, [...] careciam de legitimidade.³⁰⁴

Para o gaúcho, a sua presença na disputa significava uma legítima “oposição ao sistema, no plano nacional, e ao seu subproduto no plano estadual, o chaguismo.”³⁰⁵ E não poupava críticas aos seus adversários, que seriam “candidaturas equívocas, falsas”, representando “o Demônio, o Diabo e a Coisa Ruim, fazendo uma briga simulada entre eles [...], de tal modo que qualquer um vencendo, o grande vencedor seria sempre o inferno.”³⁰⁶ Segundo Sarmento³⁰⁷, com essa postura, o pedetista acabou atraindo para a sua candidatura boa parte do eleitorado, insatisfeito com a política chaguista, mas também descontente com os resultados econômicos, sociais e políticos da ditadura.

Para além da reafirmação constante de seu caráter oposicionista, a chapa Brizola-Darcy buscou enfatizar questões sociais de grande apelo popular, tocando em assuntos caros à boa parte da população, sobretudo a fração urbana mais pobre.³⁰⁸ E isso é visível, por exemplo, em duas entrevistas concedidas em plena campanha eleitoral, uma por Darcy Ribeiro³⁰⁹ e outra por Leonel Brizola³¹⁰. Em ambas, os candidatos deram grande ênfase a questões referentes à educação, criticando o elitismo da escola pública e defendendo uma reforma educacional capaz de fazer da escola um centro integrado à realidade das crianças e jovens, sobretudo as mais carentes. Além disso, falou-se bastante sobre a realidade das favelas e comunidades carentes da capital e Baixada Fluminense. Os candidatos criticaram o abandono, pelo Poder Público, dessas regiões e apresentaram propostas para urbanizar essas áreas, através do saneamento básico e serviços essenciais, como educação e atendimento médico, além da legalização das posses irregulares sem que haja remoções. O objetivo era integrar, de fato, essas áreas periféricas, rompendo com o isolamento e abandono, com a condição marginal em que se encontravam.

³⁰⁴ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op. cit., p. 55.

³⁰⁵ O PENSAMENTO de Brizola. **Cadernos do terceiro mundo**, Rio de Janeiro, jan. 1983. Eleições e crise econômica, p. 35.

³⁰⁶ A CABEÇA do Brizola. **Almanaque Pasquim**, Rio de Janeiro, n. especial, out. 1982, p. 10-11.

³⁰⁷ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op. cit., p. 56.

³⁰⁸ SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo...**, Op. cit., p. 224.

³⁰⁹ DARCY Ribeiro. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 29 jun./04 ago. 1982, p. 9-11.

³¹⁰ A CABEÇA do Brizola..., Op. cit., p. 9-15.

Logo, por meio dessas entrevistas, é possível perceber alguns dos apontamentos feitos por Sento-Sé sobre o discurso brizolista. Este, de acordo com o cientista político, se volta para “o conjunto de atores que estão excluídos do acesso a direitos fundamentais.” Ou seja, tinha o possui foco voltado para “aqueles que habitam as periferias das cidades, os bolsões urbanos de pobreza”, tendo o discurso “um enorme apelo social, um claro viés para a denúncia da injustiça e da violação dos direitos sociais.”³¹¹

Outra marca da campanha pedetista, foi o perfil dos candidatos que, pela sigla, concorreram aos cargos proporcionais. Isso porque o PDT lançou candidaturas de pessoas que possuíam forte apelo popular e cuja trajetória de vida estava fora da política formal. Foram, por exemplo, os casos do cantor Agnaldo Timóteo, do cacique Mário Juruna e de Carlos Imperial, uma personalidade do *show business* carioca. Acabou que “Tal estratégia se mostrou bem sucedida ao reforçar o caráter oposicionista e independente da candidatura Brizola, sublinhando a identificação do partido com uma visão nova da atividade política, que deveria comportar elementos pouco presentes no jogo político tradicional.”³¹²

Dessa maneira, com um perfil marcadamente oposicionista, apostando em pautas de grande apelo popular, lançando personalidades populares como candidatos e fazendo um ótimo uso dos meios de comunicação, a candidatura Leonel Brizola empolgou a maior parte da população fluminense, fazendo com que sua campanha assumisse contornos festivos. Pela Baixada e capital fluminense, houve uma grande mobilização e engajamento popular em torno do pedetista, envolvendo setores populares “tradicionalmente afastados da prática política”. Para essas pessoas, a candidatura “representava um projeto político de redenção”³¹³. Dessa maneira,

No caso da eleição de Brizola, o sentido simbólico da manifestação popular pelo voto está claramente associado a uma catarse em face dos problemas apresentados pelos condicionantes sociais e políticos da época. *O voto em Brizola representava simbolicamente a reversão das estruturas sociais excludentes*, com a encenação imaginária [...] da chegada do povo [...] ao poder. Além disso, consubstanciava um acerto de contas com as estruturas [...] do regime militar, fazendo de um dos atores “derrotados” em 1964 o protagonista da purgação dos malefícios associados à ditadura – malefícios estes que encontravam ramificações [...] no cotidiano das populações [...].³¹⁴

³¹¹ SENTO-SÉ, João Trajano. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Op. cit., p. 194.

³¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. Op. cit., p. 196.

³¹³ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op. cit., p. 60.

³¹⁴ SARMENTO, Carlos Eduardo. Op. cit., p. 62. (grifo nosso)

Ao final, apesar das supostas tentativas de fraude envolvendo a Globo³¹⁵ e a empresa Proconsult – responsável pela contagem eletrônica dos votos – com seu muito suspeito diferencial delta³¹⁶, Leonel Brizola elegeu-se governador. Assim, mesmo com a confusão relacionada à apuração eleitoral, o gaúcho teve sucesso, deixando para trás os candidatos dos grandes partidos, PMDB e PDS, com suas respectivas máquinas eleitorais. Interessante notar que, como demonstra Alkmim³¹⁷, o candidato do PDT conseguiu resultados espetaculares na Baixada Fluminense e na capital, locais em que concentrara a sua campanha, em contraste com os péssimos índices de votos obtidos nas demais regiões do RJ, que se dividiram entre Miro e Moreira – justamente os candidatos das grandes agremiações, que possuíam boa penetração nos interiores do estado. Ou seja, na prática, Brizola vencera com os votos obtidos na Região Metropolitana do Rio, tendo maiores índices justamente nas regiões periféricas, municípios da Baixada e as Zonas Oeste e Norte da capital, cuja maior parte de sua população pertencia às classes populares, o alvo principal do discurso brizolista.

“O trabalhismo ressurgiu agora. Estas eleições, para nós, são o primeiro passo do nosso ressurgimento.”³¹⁸ Fora com essas palavras que Leonel Brizola definira o significado do pleito de 1982. E isso é compreensível, pois, “A vinculação de votos permitiu que o PDT, partido que até então não possuía uma base de sustentação mais consistente, elege-se expressiva bancada parlamentar, passando a se constituir na principal força política no estado do Rio.”³¹⁹ Assim, o resultado eleitoral mostrou que o apelo trabalhista, após anos de ditadura, ainda se mostrava com uma força considerável, com o partido se tornando um dos principais atores no cenário político brasileiro. Afinal, se olharmos para o âmbito nacional, veremos que nesse ano o PDT se tornou dono da terceira maior bancada do Congresso, contando com um senador e vinte e três deputados federais.³²⁰ Ficou, portanto, atrás apenas dos sucessores de Arena e MDB, que possuíam estruturas já consolidadas há anos. Um feito e tanto para uma sigla recém-fundada e com muitos desafios pela frente.

³¹⁵ AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. **Plim-Plim**: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral. São Paulo: Conrad, 2005, p. 17-42.

³¹⁶ SILVEIRA, Mauro José de Souza. **O caso Proconsult**: embates na apuração das eleições para o governo fluminense em 1982. 2018. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2018, p. 78-104.

³¹⁷ ALKMIM, Antonio C. **De Brizola a Cabral, de Collor a Dilma**: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 89-92.

³¹⁸ MEMÓRIA GLOBO. **O repórter André Luiz Azevedo entrevista Leonel Brizola**, Eleições 82, 15/11/1982. Memória Globo. 29 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/acusacoesfalsas/proconsult/noticia/proconsult.ghm>. Acesso em: 13 out. 2025.

³¹⁹ FERREIRA, Marieta Moraes. Op. cit., p. 196.

³²⁰ David Fleischer. **As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário**. FLEISCHER, David. **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Editora UnB, 1988, p. 82.

4.6 Considerações finais

Como vimos, em paralelo aos movimentos realizados no exterior por Brizola, seus colaboradores também começaram a atuar no Brasil visando preparar o caminho para a constituição de um novo Partido Trabalhista Brasileiro, com destaque para RJ e RS. Foram realizados diversos encontros pelo Brasil chamados de encontros trabalhistas que iriam culminar no Encontro de Lisboa, que marca simbolicamente a fundação do partido, e onde se lançou a primeira plataforma do PTB de Brizola. Porém, oficialmente, as coisas seriam diferentes. Um ano depois, em 1980, por meio de uma decisão do TSE, o grupo perdera o direito de utilizar a sigla histórica – concedida a Ivete Vargas – e, em virtude disso, tivera de fundar uma nova legenda, que daria continuidade aos princípios indicados na *Carta de Lisboa*. Fundou-se, então, o Partido Democrático Trabalhista.

Com o PDT, os trabalhistas ali reunidos puderam apresentar oficialmente um projeto alternativo de Brasil. Se colocando como os continuadores diretos de Getúlio Vargas e do antigo PTB, e dotados de um programa com tons nacionalistas e anti-imperialistas, propuseram a realização de profundas reformas na sociedade brasileira, de modo a garantir, em linhas gerais, a plena realização das necessidades básicas do povo brasileiro, com ênfase especial aos segmentos marginalizados. Como que numa reedição das Reformas de Base, agora atualizadas aos novos tempos, tinham como objetivo a promoção de um desenvolvimento econômico independente que viesse acompanhado de um desenvolvimento social, que juntos libertariam o país da dependência externa, e o povo da condição de miséria e abandono. Almejavam, assim, um país muito distinto daquele existente nos anos finais da ditadura.

Com tal proposta, o PDT enfrentou seu primeiro desafio eleitoral em 1982, o primeiro de um partido trabalhista após o golpe, e foi muito bem sucedido. Apostando na chapa Brizola-Darcy, receberam a maioria dos votos fluminense e, como o voto era vinculado, o partido teve ganhos políticos imensos, elegendo o governador ao mesmo tempo em que formava a maior bancada na Alerj. Soma-se a isso os resultados a nível nacional, onde o PDT tornou-se o terceiro maior partido, em número de representantes, no Congresso Nacional.

5 CONCLUSÕES

O presente trabalho teve por objetivo analisar o movimento político-partidário liderado por Leonel Brizola, que tinha por meta a fundação de um novo Partido Trabalhista Brasileiro, e as ações adotadas para esse fim. Buscamos analisar os caminhos e descaminhos que levaram até a fundação de uma nova legenda a abrigar o trabalhismo, que – ao contrário do que fora inicialmente planejado – recebera o nome de Partido Democrático Trabalhista. Desse modo, ao longo de três capítulos fizemos uma incursão, sobretudo, entre os anos de 1977 e 1982.

No capítulo 1, para nos situarmos melhor ao contexto político brasileiro, tivemos de abordar uma parte da política de transição promovida pela Ditadura, aqui compreendida como um movimento contrarrevolucionário de caráter preventivo, cujo objetivo era gradualmente instaurar uma democracia blindada no país – modelo político que, por suas características, melhor satisfaria os anseios do capital. Foi como parte disso, portanto, que as reformas institucionais foram abordadas. Assim, anistia e reforma partidária foram promulgadas dentro dessa lógica, abrindo o caminho tanto para a desarticulação das forças oposicionistas reunidas no Movimento Democrático Brasileiro, quanto para a formação de partidos de cúpula, de modo a tornar na medida do possível os centros decisórios da política institucional impermeáveis à participação e pressões populares. Foi dentro desse processo que surgiu um sistema pluripartidário, dentro do qual emergiram novos partidos, como o próprio PDT.

A partir daí, pudemos enfocar especificamente nosso objeto de estudo; ou seja, o movimento em si liderado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul. Consequentemente, nosso segundo capítulo versou sobre as movimentações realizadas por Brizola no exterior, começando em 1977, ano em que é expulso do Uruguai e inicia uma empreitada buscando refundar a sigla histórica do PTB; algo já almejado por parte dos chamados trabalhistas históricos. Nesse esforço, o brasileiro percorre por diversos países, sobretudo na Europa, buscando angariar adesões de outros exilados e o apoio de instituições internacionais, como de partidos políticos e da Internacional Socialista. Nesta, o político encontrou boa acolhida, o que se explica em partes pelo momento vivido pela IS, que buscava expandir sua influência para o chamado Terceiro Mundo, vendo no movimento pró-PTB uma oportunidade propícia para se alcançar o Brasil. Em relação aos brasileiros em situação de exílio, Leonel Brizola investiu numa geração mais jovem oriunda da luta armada, e entre estas pessoas conseguiu importantes adesões. Sobre isso, defendemos que tais adesões se relacionam ao momento mais geral pelo qual passava parte da esquerda brasileira, que em um complexo processo de autocrítica, estava revendo posições,

com o abandono de pautas revolucionárias e a valorização de temas e conceitos como democracia e partidos políticos com atuação legal.

Ao final, no capítulo 3, pudemos acompanhar as atividades realizadas no Brasil, antes e depois da anistia, em prol da fundação de um novo PTB. Começamos vendo que geograficamente os trabalhos se concentraram em dois estados: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde formaram-se diversos núcleos trabalhistas. Estes, realizaram diversos encontros para debaterem e estudarem temas como trabalhismo, anistia política nacional e o futuro do PTB. Tais eventos receberam o nome de encontros trabalhistas e foram os percussores de um maior, o Encontro de Lisboa, de 1979, que marcou simbolicamente a fundação do partido e fora o responsável por lançar o programa político petebista contido na *Carta de Lisboa*. Acompanhamos que Ivete Vargas e seu grupo de apoiadores entrou em rota de colisão com os brizolistas, havendo entre as partes uma disputa pela posse da sigla petebista que foi até as últimas consequências na Justiça. Com o TSE decidindo a favor de Ivete, os brizolistas se reuniram e decidiram-se pela criação de uma legenda inédita, que seria a responsável por levar adiante o legado do antigo PTB e dos postulados políticos lançados em Lisboa. Nasceu, então, o PDT, que enfrenta suas primeiras eleições em 1982. Neste ano, os trabalhistas investiram suas fichas no Rio de Janeiro, através da chapa Brizola-Darcy que, apesar das primeiras projeções, fora vitoriosa. E, como o voto era vinculado, o PDT teve ganhos políticos imensos em terras fluminenses, elegendo o governador e, ao mesmo tempo, se tornando a maior bancada na Assembleia Legislativa do Rio. E, nacionalmente, o partido também teve sucesso, visto que em termos de representação parlamentar, torna-se a terceira maior força do Congresso Nacional.

Podemos, portanto, considerar que o ano de 1982 fora um marco para o trabalhismo e o seu partido, o PDT. As eleições deste ano marcaram o retorno de um partido trabalhista à cena, depois de anos de ditadura. E a sigla em questão demonstrou que o trabalhismo mostrava ainda ter uma força considerável, sobretudo no Rio de Janeiro. Afinal, foi neste estado que ao longo da década de 1980 o partido se consolidou como uma das principais forças políticas.

Segundo Lia Faria, o período entre 1982 e 1992 pode ser chamado de a “década brizolista” na política fluminense. Nesse ciclo, é possível observar “a hegemonia do PDT, sem outras alianças expressivas [com demais partidos]”.³²¹ Uma das características dessa época foi uma clivagem existente entre brizolismo e antibrizolismo, que marcou fortemente o debate político a nível estadual, demonstrando a força que possuía a figura pessoal de Brizola, assim como o partido por ele liderado. Foi uma época na qual a sigla pedetista e seu líder conseguiram

³²¹ FARIA, Lia. **Chaguismo e brizolismo**: territorialidades políticas da escola fluminense. Rio de Janeiro: FAPERJ; Quartet, 2011, p. 53.

expandir sua influência, obtendo sucesso sobretudo na da Baixada Fluminense, mas encontrando enormes dificuldades para realizarem o mesmo movimento em relação ao interior do Rio. Desse modo, “o brizolismo não se caracterizou como um fenômeno dos pequenos municípios, mas sim da região metropolitana”.³²² E isso se traduz em votos, visto que nas eleições para governador em 1982, 1986 e 1990, os candidatos do PDT foram muito bem votados na capital e cidades do entorno – todas com enormes populações –, sem terem obtido o mesmo sucesso nas regiões interioranas.³²³

Seja como for, na década de 1980 os pedetistas acreditavam que, a partir da situação observada no Rio, havia sinais de que talvez o Brasil pudesse ter mais uma vez um trabalhista na presidência. Após Vargas e Jango, parecia que a vez de Brizola chegaria, mais cedo ou mais tarde. Porém, as coisas não são – ou melhor, não foram – tão simples assim.

Nas eleições de 1989, o gaúcho tivera a sua primeira chance e estava convicto de que iria, como o representante da esquerda, para o segundo turno com o direitista Fernando Collor de Mello. Entretanto, fora superado por Luiz Inácio da Silva, o Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT). O mesmo PT que, a propósito, disputava com o PDT a posição de partido hegemônico no campo das esquerdas desde o início da década. Se a princípio os trabalhistas saíram na frente – como atesta o caso de 1982 –, com o passar do tempo seriam superados, e 1989 talvez seja o marco do distanciamento entre as duas agremiações. A partir daí, o PDT ficaria cada vez mais restrito, sobretudo ao Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul – e mesmo nestes, enfrentaria situações altos e baixos – enquanto que o PT se expandiria a nível nacional, superando em poucos anos o seu “rival”. E esse distanciamento ficaria cada vez mais visível com o passar do tempo, através das décadas de 1990 e sobretudo de 2000.

³²² FARIA, Lia. Op. cit., p. 53-54.

³²³ ALKMIM, Antonio C. **De Brizola a Cabral, de Collor a Dilma**: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, p. 89-109.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

A CABEÇA do Brizola. **Almanaque Pasquim**, Rio de Janeiro, n. especial, out. 1982, p. 5-15.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. **Luiz Alberto Vianna de Moniz Bandeira (depoimento, 2003)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978**. Altera dispositivos da Constituição Federal. Brasília, DF, 1978, art. 152, § 1º, III. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc11-78.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971**. Lei Orgânica de Partidos. Brasília, DF, 1971, art. 14. Redação dada pela Lei nº 6.767, de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5682.htm. Acesso em: 08 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979**. Modifica dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos). Brasília, DF, 1979, art. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm#:~:text=L6767&text=Modifica%20dispositivos%20da%20Lei%20n%C2%BA,1977%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 08 out. 2024.

BRIZOLA fala em São Borja com o coração limpo de ódios. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 08 set. 1979, Política e governo, p. 3.

BRIZOLA, Leonel. Perspectivas da Crise Brasileira. In: BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 ed., 1979, p. 175-204.

BRIZOLA, Leonel. **Tijolaços**. Rio de Janeiro: Galpão de Ideias Leonel Brizola, 2017.

BRIZOLA, Leonel. Visitas à redação: Brizola. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 12 out./18 out. 1979, p. 4-9.

CAUDURO, Mila. **Socialismo moreno**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1983.

CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #3 – Trabalhismo na História com Magnus Guimarães**. Youtube, 2 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AHo8gqkvpzw>. Acesso em: 14 out. 2023.

CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #9 – Trabalhismo na História com José Maurício Linhares Barreto**. Youtube, 30 abr. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xn5oTk_2658. Acesso em 16/10/2023. Acesso em: 16 out. 2023.

CENTRO DE MEMÓRIA TRABALHISTA. **Entrevista #16 – Trabalhismo na História com Clóvis Brigagão.** YouTube, 24 jun. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yeomXqIrvyM>. Acesso em: 08/10/2023.

COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL PROVISÓRIA. A nota dos “brizolistas”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mai. 1980, Política e governo, p. 4.

DARCY Ribeiro. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 29 jun./04 ago. 1982, p. 9-11.

DEPARTAMENTO GERAL DE INVESTIGAÇÕES ESPECIAIS, RJ. **Ressurgimento do extinto Partido Socialista Brasileiro** [Informe], 20 mar. 1978. Disponível em: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC CCC 78001579.

FIGUEIREDO, João Baptista. Mensagem nº 59, de 1979 (CN). In: CONGRESSO NACIONAL. **Anistia**. Vol. 1. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1982.

HENNING, Hermano; BUARQUE, Sérgio C. Brizola faz sucesso nos salões europeus. **IstoÉ**, São Paulo, 15 fev. 1978, p. 17. Disponível em: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004188.

KARAN, Bernardo. Mirem-se no exemplo da Alemanha. **Em Tempo**, São Paulo, edição experimental, 22 dez. 1977/12 jan. 1978, p. 5.

KLÖCKNER, Luciano. **O diário político de Sereno Chaise: 60 anos de história**. Porto Alegre: AGE, 2007.

M.A.J. Golberi [sic] articula o Partido Trabalhista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 out. 1978, Nacional, p. 5.

MANESCHY, Osvaldo (coord.); GOMES, Apio; BECKER, Paulo; SAPUCAIA, Madalena. **Leonel Brizola: a legalidade e outros pensamentos conclusivos**. Niterói: Nitpress, 2011.

MEMÓRIA GLOBO. **O repórter André Luiz Azevedo entrevista Leonel Brizola**, Eleições 82, 15/11/1982. Memória Globo. 29 out. 2021. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/acusacoesfalsas/proconsult/noticia/proconsult.ghm>. Acesso em: 13 out. 2025.

MOREIRA, Neiva. **O pilão da madrugada: um depoimento a José Louzeiro**. Rio de Janeiro: Editora Terceiro Mundo, 2 ed., 1990.

NERY, Sebastião. A morte do PDT e a solidão de Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 out. 2000, p. 5.

O PENSAMENTO de Brizola. **Cadernos do terceiro mundo**, Rio de Janeiro, jan. 1983. Eleições e crise econômica, p. 34-37.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Lisboa** [Documento publicado em 17 de junho de 1979]. Disponível em: <https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Lisboa: um marco do Trabalho na redemocratização do país.** PDT. Disponível em: <https://pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Carta de Mendes** [Documento publicado em janeiro de 1983]. Disponível em: <http://www.pdtrs.org.br/rs/50-cartas/carta-de-mendes>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Manifesto.** [Documento publicado em 1980] Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/manifesto.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. **Programa.** [Documento publicado em 1980] Disponível em: <https://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2016/10/programa.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PONT, Raul. Os perigos da Lei Orgânica. **Em Tempo**, São Paulo, 24 jan./07 fev. 1980, Opinião, p. 4.

PTB e PS já em articulação. **Em Tempo**, São Paulo, edição experimental, 22 dez. 1977/12 jan. 1978, p. 1.

REFORMAS para podar a criação de partidos populares. **Em Tempo**, São Paulo, 2 out./8 out. 1978, Nacional, p. 5.

RESENDE [sic], Jó Antônio. **Jó Rezende (depoimento, 1999).** Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

RIBEIRO, Trajano. Depoimento de Trajano Ribeiro ao autor, em 25/8/96, apud SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo:** estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 97.

RIBEIRO, Darcy. Espaço Democrático, Rio de Janeiro, 1 jun./7 jun. 1984, p. 11, apud FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. **A “reinvenção” do trabalhismo:** O projeto do PDT na redemocratização brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 69.

SALEM, Helena. Os guerrilheiros de Brizola. **Movimento**, São Paulo, n. 218, set. 1979, apud SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 31, set./dez. 2020, p. 8.

SCHILLER, Beatriz. Brizola chega aos Estados Unidos com elogios a Carter. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23. set. 1977, Política e governo, p. 4.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Atividades de Brasileiros no Exterior – Leonel de Moura Brizola – contatos na Europa e Venezuela** [informe], 04 abr. 1978. Disponível em: Serviço de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.78111765.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Internacional Socialista (IS)** [informe], 28 ago. 1979. Disponível em: Serviço de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79003053.

SILVA, Golbery do Couto e. Conjuntura política nacional: o Poder Executivo. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, ano V, n. 12, p. 111-135, 1989.

SOCIALISMO: um novo papel. **Der Spiegel**, 20 nov. 1978. Matéria disponível na íntegra, já traduzida, em: Sistema de Informações do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8 MIC GNC AAA 79000642.

TALARICO, José; FREIRE, Américo (coord.). **José Talarico**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

VISITAS à redação: Leonel Brizola. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, 12 out./18 out. 1979, p. 4-9.

VOLTAR... e fundar o novo PTB. **Coojornal**, Porto Alegre, nov. 1977, p. 20-21. Disponível em: Sistema de Informação do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8. GNC.AAA.77.108939an001.

WAACK, William. Os socialistas se reúnem em Madrid. **O Estado de São Paulo**, São Paulo. Sem maiores informações. Na data, consta apenas “17/X/1977”. Disponível em: Sistema de Informação do Arquivo Nacional, BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE.80004188.

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil: (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2 ed., 1984.

ALKMIM, Antonio C. **De Brizola a Cabral, de Collor a Dilma**: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

AMORIM, Paulo Henrique; PASSOS, Maria Helena. **Plim-Plim**: a peleja de Brizola contra a fraude eleitoral. São Paulo: Conrad, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 ed., 1979.

BANDEIRA, Moniz. O golpe militar de 64 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **1964**: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

BANDEIRA, Moniz. **O Governo João Goulart**: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4 ed., 1978.

BANDEIRA, Moniz. **Trabalhismo e socialismo no Brasil**: a Internacional Socialista e a América Latina. São Paulo: Global Editora, 1985.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2 ed., 2003.

BOBBIO, Norberto. **Derecha e izquierda**: razones y significados de una distinción política. Madrid: Taurus Pensamiento, 2 ed., 1996.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. “O Povo nas ruas”: Brizola chama à organização dos Comandos Nacionalistas. A propósito da militância. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (orgs.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 53-85.

BRIGAGÃO Clóvis; RIBEIRO, Trajano. **Brizola**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz&Terra, 2015.

CARDOSO, Pedro Henrique da Silva Oriola. A contrarrevolução democrática: a transição pelo alto e a institucionalização das instituições (1974-1979). **Crítica Histórica**, Maceió, ano XIX, n. 18, p. 6-30, dez. 2018.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. A Internacional Socialista vai à América Latina. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Portugal, 3, p. 101-110, dez. 1979.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 121-145, jan./jun. 2012.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. **Em busca do paradigma perdido**: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real. 2009. Tese (Doutorado em História Política) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. O PDT e o socialismo trabalhista: entre antigas e novas tradições. **Veredas da História**, Salvador, v. 4, n. 1, 2011.

D’ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder**: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil), **Libertas**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, ago./dez. 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 3 ed., 1981.

FARIA, Lia. **Chaguismo e brizolismo**: territorialidades políticas da escola fluminense. Rio de Janeiro: FAPERJ; Quartet, 2011.

FERNANDES, Bernardo Borges Baião Guimarães. **A “reinvenção” do trabalhismo**: O projeto do PDT na redemocratização brasileira. 2020. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moares. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, Alzira Alves de. **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006, p. 163-203.

FICO, Carlos. **Como eles agiam** – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2001.

FLEISCHER, David. As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário. FLEISCHER, David. **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Editora UnB, 1988, p. 61-90.

FLEISCHER, David. O novo pluripartidarismo: perfil socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 versus 1982). In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura**: as eleições de 1982. Brasília: Editora UnB, 1988.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, Portugal, n. 64, p. 37-57, 2010.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (org.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 299-309.

GOMES, Victor Emmanuel Farias. **Um “veterano trotskista”**: Edmundo Moniz entre a política, o jornalismo e a revolução. 2023. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. “Os comunistas estão chegando!”: a Guerrilha do Caparaó e o medo da população local. In: SALES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 15-35.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil Debates, 1982.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El caudillo** – Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008.

LEITE, Maria Cláudia Moraes. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)**. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LEMONS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 4, n. 2, p. 112-138, jan./jul. 2014.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil: 1964-1979**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, v.03, n. 5, p. 287-313, 2002.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Internacionalismo e redemocratização brasileira: as transações de cúpula da Internacional Socialista e as conexões entre Brasil e Portugal em 1976. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 28, n. 48, p. 386-406, mai./ago. 2021.

LÖWY, Michael. Trayectoria de la Internacional Socialista en América Latina. **Cuadernos Políticos**, Cidade do México-DF, México, n. 29, jul./set. 1981.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)**. São Paulo: Xamã, 2004.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A atuação política de elites no exílio: Leonel Brizola no Uruguai e em Portugal. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 213-227, jan./abr. 2018.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. A esquerda brasileira exilada e o feminismo: a atuação política das brasileiras no Chile e na França (1968-1979). **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 112-139, ago. 2015.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 399-416, jul./set. 2016.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França**. 2011. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MONTENEGRO, Darlan. A esquerda contra a política: organizações guerrilheiras e renúncia à estratégia no período da luta armada. **Revista de Estudos Políticos**, Niterói, n. 2, p. 64-80, 2011.

PEDROSA, Fernando. La redefinición de la agenda socialdemócrata entre la crisis del petróleo e el fin del socialismo real (1973-1992). **Colección**, Buenos Aires, Argentina, n. 22, p. 15-42, 2012.

PEDROSA, Fernando. Redes transnacionales y partidos políticos. La Internacional Socialista en América Latina (1951-1991). **Iberoamericana. América Latina – España – Portugal**, Berlim, v. 13, n. 49, p. 25-46, 2013.

PEZZONIA, Rodrigo. **Exílio em português: política e vivências dos brasileiros em Portugal (1974-1982)**. 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.

SADER, Emir. **A transição no Brasil**: da ditadura à democracia? São Paulo: Editora Atual, 1991.

SALES, Jean Rodrigues. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Tempo e Argumento**, v. 12, n. 31, set./dez. 2020.

SARMENTO, Carlos Eduardo. Entre o carisma e a rotina: as eleições de 1982 e o primeiro governo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A força do povo**: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008, p. 43-67.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar Editores; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SENTO-SÉ, João Trajano. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **A força do povo**: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008, p. 182-201.

SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 49-76, jan./dez. 2004.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo**: estetização da política e carisma. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SENTO-SÉ, João Trajano. O discurso brizolista e a cultura política carioca. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 28, p. 85-104, dez. 2004.

SILVEIRA, Mauro José de Souza. **O caso Proconsult**: embates na apuração das eleições para o governo fluminense em 1982. 2018. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2018.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 ed., 1988.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; SILVA, Nelson do Valle e. O charme discreto do socialismo moreno. **Contribuciones**, Buenos Aires, ano II, n. 1 (5), p. 253-273. jan./ mar. 1985.